

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

RUBENS WLADIMIR TESCHE

**AS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE E REDES DE COOPERAÇÃO NO
DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR: o caso dos
produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS**

**Série do PGDR – Dissertação nº 77
Porto Alegre**

2007

RUBENS WLADIMIR TESCHE

**AS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE E REDES DE COOPERAÇÃO NO
DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR: o caso dos
produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado

Porto Alegre

2007

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS

T337r

Tesche, Rubens Wladimir

As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar : o caso dos produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS / Rubens Wladimir Tesche. – Porto Alegre, 2007.

147 f. : il.

Orientador: João Armando Dessimon Machado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

1. Agricultura familiar : Desenvolvimento econômico : Sete de Setembro (RS). 2. Agricultores : Aspectos socioeconômicos : Sete de Setembro (RS). 3. Agricultura familiar : Relações sociais : Cooperação. 4. Agricultores : Relações sociais : Cooperação. 5. Agricultura familiar : Estudo de caso : Sete de Setembro (RS). 6. Agricultura familiar : Missões, Região (RS). 7. Leite : Comercialização. 8. Leite : Produção. I. Machado, João Armando Dessimon. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 631.1.027

RUBENS WLADIMIR TESCHE

**AS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE E REDES DE COOPERAÇÃO NO
DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR: o caso dos
produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como quesito parcial para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 14 de janeiro de 2008.

Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado - orientador
UFRGS

Prof. Dr. Egon Roque Fröhlich
UFRGS

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel
UFRGS

Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho
UFSM

Aos agricultores familiares que resistem a todas as dificuldades do dia a dia, produzindo alimentos e contribuindo com o desenvolvimento rural, através dos exemplos de solidariedade e confiança nas suas relações de reciprocidade.

AGRADECIMENTOS

Não existem palavras suficientes para agradecer a diversas pessoas que contribuíram para a construção desse trabalho e a conquista deste título de mestre. Foi maravilhoso, extremamente gratificante todo o processo de realização do mestrado.

À Tininha, obrigado pelo amor, apoio e companheirismo durante toda essa jornada. Foste a amiga e companheira de todas as horas.

Aos meus filhos Kaoê e Yasmim, estrelas principais de minha vida, encontrá-los e abraçá-los a cada fim de semana, era força impulsionadora para continuar essa jornada. Obrigado por existirem!

Aos meus pais Seny e Cassildo, obrigado por tudo. Que grande força e apoio me deram, sempre! Nunca desistiram. Vocês foram fundamentais nessa caminhada.

Agradeço a ASCAR-EMATER/RS por existir o programa de qualificação técnica de seus funcionários em pós-graduação.

Também agradeço ao presidente da ASCAR-EMATER/RS em 2006, meu colega Ricardo Schwartz e seu assessor, o colega Romualdo, pelo apoio decisivo para realização desse mestrado, assim como ao atual presidente, colega Mario Nascimento, que aprovou minha permanência no curso e participação em congressos.

Meu agradecimento especial ao colega e amigo Mauro, pelo apoio e incentivo desde o processo de seleção até o final do curso.

Meu muito obrigado aos colegas da ASCAR-EMATER/RS, do escritório central, do escritório regional de Santa Rosa, do escritório municipal de Sete de Setembro e do escritório municipal de Santo Ângelo, pelo coleguismo, apoio, força, estímulo em ir em frente.

Agradeço às famílias de produtores de leite de Sete de Setembro pela participação e colaboração nesse trabalho, assim como à Secretaria Municipal da Agricultura.

Especial agradecimento aos meus amigos e amigas que me proporcionaram amizade, lazer, companhia e apoio durante minha estada em Porto Alegre.

Agradeço imensamente por ter sido colega dessa turma maravilhosa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Foram mais que colegas, tornaram-se grandes amigos e, principalmente, companheiros do MIRF, nosso “*Movimiento de Isquierda Rural Festiva*”, o qual proporcionou momentos inesquecíveis de convivência, amizade e coleguismo.

Ao professor João, meu caríssimo orientador, o mais profundo agradecimento pela excelente orientação, apoio e estímulo durante toda a jornada da realização da pesquisa e da elaboração da dissertação.

Também agradeço aos professores do PGDR, com os quais tive o prazer de aprender junto às disciplinas cursadas, adquirindo novos conhecimentos, construindo nova consciência e aprendendo a ser pesquisador.

Um agradecimento especial ao querido professor Egon, que muito contribui para minha formação pessoal e acadêmica, além do apoio na elaboração da dissertação.

Obrigado ao Guilherme pelo ajuda ao meu projeto de pesquisa, por meio das análises e sugestões.

Agradeço aos funcionários do PGDR e IEPE pelo apoio e amizade, sempre prontos a colaborar nas atividades acadêmicas e proporcionando um ambiente gostoso de convivência.

Por fim, quero agradecer ao povo brasileiro por manter uma Universidade pública e gratuita, a qual me oportunizou usufruir o curso de mestrado da qualidade excepcional que é o Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Trabalhando....., Trabalhando...
Não viu a vida passar...
O suor que regou a Terra
Nem semente viu brotar....

Trabalhando e esperando,
Enfrentando chuva e sol....
O arado em terra alheia
Nunca trazia dia melhor...

Este Homem Rural
Peão de suas penas...

Canção “Homem Rural” de Cenair Maicá
Autor, Compositor e Músico Missioneir

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Localização da Região Missões | 38 |
| Figura 2 – Topossequência da Região Missões | 39 |
| Figura 3 – Esquema da história agrária na Região Missões | 41 |
| Figura 4 – Localização do município de Sete de Setembro | 52 |
| Figura 5 – Vista parcial da sede municipal de Sete de Setembro..... | 52 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Comunidades rurais de Sete de Setembro/RS onde vivem as famílias entrevistadas | 56 |
| Tabela 2: Média do número de membros e filhos nas famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS..... | 62 |
| Tabela 3: Nível educacional dos membros das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS..... | 62 |
| Tabela 4: Média de idade nas famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS..... | 63 |
| Tabela 5: Estrutura fundiária das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS..... | 64 |
| Tabela 6: Número de vacas por produtor de leite de Sete de Setembro/RS..... | 64 |
| Tabela 7: Produção anual de leite por produtor de leite de Sete de Setembro/RS..... | 65 |
| Tabela 8: Técnicas de produção adotadas pelos produtores de leite de Sete de Setembro/RS..... | 66 |
| Tabela 9: Valor patrimonial em terras dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS.... | 67 |
| Tabela 10: Valor patrimonial das benfeitorias dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS..... | 67 |
| Tabela 11: Valor patrimonial do maquinário dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS..... | 68 |
| Tabela 12: Valor patrimonial dos animais dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS..... | 68 |
| Tabela 13: Valor médio das dívidas dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS..... | 69 |
| Tabela 14: Valor patrimonial total dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS..... | 70 |
| Tabela 15: Ingresso bruto anual em moeda proveniente da agropecuária dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS..... | 70 |
| Tabela 16: Desembolso anual em moeda nas atividades agropecuárias dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS..... | 71 |
| Tabela 17: Ingresso líquido anual em moeda proveniente da agropecuária dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS..... | 72 |
| Tabela 18: Infra-estrutura social básica das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS..... | 73 |
| Tabela 19: Acesso das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS às políticas Públicas..... | 74 |
| Tabela 20: Qualidade de vida das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS: bens de consumo..... | 75 |
| Tabela 21: Viagens de lazer das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS..... | 76 |
| Tabela 22: Práticas de reciprocidade realizadas pelas famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS..... | 77 |
| Tabela 23: Indicadores de satisfação das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS..... | 78 |

| | |
|--|----|
| Tabela 24: Empresas compradoras de leite em Sete de Setembro/RS..... | 79 |
| Tabela 25: Histórico da comercialização do leite em Sete de Setembro/RS..... | 80 |
| Tabela 26: Mudanças na produção do leite em Sete de Setembro/RS..... | 81 |
| Tabela 27: Mudanças na comercialização do leite em Sete de Setembro/RS..... | 82 |

LISTA DE SIGLAS

ASCAR: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

COOPERHAF: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos Três Estados do Sul.

EMATER/RS: Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FAMURS: Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul.

FETAG/RS: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

FEE: Fundação de Economia e Estatística

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGP-DI: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

PGDR: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

PRONAF: Programa Nacional de Valorização da Agricultura Familiar

RS RURAL: Programa de Combate à Pobreza Rural – convênio entre Governo do RS e BID.

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Neste trabalho procura-se compreender a agricultura familiar brasileira (incluindo as famílias produtoras de leite do município de Sete de Setembro, na região Missões do Rio Grande do Sul) a partir das suas relações socioeconômicas endógenas e exógenas. Da análise das relações endógenas vem a compreensão da lógica econômica da unidade familiar agrícola, que é produzir o necessário para o auto-sustento com adequado uso da mão-de-obra familiar disponível (característica dos antigos camponeses ainda presente, mesmo que parcialmente modificada). A partir das relações exógenas dos agricultores familiares se compreende diversos costumes, tradições, culturas e simbolismos presentes nas suas relações sociais, incluindo as relações de reciprocidade, ao mesmo tempo em que se entende como e porque se transformam em agricultores integrados ao mercado e aos complexos agro-industriais. Assim, esta pesquisa demonstra a integração mercantil dos produtores de leite e confronto com o oligopsonio das indústrias de laticínio, que detém o poder de definição do preço do produto. Objetivando contrabalançar este poder, os produtores se organizam em redes de comercialização, aumentando sua capacidade de reivindicação por melhor preço e condições de produção. A compreensão desse processo de organização dos produtores em grupos informais ou formais envidou esforços desse estudo, formulando sua problematização investigatória e seus objetivos, a fim de compreender como se formam essas redes de cooperação e porque elas se formam entre tais produtores e não entre outros, além de verificar se essa organização oportuniza obter um melhor desempenho socioeconômico. As contribuições teórica da sociologia, economia e antropologia sobre a noção de reciprocidade mostram-se importantes para elucidar como as relações de reciprocidade produzem valores humanos de confiança e solidariedade, cimentando as relações sociais formadas nas redes de cooperação, como os grupos e condomínios de produtores de leite. Utilizou-se a abordagem metodológica do estudo de caso, que permitiu realizar métodos quantitativos e qualitativos, por meio de entrevistas e coleta de dados primários junto às famílias produtoras de leite. Também se utilizou pesquisa de dados secundários. Os resultados levam a conclusão de que as redes de cooperação formadas entre produtores de leite são geradas a partir de relações de trabalho e das relações sociais de reciprocidade, cabendo à dádiva (dar, receber e retribuir) um papel importante na formação de confiança entre eles, e assim obterem bons resultados dos indicadores sociais e econômicos.

Palavras-chave: Reciprocidade. Redes de Cooperação. Produtores de leite.

ABSTRACT

The present work tries to understand the Brazilian familiar agriculture (including the milk producer families in the city of Sete de Setembro, region of the Missions, state of Rio Grande do Sul) from the internal and external socio-economical relations. From the analysis of internal relations comes the comprehension of economic logic of the family of rural workers in producing only the necessary for their self-support with adequate use of available familiar labour (such characteristics are still present, although partially modified). The external relations of the rural workers are comprised of several traditions, culture and symbolism which are present on social relations in the family including the reciprocity relations and, at the same time, it is understood how and why the latter changes in rural workers integrated to the market and the agro-industrial complexes. Thus, this research shows the merchant integration of milk producers and the confrontation with the oligopsonies of dairy products, which have the power to dictate the price of products. In order to balance this power, the producers organize themselves into joint network trades in order to increase their bargain capabilities, better price and product conditions. The comprehension of the process of organization in formal and informal exerted the efforts of this study formulating its investigatory problem and its aims, in order to understand how these cooperation networks are formed and why they are formed amongst such producers and not amongst others. Besides, it may be verified whether this organization gives opportunities to obtain a better socio-economical performance. The theoretical contributions about the reciprocity of sociology, economy and anthropology about the notion of reciprocity are important to show how social relations of reciprocity produce human values of trust and camaraderie, bonding the social relations formed from the cooperation network such as groups and condominium of milk producers. The research was a methodological study of case, where qualitative and quantitative methods were used through interviews and primary data collection with the families. It was also utilized the research of secondary data. The results led to the conclusion that the cooperation networks formed amongst milk producers are generated from the work and social relations of reciprocity, where the main concepts (giving, receiving and repaying) play an important role on trust formation amongst them and thus, get better results of the social and economical results.

Key words: Reciprocity. Cooperation networks. Milk producers.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 2 RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE E REDES DE COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR..... | 19 |
| 3 HISTÓRICO AGRÁRIO E A FORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO MISSÕES E NO MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO/RS. | 38 |
| 4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS | 54 |
| 5 RESULTADOS | 61 |
| 5.1 Perfil social das famílias entrevistadas..... | 66 |
| 5.2 Perfil da produção leiteira das famílias entrevistadas | 66 |
| 5.3 Análise dos indicadores econômicos..... | 66 |
| 5.4 Análise dos indicadores sociais | 72 |
| 5.5 Análise dos indicadores de reciprocidade | 76 |
| 5.6 Análise dos indicadores de satisfação | 77 |
| 5.7 Análise das mudanças na comercialização do leite em Sete de Setembro | 78 |
| 5.8 As redes de cooperação dos produtores de leite de Sete de Setembro | 84 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 90 |
| REFERÊNCIAS | 95 |
| APÊNDICE A - Questionário Padronizado | 99 |
| APÊNDICE B - Roterio de Entrevista com o Grupo 1 | 107 |
| APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista com o Grupo 2 | 108 |
| APÊNDICE D - Roterio de Entrevista com Extensionista Rural | 109 |
| APÊNDICE E - Procedimentos adotados para definição das cotações de preços dos produtos, insumos, terras, benfeitorias, animais e maquinários agrícolas utilizados no cálculo do patrimônio e do ingresso anual em moeda proveniente das atividades agropecárias | 110 |
| APÊNDICE F - Sistematização dos dados primários obtidos do questionário da pesquisa junto às famílias do grupo 1..... | 112 |
| APÊNDICE G - Sistematização dos dados primários obtidos do questionário da pesquisa junto às famílias do grupo 2 | 128 |
| ANEXO A - Fotos da atividade leiteira no município de Sete de Setembro/RS..... | 144 |
| ANEXO B - Análise dos preços semanais recebidos pelos produtores..... | 146 |
| ANEXO C - Dados demográfico e econômico do município de Sete de Setembro/RS | 147 |
| ANEXO D - Dados Gerais do município de Sete de Setembro/RS | 148 |

1 INTRODUÇÃO

A luta permanente de sobrevivência e reprodução dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul leva-os a utilizarem diversas formas de geração de renda com atividades agrícolas e não-agrícolas, coletivas ou individuais.

Para enfrentar as dificuldades impostas pelo mercado, os agricultores familiares preservam características camponesas, como a produção de subsistência, mas processam uma metamorfose para adequarem-se às regras do mercado (que definem os preços dos produtos agropecuários), buscando a diminuição dos custos e aumento da renda.

Atualmente, tem-se na cadeia produtiva do leite (produtor → transportador → indústria → comércio → consumidor) um dos exemplos da externalização das novas regras de mercado, em que a globalização da economia exerce influência sobre o modo de vida da agricultura familiar.

Esta cadeia produtiva vem passando por transformações nas últimas décadas, com a expansão da atividade leiteira para regiões longínquas às indústrias e aos centros consumidores em função de novas tecnologias de produção e industrialização, trazendo aumento na oferta da produção e redução dos preços pagos aos produtores.

Os impactos da globalização da economia tornam a produção nacional dependente do mercado internacional e das empresas transnacionais do setor lácteo, como Nestlé e Parmalat, as quais formam oligopsônios, ou seja, poucos compradores com força para impor o preço pago aos produtores de leite.

Neste contexto, percebe-se a tendência entre os agricultores familiares de se organizarem em redes de cooperação, a fim de acessarem novas tecnologias, otimizarem recursos de produção e reunirem forças para enfrentar o poder de mercado exercido por esses oligopsônios da cadeia produtiva do leite e derivados, o que provoca uma reflexão e a necessidade do presente estudo.

A produção de leite teve crescimento no Rio Grande do Sul na última década, com destaque para o aumento registrado na região noroeste do Estado, tornando-se a principal bacia leiteira.

Para a realização do estudo, escolheu-se a Região Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul, em função de ter sido uma das bacias leiteiras do estado que mais cresceu em produção nos últimos cinco anos, em especial o município de Sete de Setembro por apresentar

um aumento constante na produção de leite nos últimos cinco anos (FEE, 2005) e porque as unidades de produção agropecuária são predominantemente familiares, conforme o relatório da atividades desenvolvidas em 2005 pela ASCAR-EMATER/RS (2006). Também se justifica a realização dessa pesquisa por haver poucos estudos sobre o tema das relações de reciprocidade na agricultura familiar dessa região.

Sete de Setembro emancipou-se de Guarani das Missões em 1997 e se localiza nas Missões, ao noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da análise dos dados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE (2005) e de pesquisas exploratórias realizadas neste município, observa-se a importância econômica e social da agricultura familiar como modo de vida predominante na maioria dos estabelecimentos rurais e, conseqüentemente, a principal geradora de ocupação econômica da mão-de-obra rural e o principal segmento social e política da população. Também se verifica que algumas famílias produtoras de leite, especialmente as com pouco patrimônio, baixa renda e pequena produção mensal de leite se organizaram em grupos, associações ou condomínios, geralmente para unirem suas produções e evitarem serem excluídos da cadeia do leite pelas empresas compradoras, assim como para obterem um preço melhor, uma vez que essas empresas pagam bonificações no preço do leite de acordo com a quantidade.

Segundo relatório da EMATER/RS (2006), nessa região diversas redes de cooperação na atividade leiteira se formaram entre agricultores familiares, totalizando 43 grupos organizados envolvendo 1.232 produtores nos 24 municípios, sendo três grupos no município de Sete de Setembro. Esses produtores, geralmente são proprietários coletivos de postos de resfriamento do leite (equipamentos de armazenagem e resfriamento), trabalhando algumas atividades em mutirão (elaboração de silagem de milho e sorgo) e comercializando coletivamente o leite para obterem melhores preços. Por outro lado, há agricultores familiares que produzem, armazenam e comercializam o leite de forma individual, pois são mais capitalizados economicamente que os outros e apresentam maior patrimônio, renda e produção mensal de leite, não demonstrando interesse em participar de grupos ou condomínios de produtores.

Neste trabalho de dissertação, estudaram-se os agricultores familiares, que em suas pequenas propriedades rurais sobrevivem em uma economia de mercado, verificando o desempenho socioeconômico dos produtores de leite que se organizam em redes de cooperação e dos que atuam individualmente.

Para isso, foram analisadas as raízes dos processos de cooperação entre as famílias desses agricultores, através das relações de reciprocidade – dar sem esperar nada em troca – que têm origem nas características provenientes dos antigos camponeses que emigraram da Europa para o Sul do Brasil.

Este tema, reciprocidade, estudado nas Ciências Sociais, introduz novos elementos de análise da Antropologia, da Economia e da Sociologia. Busca-se compreender que existe uma economia da reciprocidade entre os agricultores familiares, a qual não pode ser medida apenas pelos parâmetros da economia clássica das trocas e intercâmbios comerciais e monetários.

O presente trabalho se insere na linha de pesquisa do grupo de estudos sobre processo de tomada de decisão no meio rural do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

A sistematização está dividida em seis partes, cabendo à primeira introduzir o leitor aos temas da reciprocidade e redes sociais, assim como entender a problemática de pesquisa e seus objetivos.

Na segunda parte, apresenta-se a compreensão de que as famílias rurais estudadas são representantes contemporâneas de um tipo da agricultura familiar brasileira, a agricultura familiar colonial, a qual se modificou ao passar dos anos devido às transformações ocorridas na agricultura e no Mundo Rural Brasileiro, mas que manteve a reciprocidade característica das relações sociais do modo de vida camponês das famílias imigrantes européias que lhe deram origem.

Para tanto, nessa segunda parte se busca compreender como esses produtores de leite apresentam características oriundas do campesinato europeu, quando se relacionam com seus parentes e vizinhos nas suas comunidades e nas relações com o mercado e o Estado, se utilizando o tema da reciprocidade nas relações sociais, econômicas e simbólicas, com base na dádiva - o ato de dar, receber e retribuir.

Na seqüência desta segunda parte do trabalho, têm-se as referências sobre redes sociais e formação de quase-grupos para se entender as redes de cooperação entre os produtores de leite e suas conexões sociais e econômicas.

Ainda, na segunda parte, procura-se entender a formação da agricultura familiar, por meio dos elementos endógenos de decisão das unidades de produção agrícola familiar, para se chegar ao processo de mercantilização da agricultura familiar que a transforma profundamente, integrando os agricultores ao complexo agroindustrial da cadeia produtiva do leite, a partir do processo de modernização e industrialização da agricultura como um todo.

A terceira parte apresenta o histórico agrário e a formação da agricultura familiar na Região Missões e no município de Sete de Setembro, com a finalidade de proporcionar ao leitor uma melhor compreensão da inserção social, econômica e ambiental desse estudo de caso.

A quarta parte dessa dissertação aborda os instrumentos para coleta de dados bem como os demais procedimentos metodológicos empregados na realização dessa pesquisa.

A abordagem metodológica adotada foi o *estudo de caso* (YIN, 2001), por ser mais adequado quando se tem pouco controle dos eventos e são estudados fenômenos contemporâneos da vida real, como nesta pesquisa. Utiliza-se a técnica do estudo comparado, em que se analisa e avaliam comparativamente os resultados de dois grupos distintos de agricultores familiares, os que participam de redes de cooperação na comercialização conjunta do leite e aqueles que não participam.

Posteriormente, na quinta parte tem-se a apresentação e análise dos resultados da pesquisa de campo realizada entre março e junho de 2007, considerando os dados referentes aos anos agrícolas de 1999 e 2006.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa de campo junto às famílias produtoras de leite, apresentam-se as considerações finais, processando a conexão entre os resultados com as bases referenciais teóricas adequadas, construindo novas afirmações e reforçando conceitos.

1.1 Problematização

A realização desta pesquisa parte da seguinte problematização investigatória:

- Considerando que as redes de cooperação entre os agricultores familiares geradas a partir das relações sociais de reciprocidade, qual a importância dessa reciprocidade no processo de cooperação, no desempenho econômico e na qualidade de vida desses agricultores?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender como as relações sociais de reciprocidade entre os agricultores familiares podem contribuir com a melhoria econômica e social das unidades de produção familiares.

1.2.2 Objetivos Específicos

- I. Captar o perfil sócio-econômico das famílias produtoras de leite.
- II. Verificar e analisar as relações sociais e as formas de reciprocidade que ocorrem junto às famílias produtoras de leite.
- III. Analisar os efeitos da organização destas redes na atividade leiteira sobre as dinâmicas econômica e social das unidades familiares rurais, comparando os indicadores econômicos e sociais dos agricultores que praticam relações de reciprocidade em redes de cooperação com agricultores que agem individualmente nessa atividade.

2 RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE E REDES DE COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Os produtores de leite pesquisados caracterizam-se pelo modo de vida da agricultura familiar. Internamente, produzem para o autoconsumo e comercializam o excedente a fim de suprirem as necessidades dos membros familiares.

Essas características herdaram do modo de vida camponês europeu dos imigrantes que se estabeleceram no sul do Brasil. Isto explica a importância da contribuição dos estudos de Alexander Chayanov sobre as relações endógenas e as decisões adotadas no processo produtivo, assim como os estudos de Ricardo Abramovay e José Graziano da Silva são importantes contribuições para entender as transformações do meio rural no processo de mercantilização e a modernização da agricultura familiar.

Entretanto, nas relações exógenas, esses produtores de leite também apresentam características oriundas dos camponeses quando se relacionam com seus vizinhos nas suas comunidades, assim como nas relações com o mercado e o Estado.

Assim, procura-se entender como essas relações sociais ocorrem e influenciam ou afetam o desempenho socioeconômico dessas unidades de produção agrícola familiar, utilizando-se as contribuições teóricas de Wolf, Mauss, Polanyi, Caillé, Sabourin, Barnes e Mayer.

2.1 As relações de reciprocidade

A análise na dimensão *formal* do estudo das famílias que comercializam leite coletivamente identifica a busca do objetivo econômico, obtido por meio da unificação da produção que gera um volume maior do produto para obter um preço maior na venda ao oligopsônio da indústria de laticínios.

Entretanto, torna-se interessante utilizar outra abordagem. Percebe-se por meio da dimensão *informal* dessa união entre os produtores de leite a importância das relações de reciprocidade, isto é, *o que e como* ocorrem as relações entre os agricultores pertencentes ao grupo ou condomínio. São essas relações informais que consolidam os laços e a permanência dos membros na rede de cooperação.

Portanto, para a análise das relações sociais externas à unidade familiar dos produtores utilizam-se os referenciais teóricos sobre reciprocidade a partir da antropologia de Eric Wolf, assim como as contribuições da sociologia de Marcel Mauss, da economia de Karl Polanyi e os estudos sobre redes sociais da antropologia de Barnes e Mayer.

2.1.1 A reciprocidade camponesa

As contribuições da antropologia social são fundamentais nos estudos sobre campesinato, à medida que se preocupam com o mundo externo à unidade de produção, suas relações sociais na comunidade rural e com a sociedade ampla em que esta unidade está contida, possibilitando entender a importância das relações de reciprocidade na sociedade camponesa.

Wolf (2003a), inicialmente, contribui com uma análise quanto à distinção de uma sociedade primitiva em relação a uma sociedade camponesa. Tanto o camponês como o primitivo, vivia em áreas não urbanas, cultivava e criava animais e promovia um determinado tipo de relacionamento social. A questão que os diferenciava começa pelo tipo de relacionamento social.

Enquanto o primitivo produzia basicamente para o auto-sustento e com o pouco excedente realizava trocas com outros grupos sociais, numa relação direta, o camponês produzia além da necessidade para o auto-sustento, com sua produção de excedente sendo intermediada por outro grupo dominante.

Este grupo dominante poderia ser o comerciante na via do mercado ou o Estado na via dos impostos quando o camponês já fazia parte de uma ampla sociedade que tinha determinado grupo dominante no poder e cobrava imposto para se abastecer e garantir seu consumo, assim como intermediava esse produto excedente para aqueles que não produziam seus próprios alimentos, mas produziam manufaturados ou realizavam serviços ao grupo dominante.

Nessa análise, para Wolf (2003a), foram os camponeses que possibilitaram a formação das cidades, graças à produção excedente para abastecer os consumidores urbanos. Dessa forma criava-se uma relação de mercado com a cidade, não uma simples troca direta como os primitivos realizavam, mas uma relação de comércio, entre grupos de poderes diferentes, isto é, entre camponeses e comerciantes que detinham o capital, assim como

atualmente ocorre entre os agricultores de um lado e do outro lado a indústria de bens de produção e a indústria de transformação da produção agrícola.

À medida que a demanda do mercado urbano crescia, afetava o desenvolvimento do campesinato. Porém, como esse processo de urbanização foi influenciado de diferentes formas (Revolução industrial, expansão comercial com outros continentes...) ocorreram também reflexos diferentes sobre o campesinato. Por isso, se encontram atualmente diferentes tipos de camponeses e muitos cada vez mais marginalizados pelo desenvolvimento do capitalismo, como demonstrou esse autor:

Os camponeses encontrados no mundo de hoje são os produtos múltiplos desse crescimento multilinear. Ao mesmo tempo, eles não são mais os principais produtores de riqueza: em vez da agricultura, indústria e comércio produzem agora o grosso dos excedentes necessários para sustentar os segmentos não envolvidos diretamente nos processos de produção (WOLF, 2003a, p. 119).

Para chegar a uma definição de camponês em seus estudos dos camponeses latino-americanos, Wolf (2003a) baseou-se em três distinções, em que primeiramente camponês era um produtor agrícola, excluindo os pescadores, extrativistas vegetais, extrativistas minerais e vaqueiros. Segundo, camponês possuía o controle efetivo da terra e em terceiro lugar, semelhante à Chayanov (1974), o camponês tinha por objetivo sua subsistência e não o reinvestimento do capital como o empresário rural que visa expandir seus negócios.

Estas três dimensões seriam insuficientes para distinguir camponês de primitivo, voltando para o debate sobre o que leva a diferenciar o camponês deste último. Agora, a análise se sustenta nas questões culturais do camponês, que possui uma “cultura parcial” relacionada com a sociedade mais ampla, não podendo a cultura camponesa ser entendida em uma análise interna, fechada, desconsiderando as influências externas provocadas tanto pelas relações com o mercado, como pelas relações sociais com outras comunidades e com toda a sociedade.

Em seu trabalho “Explicando a vida rural”, Wolf (2003a) forneceu uma tipificação de camponeses, com detalhamento de dois tipos de sociedades camponesas: comunidade camponesa corporada (fechada) e comunidade camponesa aberta.

A comunidade corporada se caracterizava pela localização em terras marginais (mais isoladas e menos valorizadas pelo capital), o que levava a um isolamento também por falta de interesse da sociedade dominadora em dominá-la totalmente.

Como eram terras marginais, utilizavam baixo nível de tecnologias, com baixa produção, mas com grande esforço do trabalho manual. Por terem pouco excedente, estas comunidades tinham pouca possibilidade de trocas com o mercado, se fechando para o restante da sociedade, sendo por isso não bem vindo o forasteiro.

O baixo volume de excedente era direcionado à aquisição de bens necessários para a produção e consumo doméstico, que os levava a se relacionarem com o mercado externo.

Quando aumentava a população interna da família ou comunidade, ocorriam duas situações: ou aumentava o trabalho extra, tanto dentro como fora da família e da comunidade; ou ocorria a diminuição do consumo per capita. Essas duas situações se davam em função da busca do equilíbrio interno da unidade de produção, uma vez que essa unidade, além de ser de produção, também era de consumo.

Entre outras características dessa comunidade corporada, o sistema de poder em geral era masculino e amarrado com o poder religioso, assim como existia o “mecanismo psicológico” (WOLF, 2003a, p. 129) em que o indivíduo se orgulhava de ser membro da comunidade e a defendia.

Também caracterizava esta comunidade camponesa as limitações impostas às relações de indivíduos e grupos de parentesco devido à existência de uma estrutura comum a todos. O entendimento deste tipo de comunidade torna-se importante na medida em que se estuda o mundo rural contemporâneo, pois em determinadas situações afloram estas características da comunidade corporada, as quais devem ser levadas em consideração pelo pesquisador.

Outro tipo de comunidade camponesa apresentada por Wolf (2003a) é a comunidade aberta, caracterizada pela interação contínua com o mundo externo e dependência das demandas de fora, assim como permissão de acumulação individual e exibição de riqueza. Também permitiam a penetração livre do forasteiro dentro da comunidade.

Esta comunidade de camponeses se prestava para mudanças rápidas na produção de acordo com o mercado em expansão. Geralmente possuíam a propriedade privada da terra, levando as decisões de produção ao nível familiar individual.

Na comunidade aberta, o camponês mantinha a produção de subsistência, uma vez que não detinha todo o aparato tecnológico e recursos financeiros para realizar a plantação para exportação, dependendo de agente externo, que somente tinha interesse de financiar o camponês se as condições de mercado fossem favoráveis para si.

A produção tornava-se cíclica, ora para o mercado ora priorizando a subsistência, com o camponês buscando o equilíbrio entre os dois tipos de produção, a fim de garantir um mínimo de produção para a subsistência e aos poucos aumentar a produção para o mercado. Tanto uma como a outra, visavam garantir suas necessidades básicas, que incluíam além do econômico, as despesas com objetivos religiosos, recreacionais ou com hospitalidade, esta última caracterizando a reciprocidade do camponês.

Uma vez caracterizados os principais tipos de comunidades camponesas descritas por Wolf (2003a), volta-se para a análise das relações sociais e a produção de “Fundos” pelos camponeses, que Wolf (1976) apresenta na obra “Sociedades camponesas”.

Na idéia de formação de fundos oriundos da produção camponesa, deve-se lembrar que os camponeses se subordinavam parcialmente a um grupo dominante da sociedade, seja o Estado, seja o mercado capitalista, situação que lhes diferenciavam dos povos primitivos.

Assim, a produção derivada do trabalho camponês deveria satisfazer o autoconsumo da família e gerar excedentes para atender às demais necessidades, como o pagamento de impostos, objetivos religiosos e manutenção das relações sociais.

Do total da produção, a parte que se destinava para o consumo da família levava em consideração o que foi denominado por Wolf (1976, p.17) “[...] de mínimo calórico: esse montante pode ser avaliado, aproximadamente, entre 2.000 e 3.000 calorias por pessoa em cada dia de trabalho”. Por outro lado, a quantidade da produção que deveria ser destinada para o novo plantio, para alimentação dos animais assim como para os gastos necessários à restauração dos equipamentos e infra-estrutura de produção, formavam o chamado fundo de manutenção.

Em geral, como os camponeses, os povos primitivos também produziam um mínimo calórico, um fundo de manutenção e excedentes quando tinham regras ou incentivos sociais sendo que para alguns cientistas sociais “[...] o aparecimento de excedentes promoveu o desenvolvimento; outros sustentam que excedentes em potencial são uma presença universal e o que conta são os meios instituídos para mobilizá-los.” (WOLF, 1976, p. 20).

A capacidade de produzir excedente era um dos motivos que levava o camponês a interagir com outros grupos além da família, assim como a necessidade de procriação entre parceiros fora dos laços de sangue. Também a necessidade de defesa do seu grupo social exigia contato e relação social. Como nem toda relação social era exclusivamente utilitária ou instrumental, certas relações sociais estavam:

[...] cercadas por um cerimonial semelhante; este deve ser pago por meio de trabalho, bens ou dinheiro. Portanto, se os homens têm pretensões a participar das relações sociais, deverão trabalhar para a criação de um fundo visando às despesas por tais atividades. Podemos denominá-lo fundo cerimonial. (WOLF, 1976, p. 21).

Esse fundo cerimonial era o que o camponês utilizava para as festas, casamentos, prestações simbólicas, etc.

O que realmente distinguia o camponês de um primitivo, era o fundo de aluguel: “[...] ônus, pago mediante exigências que não vieram de seu (camponês) trabalho na terra, chamaremos aluguel, seja ele resgatado em trabalho, bens ou dinheiro.” (WOLF, 1976, p. 24). Ou seja, a produção do camponês deveria cobrir o mínimo calórico exigido pela família, o fundo de manutenção, disponibilizar parte para o fundo cerimonial e ainda cobrir as despesas com o fundo de aluguel. Este último era a parte que ficava aos detentores do poder, como expressou Wolf (1976, p. 24): “[...] pois o fundo de aluguel levantado pelo camponês parte do ‘fundo de poder’ através do qual os dominadores se alimentam.”

Torna-se importante analisar quem exercia a função de *dominadores* na relação com os camponeses. Se os camponeses perdiam parte de sua produção para repassar a esses dominadores, como diminuir essa perda? A resposta pode ser construída a partir do entendimento que, atualmente, os dominadores são os detentores do poder do capital, que através das relações mercantis impõem condições de ganhos favoráveis sobre a produção excedente dos agricultores o que os leva a perderem parte dessa produção. Para compensar ou amenizar essas perdas, os agricultores encontram na sua cultura (originária dos camponeses) a solidariedade, a ajuda mútua entre vizinhos e parentes, em relações típicas de reciprocidade nascida das relações sociais inter e intra-comunidades.

Esses laços da reciprocidade camponesa são derivados das:

[...] relações sociais que representam uma espécie de seguro de vida de longo prazo, em que a família camponesa espera que a extensão de bens e serviços prestados aos outros em qualquer momento, produza resultados no futuro, na forma de ajuda em caso de ameaça. (WOLF, 2003a, p. 158).

Para esse autor, a visão que as famílias camponesas tinham da terra era que esta representava mais que um mero fator de produção, pois visualizavam como sendo seu o

espaço de vida, uma vez que para elas, as outras unidades de produção não eram concorrentes, mas sim vizinhos com quem podiam confiar e contar nos momentos de dificuldades.

2.1.2 Reciprocidade nas relações sociais de agricultores familiares

Para entender a noção de reciprocidade, necessita-se conhecer os estudos de Marcel Mauss, que elaborou a teoria das reciprocidades não-simétrica, conhecida como a teoria da dádiva, fundamentada no caráter voluntário, livre e gratuito do ato de dar e retribuir (MAUSS, 1974).

Para esse autor, reciprocidade está baseada na dádiva, ato de *dar* de forma generosa e gratuita, de *receber* e de *retribuir*, formando um processo de solidariedade, ajuda mútua, fortalecendo a confiança, pois no ato de dar existe mais que uma mera troca, existe todo um simbolismo presente que reforça valores humanos além dos valores econômicos envolvidos.

Sobre a análise da obra Ensaio sobre a Dádiva (MAUSS, 1974), são interessantes as contribuições de Radomsky (2006, p. 29):

A tese principal do texto está calçada na centralidade que assumem os atos generosos quando indivíduos e grupos efetivam suas trocas em sociedades. Sob estas, são estruturadas as obrigações recíprocas contraídas pelos sujeitos e as formas de solidariedade entre famílias.

Ao destacar que a reciprocidade advém da dádiva, de um ato de dar sem esperar a retribuição, Mauss (1974), entende ser um ato desinteressado por quem dá, mesmo sabendo que quem recebe tende a retribuir, enquanto para Bourdieu (1996) não existe ato desinteressado, ou seja, aquele que dá, espera a retribuição, a qual ocorrerá quando aquele que recebeu decidir. Assim, têm-se os elementos *tempo* e *poder* nas relações de reciprocidade, sendo o tempo decidido por aquele que retribuirá e o poder é adquirido por aquele que dá sobre o que recebe, deixando este constrangido com a obrigação de retribuir.

Porém no ato de dar, receber e retribuir existe o elemento *incerteza*, isto é, quem recebe pode retribuir ou não. Neste caso se inverte o *poder* na relação, passando esse *poder* para aquele que recebeu a dádiva, o qual assume a posição de decidir se retribui ou não e quando (elemento tempo) irá retribuir. É nesta análise que Caillé (1998) aborda a dádiva,

entendendo que na obrigação de retribuir está presente concomitantemente a liberdade de retribuir ou não, numa valoração simbólica que dimensiona a relação social estabelecida.

Na percepção de Caillé (1998) se alguém retribui, não é por norma ou coerção, mas por livre e espontânea vontade, assim como o ato de dar não obriga a retribuição. Entretanto, essa retribuição é esperada por quem deu inicialmente, pois o gesto de retribuir tem valor simbólico que solidifica a relação, demonstrando solidariedade e confiança.

Sobre esta análise, Radomsky (2006, p. 36) afirma que Caillé “[...] retoma a ética da reciprocidade, a qual é fundamental para estruturar relações de confiança.” Assim, se é possível compreender as relações de reciprocidade como formadoras de confiança entre as pessoas,

Por sua vez, o cientista social Temple (1997) apud Sabourin (2003) observa que ninguém dá algo sem motivo, por isso ocorre a reciprocidade, pois a dádiva não é desinteressada, mas motivada pelo interesse com o outro e pelo reconhecimento dele. Entende que reciprocidade não é uma troca como o intercâmbio, pois “[...] a operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos.” (SABOURIN, 2003, p.01).

Assim, tem-se que reciprocidade não é um ato humano pré-existente, dado. Ela é construída no processo da relação social, seja em comunidades abertas ou corporadas (fechadas). A reciprocidade provém das relações de parentesco, de amizade, de compadrio.

A demonstração material da reciprocidade é a troca de presentes, a prestação de serviços, a ajuda a outrem, o consolo, o ato de ensinar e demais formas de expressar uma amizade emocional ou expressiva, a qual se caracteriza pela forte troca afetiva entre os membros, além da troca de recursos materiais (WOLF, 2003b), comum nas sociedades fechadas.

Também aflora a reciprocidade das relações de vizinhança, que no meio rural muitas vezes se transforma em relações de compadrio com um vizinho, apadrinhando o filho de outro e vice-versa, materializando-se por meio da troca de serviços, presentes, oferendas de festas, características da forma de *amizade emocional*. Entretanto, nessas relações também aparece a *amizade institucional* ou *instrumental*, definida por Wolf (2003b) como aquela que se caracteriza pela possibilidade do indivíduo ascender socialmente através das trocas de recursos materiais e apoios políticos. Por sua vez, numa situação de assimetria (desigualdade e desequilíbrio) entre os membros, o clientelismo pode se tornar uma amizade de patrono-cliente, geralmente mais comum nos grupos abertos.

Além dessas relações sociais que produzem reciprocidade, também é possível detectá-la nas relações sociais das instituições existentes no meio rural, como as associações e cooperativas de produção, sindicato, igreja, escola e a organização da comunidade rural, em que ocorrem os trabalhos coletivos (mutirão na construção ou reparo da escola, da igreja, do salão paroquial), prevalecendo nessas relações, a amizade institucional/instrumental.

Em todas as relações sociais aqui apontadas, há geração de reciprocidade nas formas de: confiança, solidariedade, compartilhamento e redistribuição.

Essas formas de reciprocidade são percebidas nos grupos de produtores de leite, sendo que alguns são grupos organizados a partir de relações de parentesco, outros, a partir das relações de vizinhança e ou compadrio.

Assim, nesses grupos destacam-se alguns *tipos* de relações de reciprocidade que Sabourin (2003) associa à produção agropecuária em seus estudos realizados em algumas sociedades rurais de diversos países, inclusive no Brasil.

Os *tipos* de relações de reciprocidade praticados na agricultura familiar da Região Missões e que tem características da agricultura de origem camponesa, são:

- as formas de *ajuda mútua* na produção e de organização local e interfamiliar. Possivelmente se possa encontrar nos produtores de leite de Sete de Setembro/RS esse tipo de relação de reciprocidade quando realizam trocas de serviços e mutirões para preparar a silagem do milho ou para a construção de estrebrias, galpões e esterqueiras nas propriedades de membros do grupo, assim como nos trabalhos junto à comunidade rural, nas obras ou consertos da escola, igreja e salão comunitário;

- o *manejo compartilhado* de recursos coletivos. Também, provavelmente, se encontre nesses produtores de leite esse tipo de relação de reciprocidade quando adquirem e utilizam em conjunto equipamentos de produção (ensiladeira, triturador de grãos, semeadeira, etc), de armazenagem do leite (resfriador de leite a granel ou resfriador de leite de expansão) e aparelhos de verificação da qualidade do leite (medidor de ph e células bacterianas);

- as formas de *uso/comercialização conjuntas* da produção. As famílias produtoras de leite ao realizarem a comercialização conjunta para obter maior valor por litro vendido junto ao oligopsônio da indústria de laticínios, certamente deverão praticar esse tipo de reciprocidade descrita por Sabourin (2003), pois demonstram alto grau de confiança entre si, uma vez que se um dos membros do grupo produzir leite fora do padrão estabelecido pela Portaria 51 (do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e armazenar no resfriador de leite coletivo, contaminará o leite de todos os demais produtores do grupo, condenando esse leite como não comercializável e trazendo severo prejuízo a si e aos demais.

Sabourin (2003) chama a atenção que mesmo com a normatização e institucionalização das formas de organização dos agricultores familiares, como os grupos organizados desses produtores de leite (ou outras cooperativas e associações de agricultores) e a modernização de máquinas e equipamentos, “[...] não somente não impediram a manutenção das relações de ajuda mútua, mas provocaram sua ampliação, enquanto existiu uma sociedade local e regional, camponesa.” (SABOURIN, 2003, p.06).

Percebe-se, então, que as relações sociais informais de reciprocidade influenciam de forma determinante as estruturas formais e suas normas e regras. Nota-se também, que possivelmente a dinâmica desses grupos de produtores de leite será determinada pelas relações no dia a dia, em que a boa convivência e a confiança entre eles tornam-se mais importantes que as regras escritas, pois estas podem ser alteradas ou adaptadas no decorrer do processo associativo.

As regras e normas não conseguem manter a rede se nas relações pessoais existirem desconfiança ou conflitos, levando à desagregação do grupo ou associação, que podem vir a se extinguirem mesmo tendo excelentes regimentos e regulamentos, mas faltando o essencial: a reciprocidade nas relações entre os seus membros.

2.1.3 A economia da reciprocidade

Ainda no tema reciprocidade, existe as contribuições do economista austríaco Karl Polanyi que estudou a economia capitalista e sua interface com economias não-capitalistas e solidárias, sendo sua obra estudada na “Antropologia econômica”.

Por meio de um recorte antropológico, Polanyi (1980) procurou desvendar a gênese da sociedade capitalista, contestando a transformação da terra e do trabalho em mercadoria, uma vez que no seu entendimento essa transformação contraria a natureza do homem, pois para ele o trabalho que visa exclusivamente lucro é antinatural, construído pelo mercado capitalista, já que o homem desenvolve diversos trabalhos que não visam o lucro.

Conforme analisa Sabourin (2003, p. 09): “Polanyi identificou a reciprocidade e a redistribuição como formas de transações econômicas diferentes do intercâmbio e gerando formas de mercado diferenciadas.”

Neste contexto, para Polanyi (1976) a reciprocidade não envolve apenas a idéia de igualdade e justiça, mas significa que existe um fluxo de bens em dupla direção ou em círculo, com os participantes da relação de reciprocidade provendo mutuamente suas necessidades, baseado em uma simetria social, como os sistemas simétricos de um grupo unidos pelo parentesco.

Entretanto, o mesmo autor destaca que à medida que desaparece a reciprocidade nas civilizações contemporâneas, em função da decadência dos valores humanos como a ética, a cultura, etc, tende a se intensificar o intercâmbio comercial (troca) regulado pelo mercado.

Porém, Polanyi (1980) não consegue explicar de onde surgem os valores que são inseridos nas relações econômicas. Assim, Sabourin (2003) contribui com o debate ao apresentar os estudos e análises de Temple (1977) que afirma serem os valores humanos:

gerados e reproduzidos pela institucionalização das relações de reciprocidade e de redistribuição em estruturas, não apenas sociais, mas, também econômicas, qualificadas de estruturas de reciprocidade, as quais produzem valores de uso e também valores humanos como a amizade entre os próximos, a responsabilidade entre gerações e perante os recursos naturais, a justiça, a equidade e a confiança nos modos de redistribuição (SABOURIN, 2003, p. 10).

Portanto, diz Sabourin (2003, p.10), “[...] a diferença entre as análises de Polanyi (1980) e aquela do princípio econômico de reciprocidade proposto por Temple (1997) reside na origem dos valores humanos ou éticos.” Sabourin entende que a economia da reciprocidade apresenta importante fator de desenvolvimento para as famílias agricultoras, destacando que:

o reconhecimento político e público da economia de reciprocidade permitiria traçar uma interface de sistemas e abrir um debate entre os partidários de uma e de outra lógica, para tratar da natureza das organizações camponesas locais, da delegação do poder, das normas e dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e dos recursos naturais. (SABOURIN, 2003, p. 10).

Assim, tem-se uma limitação da economia do intercâmbio para justificar o funcionamento de uma organização (ou de uma rede de cooperação como os grupos de produtores de leite da Região Missões do RS), enquanto a economia da reciprocidade contribui para a compreensão da dimensão *informal* que envolve as organizações de agricultores e suas relações sociais.

Percebe-se, então, que a economia da reciprocidade é tão importante quanto a economia do intercâmbio para entender o modo de vida dos agricultores familiares.

2.2 Redes sociais na agricultura familiar

A partir das relações de reciprocidade e de intercâmbio que ocorrem entre os agricultores familiares, formam-se redes sociais decorrentes das conexões existentes entre os membros, cujas ligações podem ser por estruturas informais das relações de reciprocidade, (como o parentesco, o compadrio, a vizinhança e a amizade) ou por estruturas formais, como a igreja, os partidos políticos, o movimento sindical, a associação, a cooperativa, entre outros.

Na obra teórica de Barnes (1987), busca-se a noção de rede social que proporcione a análise e descrição de processos sociais contendo conexões que ultrapassam o limite de grupos e categorias, sendo indispensável essa análise na discussão referente a situações onde o indivíduo, por exemplo, está envolvido em relações pessoais que transpassam as fronteiras da família de produtores de leite.

Barnes utilizou a idéia de redes sociais para descrever como noções de igualdade de classes eram utilizadas e de que forma indivíduos usam laços pessoais de parentesco e amizade. Para esse autor, o conceito de rede é “[...] um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos.” (1987, p.167).

As referências teóricas de Caillé proporcionam uma análise a partir de que é possível através da “aposta” na dádiva constituir e manter redes sociais. Esse autor, em suas análises sobre a dádiva, percebe que a confiança e a fidelidade entre pessoas são os pilares de uma rede:

A rede é o conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade. Mais do que em relação aos que estão fora da rede, em todo o caso (CAILLÉ, 1998, p. 18)

Essa confiança entre os atores sociais não se obtém das cláusulas contratuais livres entre parceiros e nem das obrigações legais. Ao contrário, ela exige certo risco de acreditar que aquele outro com que se relaciona, não vai trair, mas sim fazer circular o bem recebido conforme uma nova rede social ou novo sistema.

Ramdosky consegue em seu trabalho alertar para o papel da história e da memória (individual e social) às ações das pessoas nas redes que participam: “[...] os atores sociais carregam consigo uma história e uma memória, um tipo de conduta estruturado que é constituído no seu tempo de vida e que tem respaldo no sistema simbólico do grupo a qual participam[...]” (2006, p. 44).

Esse autor também destaca a importância da existência de relações de reciprocidade para a constituição de redes sociais por meio “[...] das relações primárias, dos atributos ou das estratégias de ações coletivas. Porém, nessas todas se faz essencial que haja relações de reciprocidade. A noção de dádiva é o ‘elo’ a partir do qual se compreenderiam a construção e sedimentação das redes.” (RAMDOSKY, 2006, p. 44).

Ainda para contribuição no entendimento da formação de redes entre os produtores de leite, é interessante observar que Ramdosky (2006) aponta a relevância do trabalho de Landé (1977), o qual salientou as alianças travadas na busca de objetivos privados particulares, uma vez que “[...] a idéia de rede nesta perspectiva, pode envolver a intencionalidade (uma razão finalista), e a rede pode ser a expressão de uma estratégia de produção, de trabalho, de manutenção da reciprocidade[...]” (RAMDOSKY, 2006, p. 43).

As redes de cooperação formadas pelos agricultores familiares no processo produtivo do leite no município de Sete de Setembro/RS, por relações de parentesco ou por relações de vizinhança, de compadrio ou de amizade, buscam objetivos particulares e econômicos (razão finalista de formar o grupo para melhorar a rentabilidade na produção de leite), assim como objetivos sociais (representação social fortalecida perante as empresas compradoras de leite e perante os órgãos públicos).

Percebe-se que as redes de cooperação deste estudo seriam redes de relações sociais “[...] que combinam, ao mesmo tempo, trabalho, produção e reciprocidade. Por isso, trabalho e produção seriam construções sociais históricas reguladas por instituições da vida coletiva e pelas regras de reciprocidade.” (RAMDOSKY, 2006, p. 52).

Entretanto, são os estudos de Mayer (1987) que contribuem para entender as redes *informais* formadas pelos leiteiros (freteiros do leite) em conexão com os produtores. Em seu estudo sobre os *quase-grupos* nas sociedades complexas, percebe que um conjunto finito de interconexões, iniciados por um ego, formará parte de uma rede, um conjunto-de-ação ou um quase-grupo:

Os quase-grupos existem também na esfera econômica, [...]isso se realiza em mercados oficialmente supervisionados, onde negociantes de safras

compram os produtos dos agricultores. Como esses negociantes conquistam e conservam seus fregueses? Aqui, novamente podemos encontrar conjuntos-de-ação onde o negociante funciona como ego central. Pois é ele quem conquista adeptos através de interconexões “internas” baseadas, em cada caso, sobre vantagens econômicas, mas também com uma interconexão “externa” assentada em vários outros critérios [...] (MAYER, 1987, p. 149).

O freteiro do leite forma um quase-grupo, no conceito de Mayer (1987), assumindo o lugar central das conexões, ou seja, o lugar do ego. Esses conceitos de conjunto-de-ação e quase-grupos “[...] podem ser aplicados a qualquer situação em que atuam grupos não-organizados[...].” (MAYER, 1987, p. 152), ou nesse caso, grupos informais.

A importância desses grupos informais de produtores de leite aparecerá quando se verifica que as relações estabelecidas (conexões) entre produtor de leite e freteiro do leite influenciam na tomada de decisão do primeiro em permanecer ou mudar de empresa compradora do leite.

Antes de concluir a noção de redes sociais, torna-se importante compreender o processo de adesão e participação na rede. Segundo Rubim, Rubim e Vieira (2005), a complexidade da rede demonstra que ela está formada:

por uma coletividade de entes que: aderem de modo voluntário; fazem parte de uma comunidade de interesses; partilham objetivos e projetos; compartilham algum envolvimento afetivo e emocional; encontram-se interconectados e periodicamente interagem. (RUBIM; RUBIM; VIEIRA, 2005, p. 36).

Os participantes da rede interagem continuamente, negociando suas formas de atuar de acordo com a cota de poder que dispõem, a qual está inserida nas relações de poder que organizam a rede. Porém, “[...] os resultados deste processo não estão definidos de antemão, mas as condições de interdependência e de compartilhamento estão dadas pelo perfil e pelo caráter desta modalidade de organização chamada rede.” (RUBIM; RUBIM; VIEIRA, 2005, p. 36).

A participação de produtores de leite em uma rede formada por grupo informal com cinco ou seis famílias é diferente da participação em uma rede constituída por um condomínio formalizado com sessenta e quatro famílias conectadas e interagindo entre si e de forma unida com entes externos, como as indústrias de laticínios e os órgãos públicos.

Quando se tem diversos participantes em uma rede, organizados com poder de intervenção:

a negociação inevitavelmente realizada, redundaria, de modo muito provável, em uma ação que representasse a confluência dos interesses dos entes associados à rede e não apenas de um deles. Ou seja, a ação engendrada não mais pode ser elucidada pela remissão a nenhum ente particular, mas ganha uma dimensão coletiva como síntese do diverso. Assim, a singularidade da ação desencadeada termina por engendrar um sujeito social distinto dos anteriores. Nenhum ente particular teria, então, sua ação ampliada em escala (RUBIM; RUBIM; VIEIRA, 2005, p. 43).

Percebe-se que no momento das negociações do grupo ou do condomínio de produtores de leite com a indústria, determinados interesses individuais são ou devem ser colocados de lado em prol do interesse coletivo. Assim, se forma o sujeito social que:

age no patamar das idéias e no plano das práticas orientado sempre pelo resultante das negociações entre seus membros, que dispõem de fatias de poder e capacidade de intervenção diferenciados no interior da rede, a depender de sua configuração histórica (RUBIM; RUBIM; VIEIRA, 2005, p. 43).

Quanto maior a participação consciente e efetiva dos agricultores em suas redes de cooperação, maior a probabilidade de se firmarem como rede social e maior a força nas negociações e reivindicações perante os órgãos públicos e as indústrias de laticínios.

2.3 Agricultura familiar e suas transformações

Para entender o modo de vida da agricultura familiar existente no Sul do Brasil, utilizaram-se as análises teóricas de Chayanov (1974) sobre o comportamento econômico da unidade de produção familiar agrícola, cujos elementos endógenos como a terra, o trabalho familiar e a produção para o autoconsumo com base no tamanho da família, são determinantes para a reprodução social.

A partir de seus estudos Chayanov (1974) compreendeu que a forma da unidade de produção camponesa se reproduzir não dependia exclusivamente da racionalidade econômica clássica mercantil e sim de garantir a satisfação das necessidades dos membros que a constituía.

O estudo de Chayanov (1974) partiu do grupo doméstico individual, constatando que apesar da existência dos elementos de produção como trabalho, bens de produção e terra, não ocorria geração de salário, lucro e renda da terra como a teoria econômica *marginalista*

aplica à produção capitalista, uma vez que o equilíbrio buscado na unidade de produção camponesa estaria entre necessidades de subsistência e a rejeição ao trabalho manual além de determinado limite.

Para compreensão desta *lógica* camponesa, esse autor escreveu:

Hay que comprender sus ideas sobre organización, la maquinaria, de su organismo económico individual que es 'la unidade teleológica subjetiva de la actividad económica racional, es decir, la explotación de la unidad'. En pocas palabras, lograremos una comprensión total de las bases y de la naturaleza de la unidad económica campesina solo cuando deje de ser nuestro objeto de observación, cuando podamos concebirla como sujeto creador de su propia existencia y tratemos por las cuales construye su plan organizativo de producción y lo lleva a cabo (CHAYANOV, 1974, p. 132).

Com esta compreensão teleológica, ou seja, que os fins justificam os meios, o autor quer demonstrar que a finalidade principal da unidade econômica campesina era o *bem-estar da família*, o qual determina a intensidade e extensão do trabalho. Assim, submete-se o econômico ao social, buscando maximizar o uso de fatores para buscar a satisfação do bem-estar da família, cujo valor é relativo a cada família.

Chayanov (1974) aponta que os camponeses não visavam prioritariamente o lucro e nem acumulação de recursos, mas a garantia da reprodução da família e da propriedade, uma vez que a unidade camponesa era ao mesmo tempo unidade de produção e unidade de consumo.

Para o autor, o trabalho do camponês se limitava a produzir para satisfação das necessidades da família, ou seja, enquanto estas necessidades não estavam supridas, o trabalho seria priorizado e mais intensificado, ao passo que uma vez atingido o grau de satisfação necessário da família, o trabalho passaria a ter uma valorização menor.

Outra especificidade da unidade de produção familiar camponesa era o processo de auto-exploração, que deriva da capacidade de produzir em condições que levariam à falência um empreendimento com objetivo puramente mercantil. Isto porque as famílias camponesas eram capazes de trabalhar mais, venderem seus excedentes a preços abaixo do preço de mercado e, no entanto, continuar produzindo ano após ano.

Com o avanço do progresso técnico, determinada tecnologia que possibilitava o aumento da produção com menos penosidade, seria ou não utilizada pela família camponesa desde que o tempo ocioso criado pelo uso dessa tecnologia não viesse a desagregar a relação

que determina o grau de esforço para atender o grau de satisfação, podendo este tempo ocioso ser ocupado em outra atividade que gerasse melhor rendimento.

Por fim, em Chayanov (1974) encontram-se vários elementos endógenos para compreender a reprodução social da unidade de produção camponesa, os quais são importantes quando se busca entender como as unidades familiares de produção agrícola se reproduzem e sobrevivem no processo da industrialização da agricultura no sistema capitalista.

Porém, a unidade familiar agrícola não é uma ilha isolada, ela está inserida em uma comunidade, convivendo com outras famílias com as quais mantêm relações sociais e econômicas, assim como se relacionam com o mundo urbano e com o mercado, mas com este a integração é parcial, “[...] não só no sentido de que parte da subsistência vem da autoprodução, mas também indica certa flexibilidade nestas relações com o mercado.” (ABRAMOVAY, 1998, p.104).

Essa característica de “integração parcial a mercados incompletos” (ABRAMOVAY, 1998) do modo de vida camponês muda quando se estuda o modo de vida da agricultura familiar característica do Sul do Brasil. Para este autor o que provoca essas transformações nas unidades familiares de produção agrícola são as relações mercantis que ocorrem quando:

[...] os mecanismos de preços adquirem a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perdem inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (ABRAMOVAY, 1988, p. 117).

Ou seja, para o autor, a unidade de produção da agricultura familiar moderna não tem mais nada a ver com a unidade de produção camponesa, são distintas na sua racionalidade e na integração aos mercados:

[...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais.[...] Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais (ABRAMOVAY 1998, p. 127).

Surge assim, para Abromovay, o modo de vida da agricultura familiar, integrada plenamente às estruturas de mercado com mudanças na base técnica e do círculo social, e que Silva (1998, p. 37) acrescenta: “[...] a agricultura familiar incorpora o progresso técnico e se vincula ao CAI - Complexo Agro-Industrial”.

Entretanto, muitas características dos agricultores familiares herdadas dos camponeses não foram totalmente destruídas no processo de transformação e modernização da agricultura, como: o uso intenso da mão-de-obra familiar (como na atividade leiteira); a prioridade de atender as necessidades de consumo da família; e as relações sociais de reciprocidade com parentes, vizinhos e amigos na formação de redes de cooperação.

Assim, a agricultura familiar que está inserida no mercado se formou a partir das transformações sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas que ocorreram no século XX, mas com suas peculiaridades originais do modo de vida camponês. É este modo de vida de agricultores familiares que predomina no município de Sete de Setembro, assim como a vinculação deles à cadeia produtiva do leite.

2.3.1 O Poder de mercado do oligopsônio das indústrias de laticínios

A inserção das famílias produtoras de leite deste estudo nas relações econômicas junto a mercados assimétricos não-competitivos evidencia uma fragilidade em relação a outra ponta da relação comercial, as grandes indústrias da cadeia do leite (que possuem força de determinar os preços dos produtos). Essas formam o que se chama de *oligopsônio* (poucos compradores) que atuam praticamente como um *monopsônio* (único comprador) que compra o produto dos diversos (milhares) vendedores, os produtores de leite.

Como toda Firma, o monopólio e os oligopólios ou o monopsônio e os oligopsônios buscam maximizar seu lucros. Este objetivo será mais facilmente alcançado quanto maior for o seu poder de mercado. Uma forma de aumentar seu poder de mercado é um oligopsônio atuar como se fosse uma única firma (monopsônio). Ou seja, não havendo competição pelo produto (leite), podem oferecer por ele preços até mesmo abaixo do seu custo de produção.

No caso dos oligopsônios, o poder de mercado (poder de impor preços ao produto) varia de acordo com a interação entre as empresas que o formam, pois se as mesmas competirem agressivamente pela compra do produto, seu poder de mercado diminuirá, porém,

se fizerem conluio ou cooperação entre si, o seu poder de mercado para fixar os preços aumentará.

Diferentemente do mercado competitivo, no qual a empresa tem que adequar sua produção de acordo com os preços de mercado, a empresa com poder de monopólio, ao fixar o preço que paga aos diversos produtores deverá levar em consideração a elasticidade da oferta, e fixará o menor preço possível para manter o interesse dos produtores ofertando a quantidade que a empresa tem interesse de receber/comprar. Por outro lado, esse preço estará de acordo com o lucro que a empresa (que detém o poder de monopólio) pretende obter na comercialização de seu produto manufaturado (a partir da matéria-prima comprada dos diversos fornecedores).

O mercado comprador de leite dos produtores rurais no Rio Grande do Sul está concentrado praticamente por duas empresas, ELEVA Alimentos detentora da empresa Elegê Alimentos S/A e a PARMALAT, as quais detêm aproximadamente 70% do mercado gaúcho (STOCKMANN, 2002, p. 42), o que caracteriza um oligopólio. Como resultado desse domínio, as empresas podem oferecer um menor preço aos produtores bem como impor condições para compra, tais como o controle de qualidade do leite, estipular quantidades mínimas a adquirir, roteiros de coleta, entre outros.

Se existe este poder por parte de um dos elos da cadeia do setor leiteiro, fazem-se necessárias medidas de organização nos demais elos. Neste sentido a revisão teórica proporcionou entender que relações de reciprocidade associadas às referências simbólicas dos agricultores familiares produzem estruturas de relações econômicas, formando redes de cooperação, influenciando na produção agropecuária e servindo para fortalecer as famílias produtoras de leite no enfrentamento ao oligopólio das indústrias de laticínios.

Assim, a conexão dos estudos empíricos com as teorias contribui para compreender como esses agricultores familiares, inseridos em relações mercantis, mas que ainda preservam algumas características dos agricultores coloniais (como a reciprocidade), conseguem uma evolução no desempenho econômico.

3 HISTÓRICO AGRÁRIO E A FORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO MISSÕES E NO MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO/RS.

A Região Missões, no Estado do Rio Grande do Sul, foi palco de constantes mudanças da posse territorial no passado, na disputa da Coroa Espanhola com a Coroa Portuguesa, resultando em um dos importantes marcos referenciais da evolução dos modos de vida agrários no sul do Brasil.

3.1 Caracterização socioeconômica e ambiental da Região Missões

Essa região situa-se na parte sudoeste do Planalto Meridional ao noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, entre as latitudes 28°22'00" e 28°05'00" do hemisfério sul, perfazendo área aproximada de 12.120 km², formada pela composição de 24 municípios.

A região possui uma população aproximada de 254.000 habitantes (FEE, 2005), correspondendo a 2,26% da população do Estado, sendo que 68,8% vivem nas cidades e 31,2% residem nas áreas rurais. De 1991 a 2000 a taxa de crescimento da população foi negativa em -0,21%.

Dos 24 municípios, 11 pequenos municípios apresentam mais de 60% da população no meio rural.

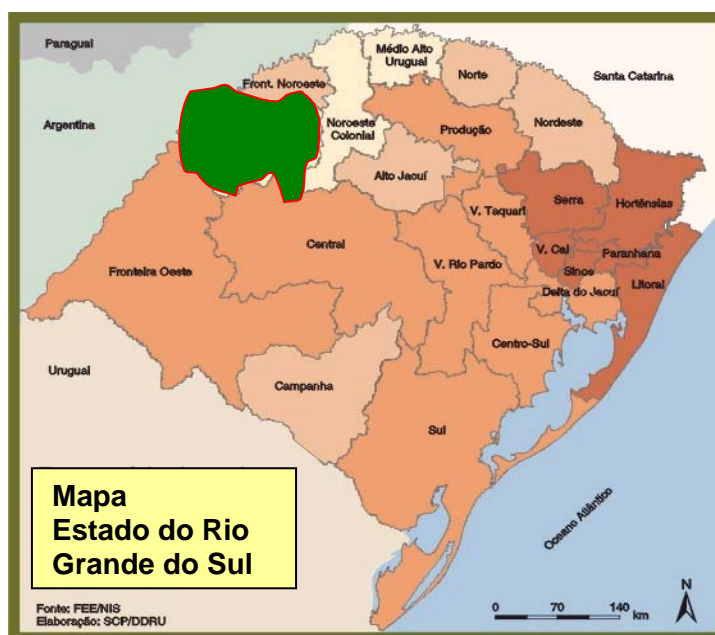


Figura 1 – Localização da Região Missões/RS (em verde)
Fonte: FEE, 2005.

Destaca-se como pólo econômico e político o município de Santo Ângelo, com mais de setenta mil habitantes, conhecido como a capital missioneira, com o qual o município de Sete de Setembro tem profundas ligações políticas e econômicas.

O principal rio da Região Missões é o rio Uruguai, cujo principal afluente na região é o rio Ijuí, o qual tem como afluente o rio Ijuizinho. Ao sul dessa região, encontra-se outro afluente do rio Uruguai, o rio Piratini, e ao norte, na divisa da região Missões com a região Colonial Noroeste, há o rio Comandaí, pequeno afluente do rio Uruguai.

As características de solos, relevos, vegetação e por conseqüência, o povoamento e a evolução agrária, se diferenciam a partir do rio Ijuí, sendo o sul da Região Missões uma área de transição para um relevo suave ondulado, com poteiros (campos) e lavouras extensivas e mecanizadas, ao passo que a parte da região que fica ao norte do rio Ijuí, onde ficava a área das antigas florestas, as características são: relevo mais ondulado, lavouras com diversificação de culturas, pecuária de leite e suinocultura, com uso mais intensivo de mão-de-obra .

Em relação à altitude, apresenta uma média de 250 metros acima do nível do mar, variando de 70 a 340 metros, sendo o município de Eugênio de Castro com a maior e Garruchos com a menor altitude, demonstrando que à medida que avança para o sudoeste a altitude diminui, isto é, à medida que se aproxima do rio Uruguai, onde se localizam as áreas planas utilizadas para lavouras de arroz irrigado.

Na Figura 2, é possível visualizar o relevo da região.



Figura 2: Toposequência da Região Missões/RS
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Constatam-se basicamente dois tipos de relevo: suave ondulado e ondulado, este principalmente próximo às encostas do rio Ijuí.

Quanto à composição dos solos, em sua maioria são Latossolos Vermelhos Distroféricos e Eutroféricos (STRECK, 2002), solos profundos ($> 1,0$ m) a muito profundos ($> 2,0$ m), bem drenados, com restrições à prática agrícola em função da baixa fertilidade natural e relativa propensão à erosão do solo.

Com menor área, próximo aos rios, encontra-se o tipo de solo conhecido como Neossolos Regolíticos (STRECK, 2002), solos pouco profundos ($< 1,0$ m) a profundos ($< 1,5$ m), de coloração escura ou avermelhada. Em relevo ondulado, apresentam uma alta pedregosidade, dificultando as práticas agrícolas mecanizadas e a profundidade limitada afeta a produção agrícola por deficiência hídrica.

Em pequena área existem os solos conhecidos por Chernossolos hálicos órticos (STRECK, 2002), apresentando pouca profundidade ($< 1,0$ m), geralmente bem drenados e se destacando pela alta fertilidade química. Na paisagem, dentro do relevo regional ondulado, são encontrados em relevo plano a suavemente ondulado, nas áreas mais baixas do relevo.

O clima missioneiro é subtropical, úmido, com chuvas distribuídas ao longo do ano, numa média anual de 1.800 mm de precipitações pluviais, porém no verão, nos meses de dezembro a fevereiro, em alguns anos ocorrem períodos de estiagem. Quanto às temperaturas, variam de 0°C (inverno) a 37°C (verão), ocorrendo geadas em alguns dias do inverno, mas na média as temperaturas situam-se entre 18°C e 22°C .

Na parte norte da Região Missões, entre os rios Ijuí e Comandá, conhecida região colonial de Cerro Largo e Santo Ângelo, onde se realizou o estudo empírico, encontra-se a floresta Estacional Decidual, com flora original rica em espécies de madeiras nobres, como Angico (*Parapiptadema rígida*), Cedro (*Cedrela fissilis*), Cabriúva (*Myrocarpus frondosus*), Guajuvira (*Patagonula americana*), Açoita-cavalo (*Luchesa divaricota*), Ipê roxo (*Tabebuia avellanadae*), Grápia (*Apuleia leiocarpa*), entre outras espécies, que ainda estão presentes, porém com reduzido número de exemplares.

3.2 Histórico da evolução agrária da Região Missões

A Figura 3 mostra o processo histórico da evolução agrária na Região Missões.

Foi na área de floresta, no norte da região missioneira, que se instalaram os imigrantes de origem europeia, formando o modo de vida de agricultura familiar colonial, o qual evolui a partir da modernização da agricultura ocorrida no Brasil nas décadas de 60 e 70 do século XX.

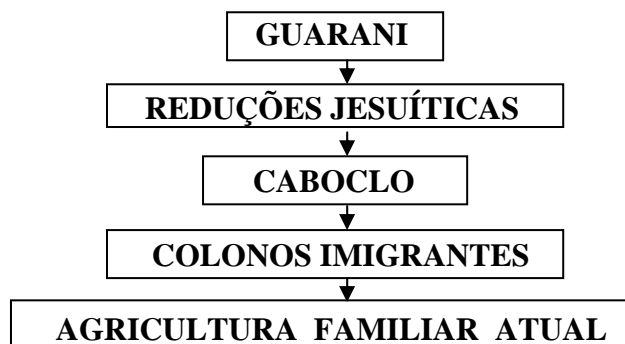


Figura 3 – Esquema da história agrária na Região Missões
Fonte: Elaborado pelo autor.

3.2.1 Os Guaranys (antes de 1626)

O processo de ocupação do território atual da Região Missões, segundo a maioria dos historiadores, ocorre hegemonicamente pelo povo Guarany, que teria chegado pela inflexão do rio Uruguai, no século V. Estudos indicam o vale do rio Ijuí como via de acesso para a penetração dos Guaranys no território atual da região Missões:

Embora a ocupação humana do Rio Grande do Sul date de pelo menos 6 mil anos, foram os Guaranys os primeiros cultivadores a penetrarem o território e isso já ao redor do século V de nossa era. Vieram como conquistadores, ‘desalojando as populações mais antigas’ (SILVA NETO; FRANTZ, 2005, p. 34).

A floresta, com solos de boa fertilidade, fauna e flora abundante para a alimentação, era o habitat preferido do povo Guarany, pois também podia executar a agricultura, cuja técnica consistia da derrubada e da queimada da floresta em pequenas áreas, conhecido como sistema de “coivara”, cultivando nessas áreas o milho, a mandioca, o feijão, batata-doce, abóbora, algodão e fumo, com destaque ao milho como alimento sagrado. Já nas áreas dos campos prevaleciam solos de baixa fertilidade e não favoreciam os cultivos, mas serviam para a caça, coleta de frutas, raízes e de folhas de erva-mate.

Com a agricultura praticada, ocorria rapidamente o esgotamento da fertilidade do solo, exigindo abertura de nova área, constituindo em uma agricultura itinerante, o que impôs ao povo Guarany um contínuo traslado de suas aldeias em busca de novas terras, levando-os ao enfrentamento com outros grupos indígenas, cujas guerras foram responsáveis, também, pela incorporação de outras tribos. As constantes movimentações dos Guarany demandaram a criação de trilhas na floresta, que serviram para facilitar o deslocamento, sendo posteriormente utilizadas pelos colonizadores.

Os Guarany viviam com uma forma de organização que lhes garantia a auto-suficiência alimentar e a sociabilidade interna de cada tribo. A divisão do trabalho era com base na idade e no sexo, cabendo aos homens a derrubada das árvores e queimada, preparando o solo para o plantio, normalmente realizado em mutirão, ao passo que o plantio (feito com uma estaca pontiaguda para afrouxar a terra e facilitar a colocação da semente ou tubérculo), os cuidados da lavoura e a colheita eram tarefas das mulheres e crianças. As mulheres, além disso, faziam os trabalhos domésticos (cuidar das crianças, cozinhar) e produziam vasilhames e tecelagem.

Ainda aos homens, cabiam as tarefas de pesca, caça, produção de armas e instrumentos, construção das casas feitas de bambus e estacas, preenchimento dos espaços das paredes com barro argiloso e a cobertura com sarrafos de troncos de palmeiras amarrados com cipó. Os instrumentos de cerâmica, a técnica de fiação, a rede de dormir, são contribuições da cultura Guarânica para a civilização atual.

O desenvolvimento sócio-produtivo dos Guarany leva a um crescimento demográfico e territorial, constituindo-se no grupo nativo mais importante do sul do continente:

[...] su agricultura estaba altamente adaptada a las condiciones ecológicas; dominaban los rios con eficaces embarcaciones; su desarrollo tecnológico era considerable; sus asentamientos estaban perfectamente organizados y su integración política alcanzaba nivel de jefaturas pré-estatales (JAUME et al., 1986, p.11).

Sob esta base étnica, se constituirá a colonização espanhola durante a exploração da força de trabalho dos guarany.

Os espanhóis ao chegarem à região, empregaram a força militar como mecanismo fundamental de dominação dos povos guarany. A formação de colonização espanhola se organizava em torno da obtenção de minérios preciosos do Alto Peru, provocando ocupação

territorial, sujeição e exploração dos guaranys, erradicação de espanhóis em terras cultiváveis destinadas à produção de bens de consumo para abastecer as frentes extrativistas e o mercado interno de Buenos Aires, além do objetivo de criar vias de comunicação e transporte entre a região e esses lugares.

As regiões inicialmente dominadas pelos espanhóis foram Assunção e terras de Guairá, posteriormente as terras do corredor entre os rios Paraná e Uruguai (território atual da Argentina) e por último as terras da margem esquerda¹ do rio Uruguai (território atual do Rio Grande do Sul/Brasil).

A exploração dos guaranys pelos espanhóis, através das chamadas *encomiendas*, foi muito severa e cruel, resultando em morte de mais de centenas de milhares de guaranys. Os homens da aldeia trabalhavam diretamente nas minas de minérios praticamente até a morte, além de serem requisitados para serviço militar. Já às mulheres, velhos e crianças recaía a responsabilidade pela produção de alimentos e produtos manufaturados, nas pequenas áreas que cada tribo possuía, em geral próxima ao local onde se organizavam os vilarejos dos colonizadores.

Em 1586 chegaram os Jesuítas na região de Assunção, visando reforçar a ocupação do território. Porém os jesuítas discordam dos métodos das *encomiendas* e escravidão dos guaranys, convencendo o rei Felipe III a terminar com a escravidão e a autorizar a catequização dos guaranys, permitindo reuni-los em reduções, tornando-os produtivos e inseridos ao mercado como também, gerando impostos à Coroa Espanhola.

3.2.2 As Reduções Jesuíticas (1626 – 1800)

Os Jesuítas, com formação nas ciências sociais, agronômicas e exatas, utilizavam a técnica de aproximação com o estudo da língua nativa e a obtenção da confiança do cacique, visando a catequização e dominação dos guaranys, sem a agressividade física.

Em 1687, segundo os historiadores Jaime ET AL.(1986), os jesuítas provenientes do território espanhol (hoje norte da Argentina) chegaram à margem esquerda do rio Uruguai, apoiados pelo exército da Coroa Espanhola para ocupar e manter as terras da Espanha, avançando pelo rio Ijuí, fundando os *Sete Povos das Missões*, primeiro a redução de São Francisco de Borja, depois fundaram São Nicolau, em seguida fundaram São Luiz Gonzaga e São Miguel do Arcanjo, a qual se tornaria a principal e mais populosa dos Sete Povos. Em

¹ Utiliza-se denominar esquerda ou direita às margens do rio de acordo com a direção da sua correnteza.

1690, fundaram a redução de São Lourenço Mártir, depois a redução de São João Batista, onde se localizaria a principal fundição que forneceria os instrumentos e equipamentos para as demais reduções. E em 1706, fundaram as reduções de Santo Ângelo Custódio, única na margem norte do rio Ijuí.

Os mesmos autores colocam que as reduções jesuíticas eram verdadeiras cidades encravadas na floresta, com escola, igreja, hospital, asilo, instituto meteorológico, moradias e pequenas indústrias, assim como oficinas nas quais os guaranis fabricavam instrumentos musicais, imprimiam pequenos livros, industrializavam ferro e produziam tecidos. Esta nova dinâmica social e produtiva provocou mudanças no modo de vida dos guaranis e marcou a história de todo o sul do Brasil.

A produção agrícola nas Reduções Jesuíticas se caracteriza pelo uso dos instrumentos como machado de pedra lascada e polida, a estaca com ponta para afrouxar o solo para plantar a semente, assim como novos instrumentos trazidos pelos jesuítas: arado de boi (provocou uma revolução no sistema de produção), facão, enxada e outros instrumentos de metais. Também produziam vasos de cerâmica para armazenagem de água.

A produção de alimentos era baseada na agricultura após o corte e queima da floresta, com produção de milho, mandioca, feijão, abóboras e batata-doce, sendo introduzidos pelos jesuítas: o trigo, a cevada, o linho e a cana-de-açúcar (utilizada para fazer aguardente). Também produziam o algodão e seu processamento nas tecelagens das reduções, assim como a coleta e processamento de erva-mate e seu cultivo próxima à área das reduções.

Os jesuítas também introduziram o gado, o cavalo e a ovelha, criados nas pradarias dos campos sujos da região e reunidos nas estâncias (eram cercadas por muralhas ou cercas vivas de cactos). Para formar os Sete Povos das Missões, os jesuítas instalaram as reduções nas áreas de campo sujo para caçar o gado que tinha se reproduzido livremente, utilizando instrumentos como *boleadeiras* e *lanças desgarronadeiras* que visavam cortar o garrão do animal. Da produção do gado provinha a carne, o couro e tração para trabalho na agricultura, e o cavalo teve grande importância no manejo das manadas de gado e para o transporte de mercadorias.

A importância econômica da produção das reduções jesuíticas pode ser demonstrada pela quantidade e qualidade dos produtos exportados ao Rio da Prata (Buenos Aires): 40% da erva-mate, 27% do linho, 6% do tabaco, 9% do couro e 1% do açúcar (JAUME et al., 1986). Também produziam instrumentos de trabalho e musicais que eram enviados para outras colônias espanholas e para a Espanha.

O Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha, em 1750, determina a troca de territórios, passando para a Espanha a Colônia de Sacramento (atual Uruguai) e para Portugal a região dos Sete Povos das Missões.

Os guaranys e os jesuítas são expulsos para a margem direita do rio Uruguai, queimando todas as reduções. Alguns guaranys se rebelam contra as decisões desse tratado, lutando contra os exércitos portugueses e espanhóis na chamada *guerra guaranítica*, quando estes exércitos derrotam os guaranys, dizimando a maior parte da população de aproximadamente 600 mil pessoas para menos de 300 mil.

Em 1761, Portugal e Espanha anulam o Tratado de Madri, retornando o território dos Sete Povos das Missões para o domínio espanhol. Os guaranys e jesuítas retornam às antigas reduções, agora destruídas, para reconstruí-las. Mas Espanha e Portugal voltam a entrar em guerra. Os guaranys lutam ao lado do exército espanhol. Já em 1763, fazem as pazes, porém, os guaranys atacam o exército português na Colônia de Sacramento, sendo responsabilizados os jesuítas. Este fato, aliado ao medo crescente que essas reduções se transformassem em repúblicas independentes, faz com que a Coroa Espanhola expulse os jesuítas, coloque militares nas reduções, provocando o declínio da nação guarani.

No início do século XIX, em 1801, os portugueses conquistam o território dos Sete Povos das Missões expulsando os militares espanhóis que administravam as reduções.

As florestas tomaram conta das cidades abandonadas. A mão-de-obra, a cultura, as técnicas e as produções agrícolas e pecuárias dos guaranys remanescentes serviriam de base para as próximas populações que passaram a ocupar a região, destacando o extrativismo de erva-mate e madeira nas áreas de florestas, local de refúgio de muitas famílias guaranys, para posteriormente serem desalojados dessas áreas pelos colonos imigrantes europeus que passaram a desenvolver novos sistemas de produção, baseados na agricultura.

O abandono das reduções jesuíticas-guaranys deixa como herança um grande rebanho de gado, cavalos e ovelhas, que se criaram livres sobre os campos nativos, constituindo em um atrativo econômico para os portugueses, o que gerou as bases para desenvolver a pecuária do Rio Grande do Sul (SILVA NETO; FRANTZ, 2005).

A ação dos saqueadores deixou poucos materiais das reduções jesuíticas dos Sete Povos, porém seus reflexos marcaram profundamente os modos de vida que lhe sucederam.

3.2.3 Os Caboclos (1800 -1910)

Os guaranis remanescentes das reduções jesuíticas destruídas e das guerras entre

Espanha e Portugal, vão se refugiar na floresta da região, lugar que também acolherá os mestiços e os caboclos. A composição dos caboclos, segundo alguns autores, não é fácil de caracterizar, mas é possível estimar:

Numa tentativa genérica de definir sua origem poder-se-ia dizer que se tratam de descendentes: 1) de bandeirantes e tropeiros paulistas que, em suas sucessivas incursões, se ligaram a mulheres índias; 2) de colonos açorianos que, por razões diversas, perderam suas terras ficando à mercê de atividades agrícolas em terras devolutas ou nas estâncias; 3) de estancieiros com mulheres escravas, ocupando-se da agricultura de subsistência nas terras do senhor; 4) de encontros fortuitos e quase sempre violentos entre militares com população civil durante os conflitos pelo controle da região; 5) de índios sobreviventes e aculturados [...] (SILVA NETO; FRANTZ, 2005, p. 52).

Os caboclos participaram da ocupação do território gaúcho, desprovidos de recursos e posse da terra, uma vez que não ocupavam posição militar para se beneficiarem de um título de sesmaria.

Este contingente humano ocupou as florestas, cujas terras não interessavam aos proprietários das sesmarias, sendo praticado o extrativismo da erva-mate para consumo e comercialização, tanto para os espanhóis da margem direita do rio Uruguai, como para os comerciantes portugueses. Outro extrativismo neste período foi da madeira, que servirá também para a implantação das lavouras.

Segundo Silva Neto e Frantz (2005), os caboclos das margens das florestas viviam em famílias isoladas em pequenos lotes, se relacionavam com estancieiros na prestação de trabalhos esporádicos remunerados nas lidas pecuárias ou se relacionavam com compradores de erva-mate.

Sua produção agrícola destinava-se para a subsistência, a partir do corte de árvores que em geral eram queimadas e algumas vezes comercializadas, sendo transportadas com auxílio de cavalos. Na clareira da floresta, plantavam o milho com o *saraquá* para enterrar a semente. Algumas vezes plantavam feijão junto com o milho.

Também cultivavam mandioca, batata-doce e abóbora. Possuíam pequenas criações como galinhas e poucas cabeças de gado e vacas de leite. Entre os instrumentos disponíveis, além do *saraquá*, utilizavam machado e facão.

Esses caboclos faziam uma agricultura itinerante, deixando em pousio as áreas após utilizá-las por algum tempo, na busca de terras novas e mais férteis, não possuíam limites para a exploração, uma vez que não possuíam título de propriedade.

Os caboclos não oferecerem resistência à ocupação dos colonos imigrantes, pelo contrário, como desbravadores e fornecedores de mão-de-obra facilitaram a instalação e o desenvolvimento dos novos colonos nas áreas de floresta da região.

3.2.4 Os Colonos Imigrantes (1910 – 1960)

O processo de colonização da Região Missões, conhecido como Colônias Novas, ocorre em 1910 após a chegada, em 1890, dos colonos imigrantes descendentes de alemães, poloneses e italianos na região noroeste do Rio Grande do Sul. Segundo Roche (1969, p. 126), a primeira colônia nova foi chamada Colônia Ijuí. A partir dela, no início do século XX, com a estrada de ferro chegando a Santo Ângelo em 1914, começava o processo de colonização das áreas de florestas das Missões, através de companhias colonizadoras, que comercializavam os lotes de 25 hectares, constituindo uma colônia de terra por família.

Esse autor descreve que em vários lugares a terra foi dividida em lotes retangulares por linhas que ligavam um rio ao outro. Em geral na sede de cada colônia eram erguidas construções de madeiras, como a escola, a igreja e as casas comerciais. Estas sedes coloniais formaram vilarejos onde se instalaram os moinhos, sapatarias, carpintarias, ferrarias e alfaiataria e depois essas vilas tornaram-se as primeiras cidades da região.

Os colonos exploraram as terras de florestas inicialmente com a extração da madeira, transportada de arrasto por animais e destinada à comercialização para construção das infra-estruturas das vilas e cidades que estavam nascendo, assim como fornecer madeira para construção da estrada de ferro.

Abriam espaços na floresta para iniciar as lavouras para o plantio de milho, feijão, batata inglesa, alfaça, trigo e cevada, com o uso de instrumentos como machado, foice, facão, enxada, pá, cavadeira e posteriormente, com arado de tração animal. A colheita era manual através do mutirão e a trilhagem dos grãos era com *manguá* (uma vara de madeira com um cinto de couro pesado e flexível na ponta) ou casco de cavalo em cima de panos de algodão.

Quanto às criações, possuíam algumas vacas de leite, galinhas e criavam suínos confinados em pocilgas de madeira, sendo estes últimos, a partir de 1940, se tornaria um dos principais produtos excedentes para comercialização às casas de banha (ROCHE, 1969).

A produção, nos primeiros anos da colonização, destinava-se basicamente para o consumo, sendo a erva-mate moída por monjolo movido à água que também moia o milho e trigo para fazer canjica e farinha.

Também processavam artesanalmente na unidade de produção familiar alguns produtos como geléias, queijo, manteiga, salame. A comercialização de excedentes ocorria nas casas comerciais das vilas ou cidades, em troca por produtos de primeira necessidade da família: sal, café, querosene para lampião.

Em 1949, a estrada de ferro ligada ao centro do Estado do Rio Grande do Sul chegou a Santo Ângelo, Cerro Largo e São Luiz Gonzaga, assim como estradas de terra e aparecimento do automóvel e caminhão, provocaram mudanças na região e nas relações mercantis.

Ainda no fim da década de 40, ocorreu uma intensificação da produção sem a devida reciclagem suficiente dos nutrientes do solo, uma vez que se utilizava apenas o esterco dos animais, conjugado a um curto pousio, provocando o esgotamento das terras, a diminuição da produtividade e o empobrecimento das famílias.

Os filhos dos primeiros colonos que chegaram à região ficaram com pouca opção de produzir nessas terras. Alguns iniciaram novo processo migratório para outras fronteiras agrícolas, em direção à Santa Catarina e Paraná, outros buscaram caminhos dentro da própria região, nas áreas de campo, localizadas ao sul da Região Missões, onde predominava a atividade pecuária. Estes aproveitaram o advento de novas tecnologias da agricultura, da utilização de fertilizantes químicos industrializados e da *motomecanização*, arrendando terras de fazendeiros para o plantio de trigo, cujo cereal estava sendo estimulado pelo Governo Federal.

Porém, outros filhos de colonos imigrantes permaneceram nas áreas que eram de florestas, na parte norte da Região Missões, onde se localiza atualmente Sete de Setembro/RS, produzindo excedentes principalmente na suinocultura, que se desenvolveu como alternativa econômica, agregando valor ao milho e remunerando o trabalho da família, além da intensificação das lavouras de soja e trigo também nas pequenas propriedades.

3.2.5 A Agricultura Familiar Atual (1960 até os dias atuais)

O avanço do capitalismo no país, com a substituição das importações e a internalização da indústria de base, ou seja, produzir no Brasil os produtos importados e desenvolver a indústria, visando o crescimento econômico, marca o início da década de 60.

Neste contexto, conforme Silva (1998), a agricultura tornava-se estratégica como fornecedora de alimentos baratos para o crescente mercado interno com o crescimento das cidades devido à industrialização que ocorria no país. Caberia à agricultura liberar mão-de-

obra para a cidade e absorver os produtos industrializados, como máquinas, implementos, fertilizantes e agrotóxicos. Esta modernização, segundo Silva (1998), foi chamada de *Revolução Verde* na agricultura.

Ao Estado coube a responsabilidade de financiar esse processo de industrialização nacional e a modernização da agricultura. Para isso foram criados instrumentos de políticas públicas como o SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, além da ABICAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. Ligadas a ABICAR, formaram-se as entidades estaduais responsáveis pela assistência técnica, surgindo no estado do Rio Grande do Sul a ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – responsável pela extensão rural (levar as novas tecnologias da indústria e o crédito rural para os agricultores).

Os reflexos dessas políticas agrícolas refletiram na Região das Missões, reconfigurando os sistemas de produção agrícola.

Os incentivos para a agricultura, especialmente à cultura do trigo, levaram muitos agricultores a utilizarem as novas tecnologias que surgiram como o trator, arado, grade de discos, semeadeiras, colhedeiras automotrizes, pulverizadores, uso de inseticidas, fungicidas e herbicidas, além do uso de fertilizante químico e calcário² para correção da acidez dos solos.

O avanço da triticultura já na década anterior havia provocado o surgimento das cooperativas tritícolas na região, como armazenadoras e comercializadoras do grão. Como o trigo é cultura de inverno, a pesquisa agrícola forneceu novas alternativas de cultivo no período de verão, surgindo com intensidade a lavoura de soja, leguminosa que complementava perfeitamente a lavoura de trigo (uma gramínea) por aproveitar o resíduo de nitrogênio deixado pela soja, a qual absorve-o e incorpora-o ao solo através de bactérias³ existentes na sua raiz.

Entretanto, o manejo errado e o intenso uso do solo com equipamentos pesados provocaram erosão e degradação dos solos, levando-os à exaustão do sistema de produção, com decadência da produção, gerando uma crise.

Na década de 80, novas técnicas de manejo e uso do solo, através de práticas conservacionistas⁴, revigoraram o sistema de produção agrícola, incorporando novas culturas agrícolas (milho, aveia e colza) e fazendo rotação nos cultivos para evitar doenças, aumentar a infiltração da água no solo e diminuir a erosão do solo.

² Esta tecnologia do uso do calcário foi difundida pela chamada campanha “Operação Tatu”.

³ Chamadas “rizobium”.

⁴ Práticas conservacionistas: curvas de nível, plantio em nível, terraceamento, controle de voçorocas e incorporação da palha de resteva e subsolagem profunda.

Em áreas conhecidas como *granjas*, especializadas em produzir poucas culturas agrícolas, a soja torna-se o principal produto comercial. Nessas propriedades se intensifica o uso das tecnologias contemporâneas, como o plantio direto na palha, usos de sementes transgênicas e, de forma incipiente, máquinas com aparelhos de georreferenciamento – GPS, agricultura de precisão e altamente tecnificada.

Na área colonial da região missioneira, o processo de modernização da agricultura acentua o desmatamento da floresta nas pequenas propriedades rurais. Isto ocorre com o objetivo de abrir novas áreas para a agricultura, por influência dos incentivos ao cultivo de trigo, ao plantio de soja, além do plantio do milho, que é importante às pequenas propriedades rurais em função de seus sistemas de produção integrarem as criações de suínos e gado de leite.

A pequena propriedade rural se tecnificou para atender o mercado, passando a utilizar trator, arado de disco, grade de disco, semeadeira, colheitadeiras, ou seja, as máquinas e implementos que a indústria disponibilizava, mas de menor tamanho que as utilizadas nas grandes propriedades. Porém, uma característica forte da pequena propriedade rural dessa região é a produção de alimentos para o autoconsumo da família, cultivando feijão, batata-doce, mandioca, abóbora, arroz, batatinha, olerícolas e frutíferas, além das criações de galinha e outros animais (EMATER/RS, 2006).

Também, a partir da década de 80, a agricultura passou a utilizar os insumos industrializados, se integrando aos complexos agroindustriais, conforme destaca Silva (1998).

Entre as principais produções agropecuárias da década de 80, destaca-se a produção tecnificada e integrada de suínos, localizada nos municípios próximos de Cerro Largo e Santo Ângelo (cidades pólos da região e Sete de Setembro/RS situa-se entre ambas), onde se formaram granjas especializadas de produção de suínos, com integração vertical aos frigoríficos da região.

Entre outros sistemas de produção existentes na região, destaca-se a criação de gado de leite sobre pastagens perenes cultivadas (EMATER/RS, 2006). O manejo desses animais ocorre com a divisão dessas áreas de pastagens através da cerca elétrica. Em geral são 30 piquetes, sendo usado um por dia, em rodízio, de forma que após 29 dias, a área pastoreada esteja disponível para novo pastoreio. A lotação utilizada é de quatro a cinco vacas por hectare.

Este método de manejo das vacas de leite apresenta baixo custo de produção, produtividade superior ao sistema de campo nativo (EMATER/RS, 2006), apresentando a reciclagem de nutrientes através da urina e esterco das vacas, além de diminuir a incidência de

carrapatos. Também se utiliza como instrumentos nesse sistema de produção a energia elétrica, a ordenhadeira mecânica, o resfriador de leite e a inseminação artificial.

Nas pequenas propriedades que associam os sistemas de produção de grãos e de leite, a mão-de-obra utilizada é familiar.

Ainda nessa região, surgem diversos sistemas de produção (EMATER/RS,2006), como o cultivo de cana-de-açúcar nas pequenas propriedades com relevo e solos impróprios para mecanização, a fruticultura, a olericultura, a criação de gado de leite em sistema de pastoreio rotativo, a agroindustrialização, para aumentar a agregação de valor e atividades não-agrícolas a exemplo do turismo rural.

Enfim, com esta caracterização histórica da evolução agrária da Região Missões, espera-se ter proporcionado ao leitor a compreensão da inserção social, econômica e ambiental das famílias rurais do município de Sete de Setembro/RS, onde se formaram os diferentes tipos de produtores de leite estudados nessa pesquisa, uns mais integrados e inseridos aos mercados, com maior patrimônio e renda agrícola e outros mais pobres economicamente, porém mais propensos a se organizarem em redes de cooperação a partir de relações sociais e econômicas com base na reciprocidade.

3.3 Formação e evolução do município de Sete de Setembro/RS

Sete de Setembro/RS emancipou-se de Guarani das Missões, mas mantém diversos laços econômicos e sociais com esse município, em função de ainda não possuir infra-estrutura completa, como hospital, fórum, promotoria pública, delegacia de polícia, bancos, estação de rádio, entre outros órgãos e entidades de serviços públicos.

Atualmente Sete de Setembro/RS possui uma área total de 130 km² (FAMURS, 2005), situando-se na longitude – 54°27'30.30" e na latitude – 28°07'41.84", com uma altitude média de 280 metros.

Os dados econômicos do município, conforme FEEDADOS (FEE, 2005), apresentam evolução de 175,7% no PIB total, no comparativo do ano de 1999 para 2003. Em 1999 apresentava um PIB de R\$ 10.518.000,00. Já em 2006, o PIB evoluiu para R\$ 28.999.000,00. Desse total, coube ao setor agropecuário 75,8% do PIB.

Em termos *per capita*, o PIB de Sete de Setembro/RS apresenta uma evolução de 2002%, passando de R\$ 4.279,00 – em 1999, para R\$ 12.923,00 – em 2003, situando-se entre

os municípios do Rio Grande do Sul que obtiveram os maiores crescimentos do PIB per capita.



Figura 4 – Localização do município de Sete de Setembro

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme dados do IBGE (2005) o município apresenta uma estrutura fundiária 31,8% do total das propriedades rurais com menos que 10 ha e 65,5% com áreas variando de 10 ha a menos de 100 ha, ou seja, 97,3% das propriedades possuem menos de 100 ha.



Figura 5 – Vista parcial da sede municipal de Sete de Setembro

Fonte: Sete de Setembro, Prefeitura Municipal (2007)

A população é de 2.059 habitantes (IBGE, 2005), sendo 80% rural e somente 20% urbana. Entretanto, cabe destacar que nos últimos seis anos, segundo IBGE (2005), registrou-se um crescimento de 10% da população urbana, diminuição de 22,5% da população rural e uma diminuição de 13,8% da população total.

Destaca-se a presença marcante dos imigrantes europeus, sendo a maioria das famílias de agricultores residentes neste município descendente de imigrantes poloneses, que influenciaram a formação cultural local, por meio de suas tradições, costumes e religiões.

O histórico agrário de Sete de Setembro/RS apresenta os mesmos tipos de modos de vida já descritos de acordo com a Figura 3 (p. 41). A agricultura familiar existente em Sete de Setembro tem como principais sistemas de produção: a bovinocultura de leite com base nas pastagens anuais e perenes, na silagem e em farelos de grãos; as lavouras de soja e trigo, cuja produção destina-se à comercialização nos mercados regional, nacional e internacional; lavoura de milho com objetivo de consumo na propriedade; a produção de subsistência para a própria família e, em menor escala, a produção de suínos confinados em pocilgas, com destino comercial junto aos frigoríficos da região.

A utilização de máquinas e equipamentos cresceu a partir do final dos anos 90, especialmente com o surgimento dos financiamentos pelo PRONAF em 1996. Atualmente a maioria das lavouras de soja, trigo e milho utiliza máquinas de plantio direto, pulverizadores e colhedeiras automotrizes, porém, em menos de 3% da área total utilizada (IBGE, 1998), ainda existem pequenas áreas em que o preparo do solo é com tração animal e o plantio, capinas e colheitas são realizados manualmente.

Também na bovinocultura de leite houve um incremento na utilização de equipamentos, conforme o relatório da EMATER/RS (2006), especialmente o uso de ordenhadeiras mecânicas e resfriadores para armazenagem do leite, o uso de equipamentos para silagem de milho, para o plantio de pastagens e o uso de cerca elétrica e a técnica do pastoreio rotativo.

A comercialização do leite produzido no município ocorre junto a seis empresas compradoras: ELEVA Alimentos, proprietária da Elegê Alimentos S/A, com posto de resfriamento do leite em Guarani das Missões; COMTUL – Cooperativa Mixta Tucunduva Ltda, com posto de recebimento do leite em Guarani das Missões; COOPLEITE – Cooperativa de Produtores de Leite, com plataforma de resfriamento do leite em Salvador das Missões; LATICÍNIOS BECKER, com posto de recebimento do leite em Santo Ângelo e a LATICÍNIOS BOM GOSTO, com plataforma de resfriamento do leite em Giruá.

4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Na realização de pesquisas, segundo Yin (2001), existem cinco estratégias de abordagem metodológica na área das ciências sociais: o experimento, o levantamento, a análise de arquivos, a pesquisa histórica e o estudo de caso. Cada uma delas pode ser utilizada para propósito exploratório, descritivo ou explanatório.

Ainda, segundo esse autor, a estratégia preferida quando se tem questões do tipo “como” e “por que” é o *estudo de caso*, por ser uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo no contexto em que ocorre, notadamente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos e o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos.

Para esta pesquisa optou-se pela abordagem metodológica do *estudo de caso*, no qual as unidades de análise foram os agricultores familiares (produtores de leite) do município de Sete de Setembro, divididos entre os que participam de redes de cooperação no processo de armazenagem e comercialização conjunta do leite e os que realizam este processo de forma individual.

Investigou-se *como* as relações de reciprocidade dos agricultores familiares de Sete de Setembro influenciam e caracterizam as suas relações sociais e econômicas e também *como* a reciprocidade influencia na formação de redes de cooperação entre eles.

Utilizou-se também a técnica do estudo comparado, a fim de verificar e compreender as causas das diferenças nos índices de desempenho socioeconômico entre as famílias de produtores de leite que comercializam leite em conjunto e as que comercializam individualmente.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa quantitativa e qualitativa, utilizando instrumentos e técnicas de coleta de dados, por meio de pesquisa documental (dados secundários do município e região) junto a EMATER/RS, FEE, FAMURS e IBGE, assim como a busca de dados primários, por meio da aplicação de formulário semi-estruturado fechado, observações de campo e roteiro de entrevistas semi-estruturadas com os agricultores selecionados e lideranças das organizações e instituições ligadas à atividade leiteira.

Com os resultados da pesquisa, se utilizou um estudo analítico comparativo do desempenho socioeconômico entre os dois grupos de famílias produtoras de leite.

4.1 Seleção da amostra

O processo de seleção da amostra iniciou-se com a definição da população a ser estudada, ou seja, um conjunto de elementos passíveis de serem mensurados. No caso estudado, definiu-se pelas famílias de produtores de leite que apresentassem os seguintes critérios:

- que comercializassem leite antes de 2000;
- que possuísem cadastro no Escritório Municipal da EMATER/RS de Sete de Setembro em 1999;
- que tivessem na atividade leiteira uma das principais geradoras de renda;
- que se enquadrassem nas regras do Pronaf C e Pronaf D, ou seja, que possuísem área inferior a quatro módulos rurais (no caso dos agricultores de Sete de Setembro/RS o limite é 80 hectares) e que a renda anual proveniente da agricultura fosse inferior a R\$ 25.000,00 para enquadramento no Pronaf C e inferior a R\$ 75.000,00 no Pronaf D.

A partir desses critérios, se estabeleceu contato com os extensionistas rurais do escritório municipal da EMATER/RS e da Secretaria Municipal de Agricultura de Sete de Setembro, a fim de obter apoio logístico e os primeiros conhecimentos sobre a realidade social e econômica do município por meio de estudo exploratório.

Conforme dados obtidos junto a esses órgãos locais e com as empresas compradoras de leite no município, constatou-se que existem aproximadamente trezentas famílias produtoras de leite que se enquadram nos critérios estabelecidos, assim como se observou que esses produtores de leite se concentram nas comunidades rurais de Linha Barreira Sul e Norte, Linha do Campo Sul e Norte, Linha Europa, Esquina Boa Vista e Rincão dos Vieiros.

A partir da definição da população, visando aproveitar o recurso financeiro e tempo disponível para a realização da pesquisa, se optou pela coleta de dados sobre uma amostragem desses produtores de leite ao invés da coleta sobre a população total definida, utilizando-se uma escolha intencional dirigida.

Segundo Barbeta, o tamanho da amostra em estudos comparativos não segue critérios estatísticos como em uma amostragem aleatória, mas parte da percepção do pesquisador sobre a população estudada, a fim de “[...]obter amostras comparáveis, ou seja, que se diferenciem somente com respeito ao fator de comparação e que representam razoavelmente bem a população de onde foram extraídas.” (BARBETTA, 2001).

Na amostragem foram selecionados dois grupos de produtores de leite (população definida pelos critérios já elencados) para estudos comparativos: famílias que de alguma forma comercializam o leite coletivamente compõem o grupo 1 e famílias que comercializam individualmente formam o grupo 2.

Na tentativa de aproximar-se de um tamanho de amostra que seja representativo estatisticamente, se utilizou por semelhança, a fórmula para o cálculo do tamanho mínimo da amostra que Barbetta (2001) apresenta, considerando:

n = tamanho da amostra (nº de produtores de leite para compor a amostra geral);

N = tamanho da população (300 produtores de leite);

n_0 = uma primeira aproximação para o tamanho da amostra;

E_0 = erro amostral tolerável.

Adotando um nível de confiabilidade tolerável de 80% para pesquisas de estudos comparativos, tem-se que:

$$n_0 = 1/(E_0)^2, \quad n_0 = 1/(0,2)^2, \quad n_0 = 25,$$

Assim, o tamanho mínimo da amostra foi calculado pela equação:

$$n = (N \times n_0) / (N + n_0), \quad n = (300 \times 25) / (300 + 25), \quad n = 7500 / 325,$$

$$n = 23,07 \text{ produtores de leite.}$$

Logo, diante de uma população de 300 produtores de leite, a amostra mínima deveria ser de 24 produtores. Entretanto, com os recursos disponíveis, foi possível expandir essa amostra para 32 produtores de leite, que representam 10,7% da população total estudada.

Tabela 1. Comunidades rurais de Sete de Setembro/RS onde vivem as famílias entrevistadas

| Comunidades rurais | GRUPO 1 nº de famílias | GRUPO 2 nº de famílias |
|----------------------|---------------------------|---------------------------|
| Linha do Campo Sul | 4 | 3 |
| Linha do Campo Norte | 3 | 1 |
| Linha Barreiro Sul | 4 | 6 |
| Linha Barreiro Norte | 3 | 2 |
| Linha Europa | 0 | 2 |
| Esquina Boa Vista | 2 | 1 |
| Rincão dos Vieiros | 0 | 1 |
| TOTAL | 16 | 16 |

Fonte: Dados da pesquisa.

A escolha intencional da amostra foi realizada junto com os extensionistas locais, definindo-se as comunidades rurais onde se concentram as famílias produtoras de leite, conforme Tabela 1 (p. 56).

Posteriormente, se realizou também em conjunto com os extensionistas locais, a escolha das trinta e duas famílias a serem pesquisadas, sendo dezesseis famílias produtoras de leite de cada grupo da amostra.

Ressalta-se que na definição das famílias da amostra, procurou-se considerar a proximidade da localização entre as propriedades das famílias do grupo 1 com as do grupo 2, evitando-se que a análise comparativa se desse entre unidades muito distantes, diminuindo a influência dos fatores edafoclimáticos.

Antes de iniciar as entrevistas, realizaram-se visitas às famílias selecionadas, acompanhado do extensionista da EMATER/RS do município, com a finalidade de apresentar o pesquisador, explicar sobre os objetivos da pesquisa, e por fim, obter a concordância ou não dos membros dessas famílias à participação na pesquisa.

Durante essas visitas foram agendadas as datas para as entrevistas, que se realizaram entre os dias 01 de março e 19 de junho de 2007.

4.2 Técnicas e instrumentos de pesquisa

Inicialmente se utilizou a pesquisa documental de dados secundários sobre a cadeia produtiva do leite no Estado do Rio Grande do Sul, na região das Missões e no município de Sete de Setembro/RS, através dos dados da FEE, FAMURS, EMATER/RS e IBGE. Também foram realizadas pesquisas documentais sobre dados populacionais, históricos, econômicos e edafoclimáticos da região para constituir o histórico agrário.

Junto às famílias selecionadas aplicou-se um questionário (Apêndice A), que permitiu:

- conhecer seus perfis por meio do número de pessoas, média de idade, número de filhos, nível de escolaridade, estado civil;
- conhecer o perfil da produção de leite, com os dados sobre produção anual, tamanho do rebanho e área de produção, assim como informações sobre adoção de diferentes tecnologias de produção leiteira;

- verificar os indicadores econômicos, através das informações sobre patrimônio e receita agrícola dos anos de 1999 e 2006, no comparativo entre as famílias do grupo 1 com as famílias do grupo 2;

- verificar os indicadores sociais, comparando os dados de 1999 e 2006, quanto à melhoria da habitação (instalação de luz, água encanada, fossa séptica, pintura, reforma, aquisição de móveis e utensílios), do lazer (viagens e passeios), da participação em diretorias da comunidade e escola, em sindicato, em clube de mães, em conselhos municipais e em cursos de capacitação;

- verificar os indicadores de reciprocidade, como a participação em mutirão entre vizinhos, mutirão comunitário, ajuda mútua entre vizinhos e parentes, compartilhamento de máquinas e implementos e participação em formas coletivas de comercialização de produtos agropecuários ou compra conjunta de insumos;

- verificar indicadores de satisfação pessoal;

- reunir dados quantitativos para avaliar o desempenho econômico e social dos agricultores que participam das redes de cooperação na atividade leiteira e dos que atuam individualmente nesta atividade, na análise comparativa entre o ano agrícola de 1999 e o ano agrícola de 2006.

A escolha dos anos agrícolas (1999 e 2006) para coleta de dados se deu em função de que a instalação do Escritório Municipal da EMATER/RS em Sete de Setembro/RS ocorreu no início do ano de 1999, quando se realizaram os primeiros cadastros de agricultores em função dos programas governamentais (Pronaf e RS Rural), logo, o ano de 1999 é o primeiro ano agrícola que possibilita a obtenção de dados e informações dos agricultores a serem pesquisados. Quanto o ano agrícola de 2006, se adotou este em função de ser o último ano completo antes de iniciar esta pesquisa.

A coleta de dados econômicos obtidos com o questionário do apêndice 01 possibilitou realizar o cálculo de um dos indicadores econômicos da pesquisa, a variação do patrimônio total no período estudado, a partir do cálculo do patrimônio em terras, em animais, em benfeitorias, em máquinas e veículos. A cotação dos preços utilizados para a realização desses cálculos está no apêndice 05, cujos valores utilizados foram atualizados para fevereiro de 2007.

Em relação ao outro indicador econômico - a receita originada na atividade agropecuária - os dados econômicos coletados não foram suficientes para se obter a receita líquida agropecuária, uma vez que as informações fornecidas pelas famílias pesquisadas se referem ao ingresso bruto anual de dinheiro proveniente das vendas da produção

agropecuária, não incluindo a produção destinada para o autoconsumo, assim como essas informações proporcionaram apenas conhecimento do desembolso de dinheiro para compra de insumos e serviços para as atividades agropecuárias, não fornecendo informações sobre os custos fixos, os quais estão incluídos quando se calcula a receita líquida.

Optou-se em não utilizar os custos fixos em função da heterogeneidade encontrada na amostra. Por exemplo: há produtores que desconhecem o ano de fabricação de determinadas máquinas e equipamentos que possuem (inviabilizando o cálculo de sua vida útil e conseqüente valores de depreciação), ou desconhecem os seus valores atuais de mercado. Entretanto, esta dificuldade não impossibilitou uma comparação econômica entre as famílias no presente trabalho, uma vez que o objetivo é comparar o desempenho sócio-econômico entre os dois grupos de famílias, a partir de iguais critérios de elaboração dos indicadores analisados.

Para tanto, como mais um indicador econômico, foram utilizados os resultados referentes ao ingresso líquido anual de dinheiro proveniente das atividades agropecuárias, resultante do ingresso bruto anual subtraído do desembolso anual.

Outras informações coletadas por meio do questionário contribuíram para verificar os indicadores sociais e indicadores de reciprocidade. Para observar as melhorias de infra-estrutura social, se coletou dados sobre a existência de energia elétrica nas residências das famílias do grupo 1 e do grupo 2 no ano de 1999 e em 2006, assim como informações sobre existência de saneamento básico e banheiro, além de verificar se houve ampliação da moradia, aquisição de novos móveis e utensílios domésticos. Outro indicador social analisado refere-se ao lazer das famílias produtoras de leite, por meio da coleta de dados sobre a realização de viagens em 1999 e em 2006.

Quanto aos indicadores de reciprocidade utilizados nesta pesquisa, estes têm como finalidade apontar a capacidade de integração e confiança entre as famílias, uma vez que os dados coletados demonstraram o percentual de famílias que participam em mutirões de cunho econômico em atividades ligadas a produção agrícola (silagem) e cunho social em atividades ligadas ao lazer e religião (construção do salão comunitário e da igreja), assim como o percentual de famílias que praticaram ajuda mútua, compartilhamento de máquinas e implementos, comercialização coletiva da produção agrícola e compra conjunta de insumos agrícolas

Ainda como instrumentos de pesquisa, realizaram-se as observações de campo e conversas informais (anotadas no Diário de Campo), as quais serviram para verificar o

comportamento nas relações sociais e econômicas das famílias de agricultores selecionadas, assim como o contexto em que estão inseridos.

Além disso, também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, conforme os Apêndices B e C, com o objetivo de verificar quando essas famílias iniciaram a comercialização do leite, assim como as mudanças ocorridas na produção, armazenagem e comercialização.

Estas entrevistas contribuíram também para conhecer as relações das famílias produtoras com as empresas compradoras de leite, a importância da venda do leite, as vantagens e desvantagens da atividade leiteira, os motivos das mudanças na comercialização, o processo da formação das redes de cooperação de compartilhamento de implementos e de comercialização do leite em conjunto, as vantagens e desvantagens dessas redes, os mecanismos técnicos e operacionais dessas redes de cooperação, e também verificar os motivos, entre os produtores de leite que comercializam individualmente, de não integrarem uma rede de comercialização para a venda do leite em conjunto.

Enfim, as entrevistas possibilitaram verificar como, por que e quais as redes de cooperação se formaram e como elas contribuíram para o desempenho econômico e social das unidades de produção familiares.

Por fim, a coleta de dados primários se concluiu com as entrevistas semi-estruturadas realizadas com os extensionistas rurais e as lideranças de instituições e organizações (Apêndice D), sendo entrevistados dois extensionistas rurais do escritório local da EMATER/RS, o Secretário Municipal da Agricultura e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Estas entrevistas forneceram subsídios para melhor compreensão da realidade local e da dinâmica social e econômica que está ocorrendo no município, com destaque para as atividades da bovinocultura de leite.

Para todos os instrumentos metodológicos utilizados, realizou-se um pré-teste antes da aplicação na amostra efetiva, aplicando-se dois formulários semi-estruturados fechados e duas entrevistas semi-estruturadas com famílias de agricultores selecionadas, além de um pré-teste com um extensionista do escritório local da EMATER/RS.

Quanto ao tratamento dos dados coletados, se optou pela análise comparativa qualitativa simples dos indicadores (econômicos, sociais e de reciprocidade) nos dois períodos estudados (1999 e 2006), exposta por meio da descrição analítica dos resultados.

5 RESULTADOS

Os resultados obtidos em pesquisa quantitativa e qualitativa, geralmente apresentam dificuldades de análise, especialmente em se tratando de verificação de índices de melhoria da qualidade de vida e de desempenho econômico.

Em função disso, neste estudo buscou-se verificar a evolução e melhoria do desempenho econômico e social do ano de 1999 a 2006 dos dois grupos de famílias produtoras de leite estudadas, analisando e comparando os indicadores econômicos, sociais, de reciprocidade e de satisfação pessoal, na busca de compreensão do processo de melhoria das condições de vida dessas famílias.

Este trabalho proporciona a possibilidade de conhecer informações, dados e elementos de cunho social e econômico do mundo rural que possibilitem uma análise capaz de avaliar a importância das relações sociais informais (como as relações de reciprocidade) no desempenho socioeconômico das famílias rurais, o que não garante por si só, o desenvolvimento rural pleno.

Entretanto, é inegável que uma evolução econômica dessas famílias rurais, conjuntamente com a evolução das melhorias de infra-estrutura social básica (habitação, educação, saúde, transporte, estradas, conforto do lar, etc), tende a conduzir essas famílias e suas comunidades rurais a uma situação de desenvolvimento rural.

Portanto, na seqüência são apresentados os resultados da pesquisa por categoria de indicadores analisados, porém antes, se apresenta o perfil das famílias pesquisadas, capaz de demonstrar que se trata de legítimos representantes do grupo social denominado de agricultura familiar.

5.1 Perfil social das famílias entrevistadas

Visando identificar o perfil social das famílias de agricultores entrevistadas, foram coletados, por meio de questionário, itens que possam caracterizá-las quanto à média do número de pessoas e filhos por família, a média de idade, o nível educacional e o estado civil dos chefes de família e dos filhos que residem na propriedade.

Quanto ao número de componentes, destaca-se o tamanho atual das famílias agricultoras, refletindo a tendência da diminuição da população rural (IBGE, 2005) conforme se observa na Tabela 2, em que ambos os grupos estudados apresentam resultados semelhantes em relação ao número de filhos morando na propriedade rural.

Tabela 2. Média do número de membros e filhos nas famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS

| Características | Número médio | |
|---|--------------|---------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| Membros da família morando na propriedade | 3,75 | 3,62 |
| Filhos morando na propriedade | 1,75 | 1,68 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 3, ao verificar o nível educacional dos membros das famílias entrevistadas, constata-se que a escolaridade até a 5ª série do Ensino Fundamental predomina em ambos os grupos, entretanto o percentual das pessoas com II grau completo é superior no grupo 2.

Tabela 3. Nível educacional dos membros das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS

| Nível educacional | GRUPO 1 | | GRUPO 2 | |
|--|---------|-------|---------|-------|
| | nº | % | nº | % |
| Analfabeto | 0 | 0,0 | 1 | 1,7 |
| Até 5ª série do ensino fundamental | 36 | 60,0 | 31 | 53,5 |
| Da 6ª a 8ª série do ensino fundamental | 12 | 20,0 | 8 | 13,8 |
| IIº incompleto | 4 | 6,7 | 5 | 8,6 |
| IIº completo | 8 | 13,3 | 13 | 22,4 |
| Total | 60 | 100,0 | 58 | 100,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

As anotações de campo registram que a predominância da escolaridade até a 5ª série é mais freqüente entre as pessoas de mais idade (os pais), ao passo que os filhos com mais de 18 anos compõem a maioria entre os membros que possuem IIº grau completo.

A média de idade dos membros das famílias varia pouco entre os componentes dos grupos pesquisados. Constata-se na próxima tabela, que os chefes de famílias apresentam

uma idade média de 47 a 50 anos, o que exige em torno de 15 a 18 anos para aposentadoria rural, quando poderá ocorrer o ingresso de novas receitas para a família.

Tabela 4. Média de idade nas famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS

| Membro familiar | Média de idade (anos) | |
|---------------------------|-----------------------|---------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| Chefe de família | 50,0 | 46,9 |
| Cônjuges | 46,6 | 39,8 |
| Filhos maiores de 18 anos | 23,5 | 24,0 |
| Filhos menores de 18 anos | 11,0 | 11,9 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Complementando o perfil das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro por meio das informações coletadas referente à mão-de-obra, somente três famílias (18,5%) do grupo 2 e uma família (6,3 %) do grupo 1 possuem empregados contratados temporariamente, o que reforça a caracterização familiar das unidades de produção, uma vez que a mão-de-obra utilizada é basicamente familiar.

Junto com esses dados da Tabela 4, têm-se os resultados do item 13.5 do questionário (Apêndice A, p. 99) sobre a tendência de algum membro familiar migrar para a cidade. Entre os membros do grupo 1 apenas 4 responderam ter intenção de ir para a cidade, equivalente a 6,7% do total de pessoas das famílias deste grupo, porém se for considerado o número de famílias em que alguém pretendente migrar para a cidade, o resultado é 4 famílias (25%) do grupo 1, assim como no grupo 2, que também apresenta como resultado 4 membros familiares com a intenção de migrar para a cidade, o que corresponde a 6,9% do total das pessoas que compõem o grupo 2.

5.2 Perfil da produção leiteira das famílias entrevistadas

O perfil da produção de leite de cada grupo em estudo foi analisado a partir dos dados coletados da estrutura fundiária, do número de vacas por propriedade e da produção média anual de leite, além da constatação do nível de adoção de tecnologias de produção.

Em relação à estrutura fundiária, percebe-se na Tabela 5 que as famílias do grupo 2 possuíam em 1999 uma área média de terras próprias praticamente 37% (18,5 ha > 13,4 ha) superior àquela das famílias do grupo 1, ao passo que em 2006 essa diferença cai para 10% (20,3 ha > 18,4 ha), indicando que houve um aumento maior de aquisição de terras pelas famílias do grupo 1.

Mais acentuado ainda é o aumento da área total, onde está incluída a terra arrendada, pois as famílias do grupo 1 passam de uma média de 18,6 ha em 1999 para 28,3 ha em 2006 (aumento de 52,1%), ao passo que as famílias do grupo 2 têm aumento menor da área total de 1999 em relação a 2006 (24,0%), mas continuam com área média total superior à das famílias do grupo 1.

Tabela 5. Estrutura fundiária das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS

| Estrutura fundiária | Área média (ha) | |
|--|-----------------|---------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| Área própria em 1999 | 13,4 | 18,5 |
| Área própria em 2006 | 18,4 | 20,3 |
| Variação % da área própria de 1999 para 2006 | 37,1 | 9,7 |
| Área total (próprias e arrendadas) em 1999 | 18,6 | 25,8 |
| Área total (próprias e arrendadas) em 2006 | 28,3 | 32,0 |
| Variação % da área total de 1999 para 2006 | 52,1 | 24,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao número de vacas, observa-se na Tabela 6, que as famílias do grupo 2 possuem maior rebanho leiteiro que as do grupo 1, assim como obtiveram um crescimento maior do plantel de vacas.

Tabela 6. Número de vacas por produtor de leite de Sete de Setembro/RS

| Período | Nº médio de vacas / Produtor | |
|------------------------------|------------------------------|---------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| 1999 | 5,5 | 6,8 |
| 2006 | 9,6 | 12,8 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 74,5 | 88,2 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Confirmando uma situação econômica superior das famílias do grupo 2 em relação às do grupo 1, além de maior área de terra, de maior número de vacas, também apresentam maior volume de produção anual de leite (praticamente o dobro), conforme a Tabela 7. Utilizando a produção anual média e dividindo por 365 (nº de dias do ano), pode-se verificar que as famílias do grupo 2 tinham em 1999 uma média diária de 40 litros de leite ao passo que as famílias do grupo 1 tinham uma média diária de 30 litros, o que para as empresas compradoras acarretava o não interesse no recolhimento e compra dessa quantidade diária de leite, provavelmente excluindo parte dessas famílias da cadeia do leite.

Tabela 7. Produção anual de leite por produtor de Sete de Setembro/RS

| Período | Produção anual média por produtor (l de leite) | |
|------------------------------|--|---------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| 1999 | 11.300 | 14.227 |
| 2006 | 24.606 | 44.396 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 117,7 | 210,9 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2006, fazendo o mesmo raciocínio matemático, verifica-se que as famílias do grupo 2 atingem uma média superior a 121 litros de leite por dia ao passo que as famílias do grupo 1 obtêm uma média de produção diária de 67 litros de leite. Assim estariam acima dos 50 litros diários, faixa mínima estipulada pelas empresas compradoras.

Também se verificou que a política de maior preço pago é de acordo com a quantidade de leite entregue por mês, o que levou as famílias do grupo 1 a necessitarem da venda coletiva para garantir um melhor preço, ao passo que as famílias do grupo 2 demonstraram não depender da venda em conjunto com outros produtores, uma vez que possuíam quantidade suficiente para alcançarem uma faixa de preço superior ao oferecido pelas empresas compradoras.

Com o auxílio da Tabela 6 (p. 64) que mostra o aumento do número de vacas por produtor e da Tabela 8 (p. 66) que apresenta o grau de adoção de técnicas de produção, é possível compreender a evolução da produção leiteira, que apresenta um aumento significativo, tanto para o grupo 1 como para o grupo 2, mas este último obteve um ganho maior no aumento da produção de leite.

Apesar de todas as famílias apresentarem um aumento do uso das técnicas de produção do leite no comparativo entre o ano de 1999 e o ano de 2006, as famílias do grupo 2 têm um maior aumento na maioria dos itens analisados, com exceção do uso da técnica do pastoreio rotativo e da silagem, em que o aumento foi maior entre as famílias do grupo 1.

Tabela 8. Técnicas de produção adotadas pelos produtores de leite de Sete de Setembro/RS

| Técnicas de produção | GRUPO 1 | | GRUPO 2 | |
|---|--------------------|------|--------------------|------|
| | Nº Famílias (n=16) | % | Nº Famílias (n=16) | % |
| Compra de matrizes em 1999 | 6 | 37,5 | 4 | 25,0 |
| Compra de matrizes em 2006 | 9 | 56,2 | 11 | 68,7 |
| Inseminação artificial em 1999 | 13 | 81,2 | 8 | 50,0 |
| Inseminação artificial em 2006 | 15 | 93,7 | 14 | 87,5 |
| Pastagem cultivada de inverno em 1999 | 11 | 68,7 | 11 | 68,7 |
| Pastagem cultivada de inverno em 2006 | 14 | 87,5 | 15 | 93,7 |
| Pastagem perene (tifton) em 1999 | 3 | 18,7 | 3 | 18,7 |
| Pastagem perene (tifton) em 2006 | 9 | 56,2 | 9 | 56,2 |
| Pastoreio rotativo em 1999 | 3 | 18,7 | 2 | 12,5 |
| Pastoreio rotativo em 2006 | 7 | 43,7 | 3 | 18,7 |
| Silagem em 1999 | 6 | 37,5 | 3 | 18,7 |
| Silagem em 2006 | 12 | 75,0 | 9 | 56,2 |
| Ordenhadeira mecânica em 1999 | 3 | 18,7 | 2 | 12,5 |
| Ordenhadeira mecânica em 2006 | 8 | 50,0 | 12 | 75,0 |
| Resfriador de leite de expansão em 1999 | 3 | 18,5 | 1 | 6,2 |
| Resfriador de leite de expansão em 2006 | 5 | 31,2 | 9 | 56,2 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Análise desses dados indicam que houve um incremento positivo para as famílias de ambos os grupos de produtores de leite, porém para uma análise do desempenho socioeconômico delas, torna-se necessário conhecer e analisar os indicadores econômicos e sociais resultados dessa pesquisa.

5.3 Análise dos indicadores econômicos

Como indicadores do desempenho econômico das famílias utilizou-se a evolução do patrimônio e do ingresso líquido anual de dinheiro, no comparativo dos anos 1999 e 2006.

O primeiro indicador – patrimônio - representa a soma dos valores patrimoniais em terras, benfeitorias, animais e máquinas, descontando os valores das dívidas.

O primeiro fator analisado é o patrimônio em terras, que se pode observar na Tabela 9. As famílias do grupo 2 possuem um valor patrimonial em terras maior que as do grupo 1, tanto no ano de 1999 como no ano de 2006.

Tabela 9. Valor patrimonial em terras dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS

| Período | Valor médio em terras (R\$) | |
|------------------------------|-----------------------------|-----------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| 1999 | 69.390,62 | 86.870,00 |
| 2006 | 89.246,87 | 96.356,62 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 28,6 | 10,9 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Entretanto, com auxílio da análise da Tabela 5 (p. 64) se constata que há maior evolução no aumento do tamanho da área própria no grupo 1, portanto é lógico que se tenha, no período analisado, maior aumento patrimonial em terras também entre as famílias do grupo 1 que do grupo 2.

Também em termos de benfeitorias, as famílias do grupo 2 possuem maior patrimônio que as do grupo 1, conforme análise da Tabela 10.

Tabela 10. Valor das benfeitorias dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS

| Período | Valor médio em benfeitorias (R\$) | |
|------------------------------|-----------------------------------|-----------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| 1999 | 14.253,12 | 19.580,00 |
| 2006 | 26.240,62 | 31.246,62 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 84,1 | 59,5 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Entretanto, no comparativo entre o ano de 1999 e o ano de 2006, as famílias do grupo 1 tiveram, novamente, um maior aumento patrimonial (84,1%) neste item que do outro grupo (59,5%).

Outro item em que os resultados mostram a superioridade do patrimônio das famílias do grupo 2 em relação às famílias do grupo 1 é o patrimônio em máquinas, implementos e veículos, conforme a Tabela 11.

Entretanto, quando analisado a evolução patrimonial, no período pesquisado, deste item, se verifica que essa evolução foi maior para as famílias do grupo 1 (203,0%) do que para as famílias do grupo 2 (148,0%).

Tabela 11. Valor do maquinário dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS

| Período | Valor médio em máquinas (R\$) | |
|------------------------------|-------------------------------|-----------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| 1999 | 8.821,25 | 18.443,00 |
| 2006 | 26.732,50 | 45.746,62 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 203,0 | 148,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

O que se verificou na pesquisa é que as máquinas e equipamentos, especialmente para atividade leiteira, eram muito incipientes nas famílias do grupo 1, o que levou a um significativo aumento neste item, porém o aumento patrimonial em máquinas e equipamentos ocorre em ambos os grupos, mostrando que, apesar de mencionarem constantemente que a agricultura está em crise, ocorreram investimentos, especialmente em equipamentos para a atividade leiteira (Tabela 8, p. 66), destacando-se o significativo aumento no uso de ordenhadeiras mecânicas e resfriadores de leite por expansão.

Também se tem como indicador econômico pesquisado o valor patrimonial em animais que as famílias possuem. Na Tabela 6 (p. 64) se verificou que houve um aumento no plantel de vacas de leite, em ambos os grupos analisados. Isso reflete no aumento do patrimônio em animais durante o período estudado, conforme se percebe na Tabela 12.

Tabela 12. Valor patrimonial em animais dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS

| Período | Patrimônio médio em animais (R\$) | |
|------------------------------|-----------------------------------|-----------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| 1999 | 7.828,12 | 10.046,62 |
| 2006 | 16.746,87 | 20.643,00 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 113,9 | 105,4 |

Fonte: Dados da pesquisa.

As famílias do grupo 2, novamente possuem um patrimônio maior em animais que as do grupo 1, porém, a variação patrimonial neste item foi maior entre as famílias do grupo 1, apesar do grupo 2 ter aumento maior no nº de vacas que o grupo 1 (Tabela 6, p. 64).

Isso ocorre porque os animais do grupo 1 têm valor maior em função de que na maioria dos casos foram comprados com recursos dos programas governamentais (RS RURAL, PRONAF), ao passo que os animais do grupo 2 são resultados, na maioria dos casos, da produção própria com menor valorização.

Antes de calcular o patrimônio total, se pesquisara as dívidas que essas famílias possuíam em 1999 e em 2006, considerando os valores do saldo devedor de empréstimos ou financiamentos. Na tabela 13 se verifica que as dívidas aumentaram para ambos os grupos.

Apesar dos dados mostrarem, na Tabela 13, que ambos os grupos tiveram significativo aumento das dívidas, percentualmente houve um maior aumento da dívida para as famílias do grupo 2, uma vez que na maioria dos financiamentos dos produtores deste grupo apresentam taxas de juros mais elevadas que os financiamentos acessados pelos produtores do grupo 1, que acessam alguns financiamentos com valores a fundo perdido.

Tabela 13. Valor médio das dívidas dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS

| Período | Valor médio das dívidas (R\$) | |
|------------------------------|-------------------------------|-----------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| 1999 | 2.943,75 | 2.680,00 |
| 2006 | 20.031,25 | 23.653,87 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 580,4 | 782,6 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Em geral as dívidas pesquisadas provêm de financiamentos e empréstimos para a compra de máquinas e animais, para a melhoria das instalações ou para a compra de insumos da lavoura de soja que não foram pagas em virtude da estiagem da safra 2004/2005.

Uma vez obtidos os valores patrimoniais em imóveis, móveis e semoventes, pode-se calcular o patrimônio total, subtraindo-se desses itens o valor das dívidas.

Constata-se na Tabela 14 (p. 70) que as famílias do grupo 2 têm maior patrimônio que as famílias do grupo 1. Verifica-se também que, apesar das famílias de ambos os grupos apresentarem crescimento patrimonial, esse foi maior entre as famílias do grupo 1. Por sinal, a evolução patrimonial em todos os quesitos analisados foi superior para as famílias do grupo 1.

Tabela 14. Valor patrimonial total dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS

| Período | Patrimônio médio total (R\$) | |
|------------------------------|------------------------------|------------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| 1999 | 97.349,37 | 132.259,62 |
| 2006 | 139.176,25 | 170.339,00 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 42,9 | 28,8 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Portanto, analisando a evolução patrimonial como indicador econômico de desempenho, se conclui que as famílias do grupo 1 apresentam um melhor resultado que as do grupo 2 no período estudado.

Outro fator estudado como indicador de desempenho econômico foi a variação do ingresso líquido anual em moeda proveniente da agropecuária, sendo pesquisados os dados referentes ao ingresso bruto anual em moeda obtido com a venda da produção agropecuária e o desembolso com insumos e serviços das atividades agropecuárias.

Tabela 15. Ingresso bruto anual em moeda proveniente da agropecuária dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS

| Período | Ingresso bruto médio anual da agropecuária (R\$) | |
|------------------------------|--|-----------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| 1999 | 19.007,12 | 26.773,53 |
| 2006 | 28.482,37 | 36.406,66 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 49,8 | 35,9 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 15, se observa que o ingresso bruto anual em moeda obtido com a venda da produção agropecuária (lavouras de soja, milho, trigo, produção de leite, carne de bovino, suíno, etc) é maior entre as famílias do grupo 2, mas as famílias do grupo 1 obtiveram uma evolução superior as do grupo 2.

É interessante analisar esses números junto com os da Tabela 7 (p. 65), em que o aumento da produção de leite no grupo 2 foi o dobro do outro grupo. Porém, mesmo assim as famílias do grupo 1 apresentam uma elevação superior (49,8%) às famílias do grupo 2 (35,9%) na receita proveniente da agropecuária, uma vez que conseguem preço melhor na venda do leite por comercializarem em conjunto, pois receberam em janeiro de 2007 o preço

médio de R\$ 0,43 pago pelo litro de leite, o que representa 10% a mais que o valor pago de R\$ 0,39 para as famílias do grupo 2.

Também corroboram nesta análise os resultados apresentados na Tabela 5 (p. 64), a qual demonstra que o aumento no tamanho da área das famílias do grupo 1 foi superior ao aumento na área das do grupo 2. Com isso, o grupo 1 obteve um aumento maior de área com lavoura e, conseqüentemente, um maior aumento no ingresso bruto anual em moeda obtido com a venda da produção agropecuária.

Outro item pesquisado para análise do indicador econômico foi o desembolso com as despesas referentes às compras com insumos e pagamentos de serviços para as atividades agropecuárias.

Na Tabela 16 se verifica que a evolução do desembolso com despesas para as atividades agropecuárias foi maior para as famílias do grupo 1. Este resultado demonstra que para haver o aumento do ingresso bruto anual obtido com a venda da produção agropecuária (Tabela 15, p. 70) fez-se necessário um aumento do desembolso nas despesas relacionadas com insumos e serviços para as atividades agropecuárias.

Tabela 16. Desembolso anual em moeda nas atividades agropecuárias dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS

| Período | Desembolso médio anual na agropecuária (R\$) | |
|------------------------------|--|-----------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| 1999 | 6.587,75 | 10.519,86 |
| 2006 | 10.220,56 | 16.111,33 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 55,1 | 53,1 |

Fonte: Dados de pesquisa.

Por fim, tem-se na Tabela 17 (p. 72) o ingresso líquido anual em moeda proveniente da agropecuária obtido a partir do valor da receita bruta anual da agropecuária com a subtração do desembolso realizado com as despesas de insumos e serviços dessa atividade.

Constata-se, assim, que as famílias do grupo 1 conseguiram, também nesse indicador econômico (ingresso anual em moeda), um melhor resultado no período estudado que as do grupo 2.

Tabela 17. Ingresso líquido anual em moeda proveniente da agropecuária dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS

| Período | Ingresso médio líquido anual da agropecuária (R\$) | |
|------------------------------|--|-----------|
| | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
| 1999 | 12.419,37 | 16.253,67 |
| 2006 | 18.261,81 | 20.295,33 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 47,0 | 24,8 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Portanto, os indicadores econômicos apontam que as famílias do grupo 1 tendem a apresentar desempenho econômico superior às do grupo 2, tanto no indicador que avaliou a evolução patrimonial dessas famílias, como do indicador que mensurou a evolução do ingresso líquido anual proveniente da agropecuária, nos anos de 1999 e 2006.

Ou seja, as famílias que se organizam em redes de cooperação na atividade leiteira apresentam um melhor desempenho econômico do que as famílias que realizam individualmente essa atividade.

5.4 Análise dos indicadores sociais

A finalidade do uso de indicadores sociais é avaliar elementos que possibilitem uma análise da melhoria das condições sociais obtidas pelas famílias selecionadas para esta pesquisa.

Assim, se pesquisara dados existentes em 1999 e 2006 referentes à construção, ampliação e ou reforma da casa, de banheiro, de fossa séptica, além de dados coletados sobre a posse de eletrodomésticos, telefone celular, realização de viagens de lazer e a participação em bailes e festas.

Na Tabela 18 (p. 73) verifica-se que todas as famílias pesquisadas apresentaram uma variação positiva no indicador de infra-estrutura social básica sobre a moradia e saneamento básico, com melhor resultado para as famílias do grupo 1.

A esses indicadores se acrescentam as informações obtidas nas entrevistas e nas observações de campo quanto às condições de acesso à educação, transporte e saúde.

A partir de 1999, no segundo ano da administração municipal do novo município de Sete de Setembro, o atendimento médico e prevenção à saúde melhoraram para todas as famílias do meio rural na opinião de 85% dos entrevistados, independente do grupo a que pertenciam. As estradas e o transporte também apresentam aprovação de melhoria para 82% dos entrevistados.

Em relação à educação, a melhoria foi significativa com a implantação da escola com II grau completo e transporte escolar para todas as comunidades rurais, inclusive para alunos do curso superior noturno em Santo Ângelo.

Tabela 18. Infra-estrutura social básica das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS

| Indicadores de qualidade de vida | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
|--|---------|---------|
| Metragem total das casas em 1999 (m ²) | 964,0 | 1.244,0 |
| Metragem total das casas em 2006 (m ²) | 1.749,0 | 1.553,0 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 81,4 | 25,0 |
| Nº de peças das casas em 1999 | 82 | 92 |
| Nº de peças das casas em 2006 | 116 | 110 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 41,4 | 19,5 |
| Total de casas com pintura recente em 1999 | 3 | 4 |
| Total de casas com pintura recente em 2006 | 10 | 11 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 233,0 | 175,0 |
| Total de banheiros de material em 1999 | 5 | 7 |
| Total de banheiros de material em 2006 | 16 | 15 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 220,0 | 114,2 |
| Nº de casas com saneamento básico em 1999 | 6 | 8 |
| Nº de casas com saneamento básico em 2006 | 14 | 14 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 133,3 | 75,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Entretanto, na análise comparativa entre os grupos de famílias estudadas, constata-se novamente na Tabela 18 que as famílias do grupo 1 conseguem obter melhores resultados nesses indicadores de qualidade de vida.

Entre os fatores que contribuem para isso, além da melhoria de ingressos monetários que aumentou mais para o grupo 1 e possibilitou a compra de materiais de construção, destaca-se o fato destas famílias obterem maior acesso que as famílias do grupo 2 aos programas governamentais, que disponibilizam recursos públicos para infra-estrutura

social com baixo custo financeiro, como o RS RURAL e o programa de REFORMA DA HABITAÇÃO/FGTS/COOPERHAF.

O programa RS RURAL (RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 2001) prevê recurso a fundo perdido (sem a necessidade de pagamento) ou financiamento com juros de 3% ao ano sobre o saldo remanescente dos 25% de rebate sobre o valor do capital, além do prazo de sete anos para pagamento deste saldo em parcelas anuais com dois de carência. Esses recursos foram destinados para melhoria e ampliação da casa, instalação de banheiro de tijolo e cerâmica, instalação de rede de água e fossa séptica.

Já o programa REFORMA DA HABITAÇÃO/FGTS/COOPERHAF prevê um valor de R\$ 8.000,00 sendo R\$ 2.093,90 de contrapartida do beneficiário e R\$ 5.906,10 a fundo perdido para reforma e melhoria da casa (telhado, pintura, ampliação) com recursos do FGTS (COOPERHAF, 2007).

A probabilidade de enquadramento nas regras desses programas governamentais é maior para as famílias que possuem menor renda e patrimônio, caso das famílias do grupo 1. Além disso, contribui também para acessar esses recursos quem apresentar melhor grau de organização, tanto em grupos como em associações ou condomínios.

A participação na formação de grupos e em mutirão foi determinante para acessar os recursos do RS RURAL. Na análise dos indicadores de reciprocidade, se verificará que as famílias do grupo 1 apresentam tendência maior de participar de grupos, associações, condomínios e mutirões, o que contribui com os resultados apresentados quanto a maior participação dessas famílias nos programas governamentais que as famílias do grupo 2.

Entretanto, esta análise deve ser relativizada uma vez que se verifica que as famílias do grupo 2 apresentam condições econômicas que lhes permitem menor interesse em acessar as políticas públicas que as famílias do grupo 1.

Tabela 19. Acesso das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS às políticas públicas

| Programas governamentais | GRUPO 1 | | GRUPO 2 | |
|--|-------------|----------|-------------|----------|
| | Nº famílias | % (n=16) | Nº famílias | % (n=16) |
| RS RURAL | 13 | 81,2 | 6 | 37,5 |
| PRONAF CUSTEIO | 15 | 93,7 | 15 | 93,7 |
| PRONAF INVESTIMENTO | 16 | 100 | 14 | 87,5 |
| REFORMA DA HABITAÇÃO FGTS/COOPERHAF | 8 | 50,0 | 7 | 43,7 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 19 (p. 74) se verifica que um maior número de famílias do grupo 1, em relação ao grupo 2, foram beneficiadas pelas políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento rural, sendo que 81,2% das famílias do grupo 1 acessaram o RS RURAL e 100% o PRONAF INVESTIMENTO ao passo que apenas 37,5% das famílias do grupo 02 acessaram o RS RURAL e 87,5 o PRONAF INVESTIMENTO.

Qualificando a análise da melhoria das condições de qualidade de vida das famílias pesquisadas, se coletou informação referente aos eletrodomésticos e telefones celulares existentes, a fim de verificar o grau de uso desses bens de consumo familiar.

Em ambos os grupos de famílias houve um significativo aumento na aquisição de bens de consumo domésticos, como aparelhos de som, DVD, eletrodomésticos e sistema de comunicação (antena de TV e telefone celular), conforme se observará na Tabela 20.

Tabela 20. Qualidade de vida das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS: bens de consumo

| Bens de consumo | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
|---|---------|---------|
| Nº total de aparelhos de som e DVD em 1999 | 3 | 4 |
| Nº total de aparelhos de som e DVD em 2006 | 10 | 10 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 233,3 | 150,0 |
| Nº total de antenas parabólicas em 1999 | 1 | 3 |
| Nº total de antenas parabólicas em 2006 | 10 | 11 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 900,0 | 266,6 |
| Nº total de fornos elétricos em 1999 | 2 | 4 |
| Nº total de fornos elétricos em 2006 | 10 | 8 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 400,0 | 100,0 |
| Nº total de máquinas de lavar roupa em 1999 | 7 | 8 |
| Nº total de máquinas de lavar roupa em 2006 | 14 | 15 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 100,0 | 87,5 |
| Nº total de telefones celulares em 1999 | 1 | 2 |
| Nº total de telefones celulares em 1999 | 12 | 14 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 1.100,0 | 600,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Isso comprova que essas famílias tiveram aumento de renda, sendo parte desse aumento de renda proveniente da atividade leiteira, pois se percebe por meio das entrevistas

que as compras desses bens são realizadas, na maioria das vezes, com dinheiro obtido da renda mensal da venda do leite, viabilizando realizar compras no crediário.

Entretanto, as famílias do grupo 1 apresentam um maior aumento na aquisição de antena parabólica, de aparelhos de som e DVD, de forno elétrico e de telefone celular, do que as famílias do grupo 2. Pelas entrevistas se pode entender o porquê destes resultados, uma vez que a renda do leite para as famílias do grupo 1 é dirigida para atender as necessidades familiares, incluindo a melhoria das condições de conforto e lazer, ao passo que para as famílias do grupo 2, a maior parte da renda do leite tem finalidade de investimento patrimonial, como a compra de animais e equipamentos.

Em relação à participação social em bailes e festas, as informações coletadas apresentam que as famílias de ambos os grupos tiveram o mesmo comportamento, com uma diminuição na frequência em bailes e festas na maioria das famílias entrevistadas.

Tabela 21. Viagens de lazer das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS

| Viagens de lazer | GRUPO 1 | GRUPO 2 |
|------------------------------|---------|---------|
| Realizadas em 1999 | 3 | 3 |
| Realizadas em 2006 | 10 | 6 |
| Variação % de 1999 para 2006 | 233,3 | 100,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Na tabela 21 se observa uma variação percentual positiva maior entre as famílias do grupo 1 referente às viagens de lazer.

Enfim, todos os indicadores sociais analisados mostram que houve melhorias significativas nas condições de qualidade de vida das famílias pesquisadas. Entretanto, percebe-se que as famílias do grupo 1 obtiveram melhores resultados que as do grupo 2 nos indicadores avaliados levando-se em consideração o comparativo dos dados coletados.

5.5 Análise dos indicadores de reciprocidade

Na próxima tabela, de número 22 (p. 77), se verifica a relação das práticas de reciprocidades realizadas pelas famílias produtoras de leite de Sete de Setembro, com maior percentual entre as famílias do grupo 1 na realização dessas práticas que entre as do grupo 2.

A ajuda mútua, especialmente na realização da silagem, é uma das práticas de reciprocidade que se destaca entre os produtores de leite de ambos os grupos. Mas é na participação em mutirões comunitários que se pode observar a presença da reciprocidade nas relações sociais dessas famílias de agricultores.

Este item da pesquisa contribui para entender que as relações de reciprocidades são importantes na formação de redes de cooperação, uma vez que as famílias do grupo 1 realmente possuem uma prática maior em ações que refletem a reciprocidade e confiança, mas essas práticas de reciprocidade estão presentes também em todas as famílias do grupo 2.

Tabela 22. Práticas de reciprocidade realizadas pelas famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS

| Práticas de reciprocidade | GRUPO 1 | | GRUPO 2 | |
|--|-------------|--------------|-------------|--------------|
| | Nº famílias | % | Nº famílias | % |
| Ajuda mútua/mutirão (silagem, colheita) | 10 | 62,5 | 9 | 56,3 |
| Não realiza ajuda mútua/mutirão | 6 | 37,5 | 7 | 43,7 |
| Total | 16 | 100,0 | 16 | 100,0 |
| Mutirão comunitário (Escola ou Igreja) | 15 | 93,7 | 13 | 81,2 |
| Não participa de mutirão comunitário | 1 | 6,3 | 3 | 18,8 |
| Total | 16 | 100,0 | 16 | 100,0 |
| Compartilham máquinas e equipamentos | 9 | 56,3 | 5 | 31,3 |
| Não compartilham máquinas e equipamentos | 7 | 43,7 | 11 | 68,7 |
| Total | 16 | 100,0 | 16 | 100,0 |
| Compra conjunta de insumos | 5 | 31,3 | 2 | 12,5 |
| Não compram em conjunto insumos | 11 | 68,7 | 14 | 87,5 |
| Total | 16 | 100,0 | 16 | 100,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

5.6 Análise dos indicadores de satisfação

Visando complementar a pesquisa, se realizou o levantamento do grau de satisfação que os produtores de leite apresentam em relação à atividade de ser agricultor e em relação ao meio rural em que vivem.

Na Tabela 23 é possível observar que a maioria dos produtores de leite (de ambos os grupos) se sentem satisfeitos com a atividade que exercem e consideram que ser agricultor é bom.

Este resultado mostra que mesmo com as dificuldades provocadas pela estiagem da safra 2004/2005, esses produtores de leite estão satisfeitos com a atividade, que está estimulando-os e proporcionando expectativas positivas.

Quanto à satisfação de viver no meio rural, todos os entrevistados se posicionam amplamente satisfeitos, com destaque para os produtores de leite do grupo 1, em que 31,3% consideram que viver no meio rural é muito bom ao passo que este conceito foi apontado por apenas 6,3% dos produtores do grupo 2.

Tabela 23. Indicadores de satisfação das famílias produtoras de leite de Sete de Setembro/RS

| Indicadores de satisfação | GRUPO 1 | | GRUPO 2 | |
|---------------------------------|-------------|------|-------------|------|
| | Nº famílias | % | Nº famílias | % |
| Ser agricultor é muito bom | 1 | 6,3 | 1 | 6,3 |
| Ser agricultor é bom | 12 | 75,0 | 12 | 75,0 |
| Ser agricultor é ruim | 3 | 18,7 | 3 | 18,7 |
| Total | 16 | 100 | 16 | 100 |
| Viver no meio rural é muito bom | 5 | 31,3 | 1 | 6,3 |
| Viver no meio rural é bom | 11 | 68,7 | 15 | 93,7 |
| Viver no meio rural é ruim | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Total | 16 | 100 | 16 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Esses indicadores de satisfação pessoal têm utilidade para analisar a efetividade da melhoria da qualidade de vida e melhoria do desempenho socioeconômico dessas famílias.

5.7 Análise das mudanças na comercialização do leite em Sete de Setembro/RS

Uma vez analisados os dados coletados referentes aos indicadores econômicos, sociais e de reciprocidade, que indicam a potencialidade das famílias produtoras de leite em se

desenvolverem, partiu-se para as análises das informações coletadas nas entrevistas sobre as mudanças ocorridas na comercialização do leite.

Na Tabela 24 constam as empresas compradoras de leite no município de Sete de Setembro com o respectivo número e percentual de famílias da amostra com que comercializam.

A maior concentração de venda do leite para duas empresas entre as famílias do grupo 1 se explica pelo fato de as mesmas venderem o leite conjuntamente, logo as negociações ocorrem em grupo, ao passo que as famílias do grupo 2, ao comercializarem individualmente sua produção, têm maior flexibilidade para mudarem de empresa adequando-se a interesses individuais que levam a essa tomada de decisão.

Tabela 24. Empresas compradoras de leite em Sete de Setembro/RS

| Empresas compradoras de leite | GRUPO 1 | | GRUPO 2 | |
|----------------------------------|-------------|-------|-------------|-------|
| | Nº famílias | % | Nº famílias | % |
| ELEGÊ (Guarani das Missões) | 6 | 37,5 | 7 | 43,7 |
| Comtul (Guarani das Missões) | 0 | 0,0 | 4 | 25,0 |
| Coopleite (Salvador das Missões) | 0 | 0,0 | 1 | 6,3 |
| Laticínios Becker (Santo Ângelo) | 10 | 62,5 | 3 | 18,7 |
| Laticínios Bom Gosto (Giruá) | 0 | 0,0 | 1 | 6,3 |
| Total | 16 | 100,0 | 16 | 100,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Em abril de 2007 a empresa Laticínios Bom Gosto adquiriu a empresa Laticínios Becker, sinalizando a tendência do mercado do leite em fortalecer os oligopsônios. Com esta aquisição, todos os produtores de leite do Condomínio Leiteiro da Linha Barreiro e Linha do Campo se transferiram para a empresa Laticínios Bom Gosto, com a qual iniciaram negociações sobre novos preços para o próximo mês (maio/2007), uma vez que o volume comercializado em conjunto dos sessenta e sete associados atingiu, naquele mês, aproximadamente 80.000 litros de leite.

Nas entrevistas realizadas se obtivera informações sobre o histórico da comercialização do leite dessas famílias, tais como: época em que iniciaram a comercializar o leite, a quantidade de vacas ordenhadas e a produção diária comercializada. Também se obtivera informações sobre como era a armazenagem e a comercialização do leite.

Conforme a Tabela 25 se observa que a maioria das famílias já tinha tomado a decisão de comercializar leite antes de 1999, logo antes das últimas crises econômicas que atingiram as lavouras de soja e trigo da região, principal atividade agrícola econômica.

Em geral, no início, a comercialização diária era abaixo de 40 litros de leite, com a ordenha de cinco vacas ou menos, as quais apresentavam baixa produtividade decorrente do pequeno investimento que realizavam em pastagens e melhoria genética (esta evoluiu a partir de 1999 com a implantação do programa de inseminação artificial da Prefeitura Municipal de Sete de Setembro e coordenado pelo Médico Veterinário da EMATER/RS local).

Tabela 25. Histórico da comercialização do leite em Sete de Setembro/RS

| Itens avaliados no início da comercialização | GRUPO 1 | | GRUPO 2 | |
|--|-------------|-------|-------------|-------|
| | Nº famílias | % | Nº famílias | % |
| Iniciou antes de 1990 | 8 | 50,0 | 5 | 31,2 |
| Iniciou entre 1990 e 1999 | 8 | 50,0 | 10 | 62,5 |
| Iniciou após 1999 | 0 | 0,0 | 1 | 6,3 |
| Total | 16 | 100,0 | 16 | 100,0 |
| Ordenha de 2 vacas ou menos/dia | 4 | 25,0 | 7 | 43,3 |
| Ordenha de 3 a 5 vacas/dia | 11 | 68,7 | 7 | 43,2 |
| Ordenha de mais de 5 vacas/dia | 1 | 6,3 | 2 | 12,5 |
| Total | 16 | 100,0 | 16 | 100,0 |
| Comercialização inferior a 20 l/dia | 7 | 43,7 | 8 | 50,0 |
| Comercialização entre 20 e 40 l/dia | 9 | 56,3 | 5 | 31,3 |
| Comercialização superior a 40 l/dia | 0 | 0,0 | 3 | 18,7 |
| Total | 16 | 100,0 | 16 | 100,0 |
| Armazenagem do leite na propriedade | 11 | 68,7 | 13 | 81,3 |
| Armazenagem do leite no vizinho | 5 | 31,3 | 3 | 18,7 |
| Total | 16 | 100,0 | 16 | 100,0 |
| Comercialização individualmente | 6 | 37,5 | 13 | 81,3 |
| Comercialização em conjunto | 10 | 62,5 | 3 | 18,7 |
| Total | 16 | 100,0 | 16 | 100,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Chama atenção que algumas famílias já no início da comercialização do leite levavam diariamente a produção até um vizinho ou parente próximo que possuía energia

elétrica, para que pudessem armazenar o leite em congelador.

Diversos produtores entrevistados relataram a verdadeira *odisséia* que realizavam diariamente, sob chuva ou sol, transportando o leite, seja a pé, de bicicleta ou a cavalo, tudo para “garantir o dinheirinho no final do mês” (A.B. produtor de leite da Linha Barreira Norte, Sete de Setembro/RS). Alguns percorriam distâncias de quinhentos metros, outros mais de mil metros.

Verifica-se entre as famílias do grupo 1 que a comercialização conjunta do leite já prevalecia sobre a comercialização individual ao passo que entre as do grupo 2, era o contrário, isto é, a venda individual era praticada pela maioria das famílias desse grupo, indicando a tendência de se manterem nessa prática. Apenas 18,7% desse grupo tiveram experiência na comercialização coletiva do leite no início da atividade, mudando posteriormente para a venda individual, ao passo que os 37,5% das famílias do grupo 1 que comercializavam individualmente mudaram para o processo coletivo da venda de leite.

As mudanças ocorridas na atividade leiteira também foram identificadas pelas entrevistas, tanto mudanças na produção como mudanças na comercialização.

Na Tabela 26 se destacam os motivos que levaram a investir na atividade leiteira como uma das principais fontes de renda da família. Observa-se que a decepção com a rentabilidade econômica da lavoura (soja e trigo, principalmente) e a possibilidade de obter renda mensal garantida com a venda de leite foram as principais razões que influenciaram as famílias entrevistadas a priorizarem a atividade como geradora de renda da propriedade.

Tabela 26. Mudanças na produção do leite em Sete de Setembro/RS

| Mudanças na produção de leite | GRUPO 1 | | GRUPO 2 | |
|--|-------------|-------|-------------|-------|
| | Nº famílias | % | Nº famílias | % |
| Passaram investir na atividade antes de 1999 | 8 | 50,0 | 7 | 43,7 |
| Passaram a investir na atividade depois de 1999 | 8 | 50,0 | 9 | 56,3 |
| Total | 16 | 100,0 | 16 | 100,0 |
| Motivo de investir foi a Assistência técnica e os financiamentos | 2 | 12,5 | 4 | 25,0 |
| Motivo de investir foi a melhoria de infraestrutura (luz, estradas) | 2 | 12,5 | 3 | 18,7 |
| Motivo de investir foi a decepção com a lavoura e obter renda mensal | 12 | 75,0 | 9 | 56,3 |
| Total | 16 | 100,0 | 16 | 100,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Os motivos que levam as mudanças na comercialização são apresentados na próxima tabela. Pela Tabela 27 se verifica que diversos fatores influenciam na tomada de decisão quando se trata de mudar de empresa compradora de leite, e não somente o valor recebido pelo litro, apesar deste item se destacar em ambos os grupos.

Mesmo que as relações com o freteiro sejam destacadas por apenas 12,5% das famílias do grupo 1 e por 18,7% no grupo 2, elas devem ser consideradas pelos dirigentes de condomínios e associações de produtores de leite na tomada de decisão sobre mudança de empresa nas negociações de venda do produto pelo grupo.

Tabela 27. Mudanças na comercialização do leite em Sete de Setembro/RS

| Mudanças na comercialização de leite | GRUPO 1 | | GRUPO 2 | |
|---|-------------|-------|-------------|-------|
| | Nº famílias | % | Nº famílias | % |
| Mudou de empresa pelo fato de obter melhor preço | 11 | 68,8 | 5 | 31,3 |
| Mudou de empresa pela oferta de financiamento direto e Ass. Técnica | 0 | 0,0 | 4 | 25,0 |
| Mudou de empresa por causa do freteiro | 2 | 12,5 | 0 | 0,0 |
| Não mudou de empresa porque está satisfeito pelas vantagens que ela oferece | 3 | 18,7 | 4 | 25,0 |
| Não mudou de empresa por que tem uma boa relação com o freteiro | 0 | 0,0 | 3 | 18,7 |
| Total | 16 | 100,0 | 16 | 100,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

A importância das relações dos produtores de leite com o freteiro muitas vezes é motivo crucial da não mudança de empresa, inclusive foi fator determinante para que uma das famílias entrevistadas não se associasse no condomínio, pois o freteiro da empresa que recebe leite do condomínio não é o mesmo freteiro que vem recolhendo o leite dessa família, com o qual possui laços de amizade e confiança, característica típica da reciprocidade, conforme relato:

[...] Nós participamos das reuniões de fundação do condomínio de leite, mas quando ficamos sabendo que mudaria o freteiro, desistimos, porque somos amigos do *nosso* freteiro, ele sempre ajuda nós quando precisamos, como carona para a cidade ou trazer mercadoria da cidade para casa. Além disso, já estamos com esse freteiro por muitos anos e estamos acostumados com ele. (M.W., produtora de leite da Linha Barreira Sul, Sete de Setembro/RS)

Retoma-se aqui a análise de Mayer (1987) sobre redes formadas por conexões a que chamou de “quase-grupos” nas sociedades complexas, em que o conjunto (vários produtores de leite) de conexões se interliga a um “ego”, no caso o freteiro do leite, caracterizando um “conjunto-de-ação” assentado em vantagens e confiança mútua.

Constata-se, também que no grupo 1 as famílias se unem em busca de melhores condições de venda do leite, entre elas, o melhor preço. Isso explica porque houve mais famílias que mudaram de empresa, sendo que as 18,7% que não mudaram já estavam em um grupo que vem conseguindo negociar vantagens desde o início em que começaram a comercializar o leite. Em compensação, no grupo 2 as mudanças ocorreram com maior frequência porque mais fatores são utilizados na tomada de decisão, uma vez que não é somente o fator preço (que geralmente une o grupo e é determinante) que influencia individualmente a família nesse processo, mas também a assistência técnica e o financiamento direto junto à empresa compradora de leite.

Após verificar o processo de inserção dessas famílias na atividade leiteira, se analisou a concepção que elas demonstram sobre a atividade. Para tanto, nas entrevistas se indagou sobre a utilização dos recursos gerados pela venda do leite e quais seriam as vantagens e as desvantagens dessa atividade.

Ao abordar os entrevistados sobre como utilizavam os recursos da venda do leite, surgiram diversas respostas, sendo que vinte e nove famílias utilizam esses recursos para pagamento de despesas mensais (água, luz), compra de produtos de higiene e limpeza, compra de alguns alimentos que não produzem na propriedade, compra de vestuário, remédios.

Aparece também como resposta de vinte e quatro famílias o uso do dinheiro do leite para compra de insumos e equipamentos para a própria atividade, assim como dezenove famílias responderam que ainda usam esse dinheiro para pagamento das prestações da compra de material de construção utilizado na reforma ou ampliação das benfeitorias. Já para apenas cinco famílias a finalidade desses recursos também foi para o pagamento de dívidas acumuladas junto aos bancos e revendas de insumos agrícolas devido às frustrações das últimas safras e os baixos preços dos produtos agrícolas.

Na concepção das famílias entrevistadas, a atividade leiteira apresenta vantagens e desvantagens. A geração de renda mensal, que possibilita pagamento de despesas mensais e compras no crediário é apontada por 96,8% das famílias como a principal vantagem. A segunda vantagem mais apontada nas entrevistas, por aproximadamente 50% das famílias, é que a atividade não dá prejuízo como a lavoura. Ainda como vantagens, 40% das famílias apontaram o fato da atividade leiteira apresentar maior estabilidade e menor risco em relação

à lavoura de grãos, assim como essa atividade gera renda extra com a venda de carne ou alimento para consumo da família. Ainda aparece como vantagens, citada por menos de 20% dos entrevistados, o fato dessa atividade aproveitar melhor as áreas impróprias para lavoura de grãos e também por usar menos agrotóxico.

Entre as desvantagens, 82% entrevistados apontaram como principal o fato da atividade leiteira exigir trabalho todos os dias, incluindo fim-de-semana e feriados. Aparecem ainda como desvantagens nas respostas o fato da atividade exigir serviço penoso (ordenha manual ainda está presente em algumas famílias), provocar desgaste do solo uma vez que não forma palha como o plantio direto realizado na lavoura de grãos. Entretanto, no geral, as vantagens da atividade foram sempre mais destacadas que as desvantagens.

5.8 As redes de cooperação dos produtores de leite de Sete de Setembro

A realização desse estudo apontou três tipos de redes de cooperação existente entre os produtores de leite de Sete de Setembro: grupo *informal* para comercialização do leite em conjunto; grupo *familiar coletivo* em que os meios de produção, comercialização e a renda são compartilhados igualitariamente entre seus membros; *condomínio formal* com regras que normatizam as relações entre os condôminos no processo de comercialização conjunta do leite, na compra de insumos e na administração do posto de resfriamento de leite e do recolhimento deste. Foram destas organizações que se definiram as dezesseis famílias que fazem parte da amostra do grupo 1 da presente pesquisa.

O grupo *informal* de produtores de leite estudado é formado por cinco famílias localizadas na comunidade Boa Vista, sendo entrevistadas duas famílias do grupo. A história do grupo foi relatada pelo coordenador:

[...] Nosso grupo surgiu em 2002 quando a Parmalat fechou o posto de resfriamento de leite em Giruá e a (Laticínios) Bom Gosto alugou-o. Esta passou a procurar os produtores de leite no município e ofertar um valor de 20% superior no preço pago pelo litro de leite que a empresa Elegê vinha pagando. Só que para fazer uma linha de leite, o freteiro só passaria se tivesse um volume mínimo de 500 litros por dia. Ai eu procurei os meus vizinhos que conheço desde que era guri, fui de casa em casa e falei do preço que a empresa Bom Gosto iria pagar. Cinco vizinhos toparam formar o grupo, pois a gente se conhecia bem e confiava um no outro, pois sempre se ajudamos nas capinas, nas colheitas e quando fazemos silagem. Uns vendiam para a Elegê e outros para a Coopleite de Salvador das Missões

ligada à Coorlac. Acertamos com o leiteiro da empresa Bom Gosto e no primeiro mês recebemos R\$ 0,47 por litro de leite, uns 30% a mais que recebemos no mês anterior da Elegê. O freiteiro pegava o leite na casa de cada um do grupo e colocava na minha ficha. O pagamento vinha no meu nome. Eu pegava a quantidade de leite que cada um entregou e fazia o pagamento, todo dia 15. Nunca deu problema, até hoje é assim. Só que depois de uns dez meses, o freiteiro começou a relaxar, atrasava ou não queria ir até a casa de cada um do grupo porque perdia muito tempo ele dizia. Aí nós procuramos o freiteiro da Elegê para ver se tinha interesse em pegar nosso leite e pagar o que nós vínhamos recebendo da empresa Bom Gosto. Ele falou com o gerente do posto de leite da Elegê de Santo Ângelo e acertamos que todo o grupo passaria a vender o leite para eles. Durante uns cinco meses foi tudo bem, mas daí a Elegê baixou o preço uns 15% e fui me informar com outros produtores que estavam vendendo para outras empresas e vi que nós estávamos ganhando menos pelo litro de leite. Fui de casa em casa dos meus vizinhos que são do grupo e falei para eles não entregarem o leite no outro dia para o freiteiro da Elegê. Todos toparam e não deixaram o freiteiro levar o leite. No outro dia, o gerente da Elegê foi até a casa de um por um dos vizinhos e tentou convencer eles para que eles entregassem o leite, tentou ameaçar e tudo, mas nós não afloremos e ficamos unidos. Aí ele veio me procurar e acabou acertando o preço que vinha nos pagando antes de baixar em 15%. Eles aprenderam que nós estamos unidos e temos força para negociar. Tivemos proposta de outras empresas, mas agora a Elegê ou Avipal (que comprou a Elegê) sempre vem e cobre as propostas para o grupo e até hoje estamos vendendo para ela, em torno de 600 litros a cada dois dias quando o freiteiro passa recolhendo o leite. (L.J., produtor de leite da Esquina Boa Vista, Sete de Setembro/RS)

Por esse relato, percebe-se que a união desses produtores são os laços de vizinhança que se estruturaram na confiança e no interesse mútuo. A confiança se sobressai no momento do pagamento, em que o coordenador do grupo confia nas anotações de cada membro em relação à quantidade entregue ao freiteiro e cada membro do grupo confia no coordenador no momento do pagamento do leite, cujo valor total é depositado na conta dele.

Aqui se retoma as contribuições de Caillé (1998) da noção sobre rede, em que as relações interpessoais de amizade ou camaradagem produzem confiança e fidelidade. Percebe-se que são redes de relações pessoais que combinam trabalho, produção e reciprocidade (RAMDOSKY, 2006).

Semelhante a esse grupo, existem aproximadamente cinco grupos informais de produtores de leite no município, segundo relato do extensionista local da EMATER/RS.

Merece ser destacada outra rede de cooperação existente em Sete de Setembro: o *grupo familiar coletivo* formado por cinco irmãos. Este grupo possui todos os meios de produção em conjunto (terra, máquinas agrícolas, implementos agrícolas, caminhão, animais e os financiamentos agrícolas). A produção é do grupo, cabendo a cada um a mesma parte na partilha das sobras (lucro), tudo anotado em um livro caixa. Possuem as casas de moradia

próximas entre si, na sede da propriedade. Como diz um dos agricultores: “Aqui no grupo tudo é de todos, só as mulheres e filhos que não.” (P.B., produtor de leite da Linha Barreiro Norte, Sete de Setembro/RS).

Esse *grupo familiar* usufrui as condições de inclusão nos programas governamentais por meio de acesso a diversos financiamentos pelo PRONAF, proporcionando aquisição de novas tecnologias, especialmente quanto ao maquinário e equipamentos, pois dispõem de semeadeiras de plantio direto, pulverizadores, distribuidor de esterco, animais de genética de alto padrão zootécnico, estrebaria com ordenhadeira mecânica e canalização do leite até o resfriador de leite por expansão. O acesso a essas tecnologias e o patrimônio adquirido pelo grupo é reflexo do processo coletivo de produção, conforme relata um dos irmãos do grupo:

[...] A vantagem de trabalhar em conjunto é que só assim podemos adquirir novas máquinas e equipamentos de alta tecnologia e animais de boa genética, pois se cada um tivesse produzindo sozinho não teria como adquirir. (P.B., produtor de leite da Linha Barreiro Norte, Sete de Setembro/RS).

São os laços fortes de parentesco que unem e fomentam esse grupo, no qual se percebe o alto grau de confiança e solidariedade interna, refletindo nas relações sociais a reciprocidade entre os irmãos.

Existe também a rede de cooperação dos produtores de leite formalizada por meio de um *condomínio*, o Condomínio de Leite da Linha Barreiro e da Linha do Campo, formado por sessenta e sete agricultores que se enquadram nas normas do PRONAF.

Esse *condomínio de leite*, que possui estatuto e regimento interno normatizando as relações entre os condôminos, formou-se em meados de 2005, a partir das reuniões dos extensionistas rurais e os agricultores, em que se debatiam os problemas da atividade leiteira.

Com a possibilidade de acessar recursos dos programas governamentais, especialmente do RS RURAL, para implantação de pastagens e aquisição de vacas e equipamentos, esses agricultores aprovaram a organização de um condomínio de produtores de leite, a fim de se unirem para armazenar e comercializar o leite em conjunto e obter melhor preço na venda. Encaminharam um projeto de financiamento ao programa RS RURAL que aprovou a compra, pelo condomínio, de um resfriador de leite por expansão de 3.280 litros, de um tanque inox de 1.600 litros (para colocar em um caminhão) para o transporte do leite da

propriedade até o posto onde fica o resfriador de leite, além da compra de um batedor de melado e equipamentos para centrifugação e embalagem do mel.

O condomínio recebeu da Prefeitura Municipal de Sete de Setembro, na forma de comodato, um prédio (escola rural abandonada) para a instalação do posto de resfriamento do leite e dos demais equipamentos. A reforma do prédio foi realizada com recursos (para material de construção) e mão-de-obra dos condôminos (mutirão).

No final do primeiro semestre de 2006 o posto de resfriamento do leite estava concluído e a diretoria do condomínio iniciou as reuniões com as empresas compradoras de leite. Segundo levantamento realizado pelos técnicos e diretoria, o volume de leite entre os membros do condomínio seria em torno de 50 mil litros por mês. Este volume seria o principal argumento para barganhar melhor preço de venda do leite, segundo o presidente do condomínio:

[...] Achamos que iríamos iniciar com uns 50 mil litros de leite ao mês. Procuramos todas as empresas que compram leite no município. A Laticínios Becker fez a melhor oferta, pois a maioria dos sócios estava recebendo em torno de R\$ 0,36 pelo litro de leite, e essa empresa ofereceu R\$ 0,45. Além desse aumento, ela se ofereceu para recolher o leite nas propriedades dos sócios que não poderiam entregar o leite no nosso posto de resfriamento, independente da quantidade entregue. Isto foi importante porque no início nós não conseguimos organizar o recolhimento do leite até o posto de resfriamento, pois não conseguimos um caminhão pequeno para colocar o nosso tanque de inox. Assim, nossos sócios passaram a receber R\$ 0,43 pelo litro de leite, pois descontamos R\$ 0,01 para o fundo de reserva e R\$ 0,01 para pagamento das despesas com a reforma do prédio do posto de resfriamento do leite, e tiveram um aumento de quase 20%. Quando fechou o primeiro mês (outubro de 2006), as planilhas indicavam que os sócios do condomínio tinham entregado 73 mil litros de leite, superando nossa expectativa. Nos meses seguintes chegamos a 80 mil litros. Fiz os cálculos com a diferença de R\$ 0,07 por litro, só nesses últimos quatro meses, entrou no bolso dos sócios um valor a mais de R\$ 9.000,00, que foi gasto no município, no nosso comércio. Isso eu mostrei para o prefeito e para os vereadores, para eles verem o resultado que um condomínio, com união dos colonos, é capaz de fazer. (J.B., produtor de leite da Linha Barreira Sul. Sete de Setembro/RS)

Ainda nos relatos sobre o condomínio, um dos sócios afirmou que já definiram também realizar a compra de adubo, por meio de um atacadista, com preço menor desse insumo:

[...] com a compra de adubo em carga fechada, nós vamos pagar menos. A nota no nome do condomínio, e como nós somos sócios, podemos apresentar essa nota junto ao banco para financiar o adubo que cada um vai comprar

pelo Pronaf custeio. Assim vamos ganhar na diminuição das despesas e com melhor preço do leite, ganhamos também na venda, para sobrar um pouco mais para a gente ter um lucro, senão não sobra nada. (A.W., produtor de leite. Linha do Campo Sul, Sete de Setembro/RS)

Também nas entrevistas com as famílias do grupo 1 e que integram o condomínio de leite, se percebe que existe uma avaliação positiva deste, com a manifestação de confiança e otimismo quanto ao futuro, entretanto existem alguns problemas apontados, destacando-se a preocupação com as informações erradas: “[...]quem está fora do condomínio, inclusive alguns leiteiros (freteiros) que perderam a linha do leite, fazem muita fofoca e intriga[...]” (J.B., presidente do condomínio de leite). Essas intrigas ocorreram porque no primeiro mês de venda coletiva do leite pelos sócios, o pagamento do valor referente ao fundo de reserva e ao fundo destinado para as despesas da reforma do prédio ocorreu na conta bancária que foi aberta no nome do presidente e do tesoureiro do condomínio, uma vez que o condomínio de leite ainda não possuía o registro e cadastro de pessoa jurídica, o que foi sanado a partir da abertura da conta do condomínio e com a prestação de contas detalhada pela diretoria.

O pagamento para cada condômino é realizado pela empresa compradora diretamente na conta corrente do produtor de leite, já com o desconto dos R\$ 0,02 por litro que vão para a conta do condomínio.

No mês de março de 2007, a diretoria desse condomínio realizou reuniões nas comunidades com seus associados para definir novas estratégias de negociação com a empresa compradora do leite ou com outra empresa. Também estão estudando a possibilidade de trocar o tanque inox de 1.600 litros por dois tanques de 800 litros, a fim de facilitar encontrar no município proprietários de camionetas que comportam esta carga e que assumam o transporte interno de leite dos sócios do condomínio, centralizando o leite no posto de resfriamento e proporcionando maior autonomia ao condomínio no processo de negociação com as empresas compradoras de leite.

Analisando os resultados das entrevistas com as famílias que participam do Condomínio de Leite, se observa que as contribuições de Rubim, Rubim e Vieira (2005, p. 36) são pertinentes quanto a complexidade desta rede de cooperação, formada por um grupo de produtores de leite que aderiram por “[...]fazerem parte de uma comunidade de interesses iguais, partilharem objetivos e projetos comuns, compartilharem algum envolvimento afetivo e emocional, e interagirem periodicamente.”

Também se verifica que este Condomínio de Leite se apresenta como uma rede organizada com “poder de intervenção” (RUBIM; RUBIM; VIEIRA, 2005, p. 43) em que a

negociação com as empresas compradoras do leite dos condôminos se dá de acordo com confluência dos interesses da maioria e não de apenas um deles. Prevalece o interesse coletivo e não o particular, o que desencadeia o surgimento de um sujeito social coletivo. Por isso quanto mais participativo forem os condôminos, maior as chances de se firmarem como rede social e maior a força nas negociações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram utilizados referenciais teóricos que colaboraram para entender as relações socioeconômicas endógenas e exógenas da agricultura familiar brasileira contemporânea, dentre a qual se encontram as famílias produtoras de leite de Sete de Setembro.

Das relações endógenas, por meio dos estudos de Chayanov (1974) sobre o campesinato russo, se entende a lógica econômica da unidade familiar agrícola, que é produzir o necessário para o auto-sustento com adequado uso da mão-de-obra familiar disponível. Esta característica dos antigos camponeses ainda está presente, mesmo que parcialmente modificada, nas unidades de produção da agricultura familiar em Sete de Setembro/RS, em que todas as famílias entrevistadas informaram produzir o básico da alimentação consumida (feijão, frutas, olerícolas, melado, mel, ovos, carne, leite e derivados), assim como foi possível observar que utilizam praticamente só mão-de-obra familiar em todas as atividades.

Por outro lado, a partir dos estudos sobre as relações exógenas dos agricultores familiares se compreende diversos costumes, tradições, cultura e simbolismos presentes nas suas relações sociais, ao mesmo tempo em que se entende como e porque se modificam, transformando-se em agricultores integrados ao mercado e aos complexos agro-industriais, porém, além das relações de intercâmbio praticadas com o mercado, nas trocas de produtos e mão-de-obra com os vizinhos, parentes e amigos, preservam as relações de reciprocidade dos antigos agricultores coloniais descendentes de imigrantes europeus.

Inicialmente por meio das contribuições de Wolf (1976) sobre os estudos do campesinato, se observa como as famílias se relacionam entre as si e com a sociedade externa à comunidade local, variando este comportamento de acordo com o tipo de comunidade rural: se a comunidade é corporada ou fechada, as relações internas geralmente se caracterizam por laços fortes e as relações externas ocorrem por meio dos chefes ou representantes, resultando em pouca influência cultural e social do mundo externo à comunidade e parcial integração ao mercado. Entretanto, se for comunidade aberta, as trocas culturais, sociais e econômicas com o mercado e mundo externo à comunidade são freqüentes e sem impedimentos, resultando em modificações e transformações na sociedade local.

A metamorfose ocorrida na agricultura colonial (com características do campesinato), que se transforma na atual agricultura familiar presente no mundo rural brasileiro, é atribuída por Abromovay (1998) à integração total ao mercado. Para Silva (1998)

essa agricultura familiar integra-se ao Complexo Agro-Industrial, que se verifica por meio: da aquisição de insumos industriais para a produção agropecuária; da mecanização agrícola; da dependência à oligopsônios para a comercialização da produção; da dependência do acesso ao crédito rural; e da busca por maior produtividade da terra e trabalho.

Assim, observa-se a integração mercantil dos produtores de leite, os quais se defrontam com o oligopsônio das indústrias de laticínio. Nessa relação vertical entre os produtores de leite - especialmente os produtores com pequena produção diária - e as indústrias, o poder de definição do preço do leite encontra-se em superioridade com estas últimas. Objetivando contrabalançar este poder, se verifica que esses produtores de leite se organizam em redes para a comercialização conjunta (resgatando as características da agricultura colonial quanto as relações de reciprocidade geradoras de confiança mútua) e aumentam sua capacidade de barganha e de reivindicação por melhor preço e condições de produção.

A compreensão desse processo de organização dos produtores de leite em grupos (informais ou familiares) ou em condomínios (formais), envidou esforços desse estudo, formulando sua problematização investigatória e seus objetivos, a fim de entender como se formam essas redes de cooperação e porque elas se formam entre tais produtores e não entre outros, além de verificar se esse processo de organização contribui para uma melhoria no desempenho socioeconômico dessas famílias.

Então, as contribuições teóricas sobre a reciprocidade da antropologia de Wolf (1976, 2003a, 2003b), da sociologia de Mauss (1974), Caillé (1998), Temple (1997 apud SABOURIN, 2003) e Sabourin (2003, 2001) e da economia de Polanyi (1980), mostraram-se importantes para elucidar como as relações sociais de reciprocidade produzem valores humanos de confiança e solidariedade, cimentando as relações sociais formadas nas redes de cooperação, onde não apenas ocorrem relações econômicas de intercâmbio, mas também relações econômicas com base na reciprocidade.

Essas redes de cooperação são tipos de redes sociais, que referenciais teóricos como de Barnes (1987), Caillé (1998) e Mayer (1987) possibilitaram a compreensão das variadas e complexas conexões que se formam nos grupos e condomínios de produtores de leite. É possível observar que essas redes de cooperação se formam a partir das relações de parentesco, das relações de vizinhança, de compadrio ou de amizade, na busca de objetivos particulares e econômicos (formar o grupo para melhorar a rentabilidade na produção de leite), assim como na busca de objetivos sociais (representação social fortalecida perante as empresas compradoras de leite, perante os órgãos públicos e acesso às políticas públicas). São

redes de relações sociais que combinam, ao mesmo tempo, trabalho, produção, comercialização e reciprocidade.

Em relação a abordagem metodologia, optou-se pelo estudo de caso, que permitiu realizar entrevistas e coletar dados primários junto às famílias produtoras de leite que participam de redes de cooperação com finalidade econômica e entre aquelas que desenvolvem atividades econômicas de forma individual, para posteriormente utilizar a técnica do estudo comparado, em que se analisa e compara os resultados dos dois grupos.

Por ser um estudo de caso, as conclusões deste trabalho se aplicam a este estudo em particular, mas poderão servir para discussões mais abrangentes em torno das relações sociais e econômicas dos agricultores familiares.

A primeira conclusão da análise dos resultados mostra que a produção de leite aumentou em todas as propriedades pesquisadas, sendo um fator importante na composição da renda familiar, principalmente por ser um ingresso mensal de dinheiro, o que viabiliza o pagamento de contas de luz, água, das safras frustradas, assim como o pagamento de compras no rancho, de novos bens de consumo via crediário e de insumos para as atividades agropecuárias. Estes resultados confirmam os dados dos órgãos de estatística econômica, FEE e IBGE, sobre o aumento na produção leiteira da Região Missões e a importância econômica que esta atividade atingiu nas unidades de produção agrícolas familiares.

Também se conclui que todas as famílias produtoras de leite obtiveram uma melhoria nos desempenhos econômico e social, entretanto as que comercializam o leite coletivamente em grupo familiar ou em condomínio, obtiveram uma melhoria mais acentuada nos indicadores sociais e econômicos.

Constata-se, então, que as redes de cooperação influenciam positivamente no desempenho socioeconômico desses agricultores familiares. Observou-se que estas redes estão baseadas nas relações de reciprocidade entre as famílias de produtores de leite, seja na produção (ajuda mútua, mutirão e compartilhamento de equipamentos), seja na comercialização (venda conjunta) assim como no acesso ao crédito dos programas governamentais (financiamento para associações ou grupos), onde a confiança é o elo de garantia dessas relações.

Os programas governamentais, viabilizando financiamentos com custos abaixo do mercado, tornaram-se importantes desencadeadores da evolução nos indicadores econômicos e sociais analisados, assim como contribuíram para os resultados obtidos com melhor desempenho, em todos os itens analisados, para as famílias que comercializam coletivamente a produção de leite.

Em relação aos indicadores econômicos, esses financiamentos possibilitaram aumento no patrimônio em terras, em benfeitorias, em animais e em máquinas e implementos, proporcionando uma melhoria tecnológica às famílias produtoras de leite. Isto se percebe em relação ao número de famílias que em 2006 já possuíam ordenhadeira mecânica. Este equipamento é emblemático na atividade leiteira, pois representa uma diminuição na penosidade do trabalho da ordenha, geralmente realizada pelas mulheres e adolescentes (de acordo com algumas entrevistas, este equipamento foi decisivo para a família permanecer na atividade e ampliar a produção).

Entretanto, não se pode negar que os resultados obtidos pelo aumento no ingresso anual líquido em moeda proveniente das atividades agropecuárias também contribuíram para a variação positiva desses indicadores em todas as famílias pesquisadas, sendo constatado que conseguiram melhores resultados as famílias que comercializaram o leite em conjunto em relação às famílias que comercializaram individualmente, seja por obterem uma elevação superior no preço recebido pelo leite, seja por obterem um desembolso menor nas despesas com as atividades agropecuárias (compra em conjunto e uso compartilhado de equipamentos diminui as despesas), ou seja, por obterem uma ampliação da área de cultivo.

Também em relação aos indicadores sociais, tanto o aumento do ingresso anual líquido em moeda, como os financiamentos provenientes dos programas governamentais (RS RURAL e REFORMA DA HABITAÇÃO/FGTS/COOPERHAF) colaboraram na melhoria das moradias. Ao passo que os indicadores de bens de consumo e viagens de lazer tiveram uma variação positiva devido ao aumento do ingresso anual líquido em moeda. Novamente o melhor desempenho ocorreu com as famílias participantes de grupos associativos do que com as famílias que atuam individualmente.

Constata-se também que para as famílias produtoras de leite participantes de redes de cooperação, o desafio está em fortalecer as relações sociais informais, com base na reciprocidade entre si, pois se observa que essas relações influenciam de forma determinante as estruturas formais que possuem normas e regras.

Por isso, ao concluir, se reforça o entendimento de que a dinâmica desses grupos de produtores é determinada pelas relações no dia a dia, em que a boa convivência e a confiança entre eles tornam-se mais importantes que as regras escritas, pois estas podem ser alteradas ou adaptadas no decorrer do processo associativo em decorrência dessas relações de reciprocidade do dia a dia.

Portanto, as regras escritas nada valerão se nas relações pessoais existirem desconfiança ou conflitos, levando o grupo ou associação à desagregação. Estes tendem a se

extinguirem mesmo tendo excelentes regimentos e regulamentos, pois falta o essencial: a reciprocidade nas relações entre os seus membros.

Assim, mediadores sociais rurais (extensionistas rurais, assistentes sociais, etc) e gestores de políticas públicas devem refletir sobre a importância da reciprocidade no êxito de políticas públicas para a agricultura familiar e nos trabalhos de extensão rural e assistência social.

Finalizando este trabalho, conclui-se que as redes de cooperação formadas entre produtores de leite são geradas a partir de relações de trabalho e das relações sociais de reciprocidade, cabendo à dádiva (ato de dar, receber e retribuir) um papel importante na formação de confiança entre os entes formadores dessas redes, confiança essa fundamental para o sucesso das redes de cooperação.

Conclui-se ainda, que as redes de cooperação contribuem para que os agricultores familiares possam, não apenas sobreviver, mas obter melhores resultados econômicos e melhores condições de vida dentro do modelo econômico capitalista.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1998.
- ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Cotação de preços pagos pelos produtores**. 2006. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/intranet/preçospagos>>. Acesso em: 27 de fev. de 2007.
- _____. **Cotação de preços recebidos pelos produtores**. 2006. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/intranet/preçosrecebidos>>. Acesso em: 27 de fev. de 2007.
- _____. **Relatório de atividades da EMATER/RS-ASCAR desenvolvidas em 2005**. Porto Alegre, 2006.
- _____. **Sustentabilidade e Cidadania**: Curso em desenvolvimento rural sustentável e princípios agroecológicos. São Luiz Gonzaga,RS, 2000. Programa de Formação Técnico – Social da EMATER/RS.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.
- BOURDIEU, P. Será possível um ato desinteressado. In: _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996. p. 137-156.
- CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Rvista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 5-51, abr. 1998.
- CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- _____. Sobre as Teorias dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da;
- CHONCHOL, J. **Sistemas agrários en América Latina**: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- COOPERATIVA DE HABITAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS TRES ESTADOS DO SUL. **Programa de Reforma da Habitação/FGTS/COOPERHAF**. 2006. Disponível em: <<http://www.cooperhaf.org.br/index.php>> . Acesso em: 13 de nov. de 2007.
- FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. **A produção agropecuária dos municípios**. 2006. Disponível em <<http://www.famurs.com.br/municipios>> . Acesso em: 22 de jul. de 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **FEEDADOS**. 2005. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/feedados/consulta>>. Acesso em: 04 de set. de 2006.

GODOY, E. P.; **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1969.

GOMES, E. Transformações na cadeia produtiva do leite. **Boletim do DESER**, Curitiba, n. 154, P. 3-8, out. 2006.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico do Brasil 1995 a 2005**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

_____. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal 2005**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

JAUME, F. et al. **Notas sobre la historia de Misiones**: El proceso de constitución de la región histórica. Posadas, Argentina:Universidad Nacional de Misiones. Faculdade de Humanidades y Ciências Sociais, 1986.

MARTINS, P. H. As redes sociais, o sistema da dádiva e o paradoxo sociológico. **Cadernos CRH**, Salvador, v.17. n. 40, p.33-48, jan/jul. 2004.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. v.2, p. 49-209.

MAZOYER, M. ; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 520 p.

MAYER, A. C. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global, 1987. p. 127- 157.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 11- 17.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

PINDYCK, R.; RUBIENFELD, D. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1994.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980. p. 59-217.

_____. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, K. (Org.). **Comercio y mercado en los impérios antiguos**. Barcelona: Labor Universitária, 1976. p. 289-315.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na serra gaúcha**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **RS RURAL: Manual Operativo II**. Porto Alegre: Corag, 2001.

_____. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas>>. Acessado em: 12 jun. 2006.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução: Emery Ruras. Porto Alegre: Globo, 1969.

RUBIM, A. A. C. ; RUBIM, I. ; VIEIRA, M. P. **Atores sociais, redes e políticas culturais**. Salvador: Universidade Federal da Bahia,, 2005. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/atoressociais_redes_e_politicasculturais_catedra2005.pdf>. Acessado em 12 nov. 2007.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11. 2003, Aracajú. **Anais...** Aracajú: UFS, 2003. v. 1, p. 1-26.

_____. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Revista Raízes**, Campina Grande, PB, v. 18, n. 20, p. 41- 49, nov. 2001a.

_____. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 37-61, abr. 2001b.

_____. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12. 2005, Belo Horizonte. **Sociologia e Realidade: pesquisa social no século XXI**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 1-20.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998.

SILVA NETO, B.; FRANTZ, T. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Coord.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí (RS): Ed. Unijuí, 2005. p. 27-92.

SETE DE SETEMBRO. Prefeitura Municipal. **Portal de Sete de Setembro**. 2007. Disponível em: <<http://www.setedesetembro.rs.cnm.org.br>>. Acessado em: 12 fev. 2007.

STOCKMANN, M. **A percepção das mudanças numa cooperativa de produção decorrentes de uma aliança estratégica:** caso da Cooperativa dos Suinocultores de Encantado LTDA. com a Tetra pack. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, convênio com a UNIVATES, Lajeado, 2002.

STOLKE, V. (Org.). **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 113-163.

STRECK, E. V. **Solos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EMATER/RS, UFRGS, 2002.

WOLF, E. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **Antropologia e poder.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003a.

_____. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder:** contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Ed. da Unicamp, 2003b. p. 93-114.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do sul e sitiante do nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A
QUESTIONÁRIO PADRONIZADO

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1. Nome do(a) chefe da família:.....

1.2. Idade:..... 1.3. Estado civil: () casado () solteiro () separado () viúvo

1.4. Nível de escolaridade:.....

1.5. Composição da família

| Nome | Relação com chefe da família | Idade | Escolaridade | Trabalha Sim ou Não |
|------|------------------------------|-------|--------------|---------------------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

1.6. Utiliza mão-de-obra contratada? ()sim ()não. Se sim, quantas?

2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA:

2.1. Área Total: 1999 ha 2006 ha

Área própria: 1999 ha-R\$. 2006.....ha-R\$

Área arrendada de terceiros: 1999 ha 2006 ha

Área total trabalhada: 1999 ha 2006 ha

Área de mata nativa: 1999..... ha 2006 ha

Área inaproveitável: 1999 ha 2006 ha

Obs: as informações referem-se a dezembro do ano indicado.

2.2. Valor pago pelo arrendamento (em R\$): 1999 R\$ 2006 R\$.....

3. BENFEITORIAS, MÁQUINAS/IMPLEMENTOS E SEMOVENTES

3.1. Benfeitorias:

Açudes 1999m²/valor R\$.....; 2006..... m² / valor R\$

Aviário de madeira 1999.....m² valor R\$.....;2006.....m²/valor R\$

Aviário de alvenaria 1999.....m²/valor R\$.....;2006..... m² – valor R\$

Casa(s) de madeira 1999.....m² valor R\$.....;2006..... m² – valor R\$

Casa(s) de alvenaria 1999.....m² valor R\$.....;2006..... m² – valor R\$

Estábulo de madeira 1999.....m² valor R\$.....;2006.....m² – valor R\$

Estábulo de alvenaria 1999.....m² valor R\$..... 2006.....m² – valor R\$

Chiqueiro de madeira 1999.....m² valor R\$.....;2006.....m² – valor R\$

Chiqueiro de alvenaria 1999.....m² valor R\$.....;2006..... m² – valor R\$

Galpão de madeira 1999.....m² valor R\$.....;2006.....m² – valor R\$

Valor Total Benfeitorias: 1999R\$;2006 R\$= Aumentou%

3.2. Máquinas e implementos:

| | |
|---------------------|--|
| Automóvel | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Motocicleta | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Caminhão | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Caminhonete | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Trator | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Automotriz | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Arado | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Grade | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Pulverizador | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Semeadora | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Ensiladeira | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Carreta agrícola | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Roçadeira | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Triturador | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Ordenhadeira | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Freezer para leite | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Resfriador imersão | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| Resfriador expansão | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |

Valor Total de Máquinas e Implementos:

1999- R\$..... / 2006 - R\$ = Aumentou%

3.3. Semoventes (Animais):

| | |
|---------------------|--|
| - Touros : | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| - Vacas : | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| - Novilhas: | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| - Bois p/ trabalho: | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| - Cavalos: | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| - Porcas: | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |
| - Cachaços: | 1999 - Qtidade.....R\$...../2006 - Qtidade.....R\$ |

Valor Total Semoventes:1999 – R\$.....;2006 – R\$=Aumentou%

4. CAPITAL:

- 4.1. Possui R\$ em poupança/aplicação financeira? Em 1999:()Sim ()Não. R\$.....
 Em 2006:()Sim ()Não. R\$
- 4.2. Possui dívidas? Em 1999: () Sim () Não. R\$
 Em 2006: () Sim () Não. R\$

VALOR TOTAL/PATRIMÔNIO:

1999–R\$.....; 2006–R\$= Aumentou%.

5. PRODUÇÃO

5.1. Atividade de produção vegetal – Lavoura

- | | | | | |
|-------------------------------------|------------|----|------------|----|
| - Feijão área plantada | 1999 | ha | 2006 | ha |
| quantidade colhida (sc= 60 kg) | 1999..... | sc | 2006 | sc |
| quantidade consumida na propriedade | 1999 | sc | 2006 | sc |
| quantidade vendida | 1999 | sc | 2006 | sc |
| valor obtido com venda – em R\$ | 1999 | | 2006 | |
| - Soja: área plantada | 1999 | ha | 2006 | ha |
| quantidade colhida (sc= 60 kg) | 1999..... | sc | 2006 | sc |
| quantidade consumida na propriedade | 1999 | sc | 2006 | sc |
| quantidade vendida | 1999 | sc | 2006 | sc |
| valor obtido com venda – em R\$ | 1999 | | 2006 | |
| - Milho: área plantada | 1999 | ha | 2006 | ha |
| quantidade colhida (sc= 60 kg) | 1999..... | sc | 2006 | sc |
| quantidade consumida na propriedade | 1999 | sc | 2006 | sc |
| quantidade vendida | 1999 | sc | 2006 | sc |
| valor obtido com venda – em R\$ | 1999 | | 2006 | |
| - Trigo: área plantada | 1999 | ha | 2006 | ha |
| quantidade colhida (sc= 60 kg) | 1999..... | sc | 2006 | sc |
| quantidade consumida na propriedade | 1999 | sc | 2006 | sc |
| quantidade vendida | 1999 | sc | 2006 | sc |
| valor obtido com venda – em R\$ | 1999 | | 2006 | |

- ..(outros): área plantada 1999 ha 2006 ha
 quantidade colhida (sc= 60 kg) 1999..... sc 2006 sc
 quantidade consumida na propriedade 1999 sc 2006 sc
 quantidade vendida 1999 sc 2006 sc
 valor obtido com venda – em R\$ 1999 2006

- Horta: () possui () Não possui. Se possui, é para () consumo ou () parte é para venda.
 quais ? () Alface () Alho () Batata () Batata doce () Beterraba () Cenoura () Cebola
 () Couve () Repolho () Tomate () moranga () outros?
 Qual a renda com essas vendas? Em 1999 R\$ Em 2006 R\$

- Pomar: () possui () Não possui. Se possui, é para () consumo ou () parte é para venda.
 Quais frutas? () Bergamota () Laranja () Limão () uva () pêssego () morango () Outra
 Qual a renda com essas vendas? Em 1999 R\$ Em 2006 R\$

5.2. Atividade de produção animal – Pecuária

- Carne suína: 1999.....kg produzido,kg vendido e valor da venda R\$
 2006.....kg produzido,kg vendido e valor da venda R\$
 - Carne gado: 1999.....kg produzido,kg vendido e valor da venda R\$
 2006.....kg produzido,kg vendido e valor da venda R\$
 - Carne frango:1999.....kg produzido,kg vendido e valor da venda R\$
 2006.....kg produzido,kg vendido e valor da venda R\$
 - Ovos: 1999.....dz produzido,dz vendido e valor da venda R\$
 2006.....dz produzido,dz vendido e valor da venda R\$
 - Mel: 1999.....kg produzido,kg vendido e valor da venda R\$
 2006.....kg produzido,kg vendido e valor da venda R\$
 - Leite: 1999.....kg produzido,kg vendido e valor da venda R\$
 2006.....kg produzido,kg vendido e valor da venda R\$

Ingresso bruto anual em moeda proveniente da agropecuária:

1999 – R\$/2006 – R\$.....=Aumentou%

6. DESEMBOLSO PARA COMPRAS DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS:

- Adubo químico: 1999..... kg e R\$.....;2006..... kg e R\$
 - Uréia: 1999..... kg e R\$.....;2006..... kg e R\$
 - Calcário: 1999..... kg e R\$.....;2006..... kg e R\$
 - Óleo diesel: 1999..... l. e R\$.....;2006..... l. e R\$
 - Semente soja: 1999..... kg e R\$.....;2006..... kg e R\$

- Semente trigo: 1999..... kg e R\$.....;2006..... kg e R\$
- Semente milho: 1999..... kg e R\$.....;2006..... kg e R\$
- Semente aveia/verão: 1999.....kg e R\$.....;2006.....kg e R\$
- Semente aveia: 1999..... kg e R\$.....;2006..... kg e R\$
- Semente milheto: 1999..... kg e R\$.....;2006..... kg e R\$
- Sal mineral: 1999..... kg e R\$.....;2006..... kg e R\$
- Ração indust.: 1999..... kg e R\$.....;2006..... kg e R\$
- Herbicidas: 1999..... kg e R\$.....;2006..... kg e R\$
- Inseticidas: 1999..... ml e R\$.....;2006..... ml e R\$
- Fungicidas: 1999..... kg e R\$.....;2006..... kg e R\$
- Remédios para bovinos: 1999.....ml e R\$.....;2006..... ml e R\$

Desembolso para compras de insumos agropecuários:

1999 – R\$...../2006–R\$.....=Aumentou%

7. INGRESSO LÍQUIDO ANUAL EM MOEDA PROVENIENTE DA AGROPECUÁRIA = Ingresso bruto anual em moeda da vendas agropecuárias –

Desembolso para compras de insumos agropecuários:

1999: Ingresso líquido anual em moeda proveniente da agropecuária R\$

2006: Ingresso líquido anual em moeda proveniente da agropecuária R\$

= Aumentou%

8. A ATIVIDADE LEITEIRA:

8.1. Plantel: Predominância da raça:

Em 1999: () Jersey () Holandesa () Gir () mestiça

Em 2006: () Jersey () Holandesa () Gir () mestiça

8.2. Principais técnicas de produção de leite adotadas:

| Técnica adotada | Em 1999 | Em 2006 |
|--|---------|---------|
| Inseminação Artificial (melhoria genética)..... | () | () |
| Aquisição de novas matrizes (melhoria genética)..... | () | () |
| Correção do solo das áreas de pastagens..... | () | () |
| Uso de aveia e azevém (melhoria alimentação)..... | () | () |
| Pastoreio rotativo (melhoria na alimentação)..... | () | () |
| Plantio de gramíneas perenes com alto teor de proteína, como a tifton (melhoria na alimentação)..... | () | () |
| Uso de silagem (melhoria na alimentação)..... | () | () |
| Uso de ração ou concentrado (melhoria alimentação).. | () | () |

Ordenha: Manual () ()
 Mecânica () ()
 Mecânica canalizada () ()
 Resfriamento do leite: Refrigerador/Freezer() ()
 Resfriador de imersão.....() ()
 Resfriador de expansão.....() ()

9. ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:

9.1. Assistência técnica: () Não recebe () recebe

Se recebe, de quem: () EMATER () Cooperativa () Sec Mun. Agricultura () Particular
 () Empresa integradora () ONGs () Outras

9.2. Acesso a financiamentos agrícolas de custeio e investimentos:

- De 1999 a 2006, quantas vezes acessou crédito de custeio?

- De 1999 a 2006, quantas vezes acessou crédito de investimento?

- () RS-RURAL. O que financiou?

Qual o valor financiado? R\$

() PRONAF () "A" () "B" () "C" () "D" () "E"

O que financiou?

Qual o valor financiado? R\$

() Outros:..... O que financiou?

Qual o valor financiado? R\$

- Em quais instituições financeiras acessou crédito? () Banco Estatal () Banco Privado
 () Sicredi () Cooperativa () Empresa integradora () Prefeitura Municipal

10. INFRAESTRUTURA BÁSICA

10.1. Moradia em 1999: () Alvenaria c/reboco () Alvenaria s/reboco () Madeira
 () Mista. Tamanho:m²

Moradia em 2006: () Alvenaria c/reboco () Alvenaria s/reboco () Madeira
 () Mista. Tamanho:m²

10.1.1. Quantidade de peças:

Em 1999: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10

Em 2006: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10

10.1.2. Banheiros:

Em 1999: () Não tem () 1 () 2 () 3. Com azulejo () Sim () Não.

Em 2006: () Não tem () 1 () 2 () 3. Com azulejo () Sim () Não.

10.1.3. Paredes:

Em 1999: () sem pintura () com pintura desgastada () com pintura recente.

Em 2006: () sem pintura () com pintura desgastada () com pintura recente.

10.2. Abastecimento de água:

Em 1999: () poço raso () poço artesiano () fonte protegida () vertente
() rede d'água comunitária () água do vizinho () córrego () outro.

Em 2006: () poço raso () poço artesiano () fonte protegida () vertente
() rede d'água comunitária () água do vizinho () córrego () outro.

10.3. Saneamento básico:

Em 1999:()direto no solo ()direto nos cursos ()fossa simples ()fossa séptica

Em 2006: ()direto no solo ()direto nos cursos ()fossa simples ()fossa séptica

10.4. Possui energia elétrica:

Em 1999: ()sim ()não. Quantas fases?()Monofásica ()Bifásica () Trifásica

Em 2006: ()sim ()não. Quantas fases?() Monofásica () Bifásica () Trifásica

10.5. Bens de consumo no domicílio:

Em 1999: () Aparelho de som ()Antena Parabólica () Vidiocassete () DVD
()Aparelho de TV ()TV por assinatura ()telefone celular ()Rádio () Freezer
() Ferro elétrico () Fogão a gás () Fogão a lenha () Forno elétrico
()Microondas ()Geladeira ()Liquidificador ()Batedeira () Maq. Lavar roupa
() móveis novos cozinha () móveis novos do quarto ()jogo de sala

Em 2006: () Aparelho de som ()Antena Parabólica () Vidiocassete () DVD
()Aparelho de TV ()TV por assinatura ()telefone celular ()Rádio () Freezer
() Ferro elétrico () Fogão a gás () Fogão a lenha () Forno elétrico
()Microondas ()Geladeira ()Liquidificador ()Batedeira () Maq. Lavar roupa
() móveis novos cozinha () móveis novos do quarto ()jogo de sala

11. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

11.1. Participa de Grupo de Produtores de Leite? ()sim, em ()1999()2006; ()não

11.2. Participa da diretoria Comunidade ou Escola?()sim, em ()1999()2006; ()não

11.3. Participa de clube de mães? ()sim, em ()1999()2006; ()não

11.4. Participa do Sindicato de trabalhadores? ()sim, em ()1999()2006; ()não

11.5. Participa de algum Conselho Municipal? ()sim, em ()1999()2006; ()não

11.6. Participação em Bailes de 1999 para 2006? ()aumentou () diminui () mesma

11.7. Participação em Festas de 1999 para 2006? ()aumentou () diminui () mesma

11.8. Participação em jogos de 1999 para 2006? ()aumentou () diminui () mesma

11.9. Realiza viagens e passeios de lazer? Em 1999:()sim ()não. Quantas?

Em 2006:()sim ()não. Quantas?

12. FORMAS DE RECIPROCIDADES PRATICADAS:

12.1 – Ajuda mútua/mutirão com vizinhos e ou parentes: () não

() só quando necessário, por motivo de doença, viagem ou outro compromisso deles.

() regularmente: no plantio () na capina () na silagem () na colheita

12.2 – Participa de mutirão comunitário: () não () na construção/reforma da escola
 () na construção/reforma do salão comunitário e ou igreja () na organização de festas
 ()

12.3 . Compartilha máquinas, implementos e equipamentos em conjunto com parentes, vizinhos e ou amigos? () sim () não.

12.4. Compra insumos e ou vende produção em conjunto com parentes, vizinhos e ou amigos?

() sim () não

13. SATISFAÇÃO PESSOAL E PERSPECTIVAS:

13.1. Em relação à atividade de Agricultor(a)?

- () é muito bom ser agricultor(a)
- () é bom, apesar das dificuldades
- () é ruim, mas melhor que ser empregado assalariado
- () é muito ruim, se der, vamos deixar a agricultura para trabalhar na cidade.

13.2. Em relação em viver no Meio Rural?

- () é muito bom
- () é bom
- () é ruim
- () é muito ruim

13.3. O que tem mais valor para você(s) no meio rural?

- () a paisagem
- () a tranquilidade
- () a liberdade de fazer as coisas quando quiser
- () trabalho com os animais e plantas
- () os vizinhos, amigos e a comunidade em que vive
- () a importância de produzir alimentos
- () Não sabe

13.4. Para o futuro, quais são os planos de melhoria de vida para a família?.....

.....

13.5. Alguém da família pretende mudar para a cidade para trabalhar em atividade urbana?

- () sim () não () não sabe

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GRUPO 1
FAMÍLIAS QUE COMERCIALIZAM LEITE EM CONJUNTO

1- Quando começou a produzir leite para a venda?

R:

2- Começou com quantas vacas e qual era a produtividade delas no início?

R:

3- Quando mudou, o que mudou?

R:

4- Como era naquela época a ordenha e a armazenagem do leite?

R:

5- Quando e como mudou?

R:

6- Como era o transporte do leite no início da venda?

R:

7- Quando e como mudou o transporte do leite?

R:

8- Para quem vendia o leite quando iniciou as vendas e qual o preço recebido pelo litro do leite em cada época?

R:

9- Quando e por que mudou de empresa?

R:

10- Para que eram utilizados os recursos da venda do leite?

R:

11- Quais as vantagens e quais as desvantagens da atividade de produzir e vender leite?

R:

12- Participa de grupo ou associação de produtores? Quais os motivos que levaram a participar?

R:

13- Como é o grupo (o que tem em conjunto e quais as atividades em grupo)?

R:

14- Quais as vantagens e as desvantagens do grupo?

R:

15- Quais suas perspectivas para o futuro da atividade leiteira daqui 5 a 10 anos? (Vai melhorar ou piorar para o produtor o preço, os custos e os financiamentos. Vai investir, ficar como está ou desistir? Se investir, em quê: animais, equipamentos, pastagens..)

R: .

APÊNDICE C
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GRUPO 2
FAMÍLIAS QUE NÃO COMERCIALIZAM LEITE EM CONJUNTO

1 - Quando começou a produzir leite para a venda?

R:

2 - Começou com quantas vacas e qual era a produtividade delas no início?

R:

3 - Quando mudou, o que mudou?

R:

4 - Como era naquela época a ordenha e a armazenagem do leite?

R:

5 - Quando e como mudou?

R:

6 - Como era o transporte do leite no início da venda?

R:

7 - Quando e como mudou o transporte do leite?

R:

8 - Para quem vendia o leite quando iniciou as vendas e qual o preço recebido pelo litro do leite em cada época?

R:

9 - Quando e por que mudou de empresa?

R:

10 - Para que eram utilizados os recursos da venda do leite?

R:

11 - Quais as vantagens e quais as desvantagens da atividade de produzir e vender leite?

R:

12 - O que levou a produzir e comercializar sozinho a produção de leite?

R:

13 - Quais as vantagens e as desvantagens de comercializar individualmente?

R:

14 - Mesmo não participando de associação ou grupo de produtores de leite, pratica alguma tipo de atividade conjunta com outras famílias (parentes ou vizinhos, a fim de verificar tipo de reciprocidade fora da atividade leite)?

R:

15 - Quais suas perspectivas para o futuro da atividade leiteira daqui 5 a 10 anos? (Vai melhorar ou piorar para o produtor o preço, os custos e os financiamentos. Vai investir, ficar como está ou desistir? Se investir, em quê: animais, equipamentos, pastagens..)

R: .

APÊNDICE D
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EXTENSIONISTA RURAL
E REPRESENTANTE DE ENTIDADE

NOME: **FUNÇÃO:**.....

Data da entrevista:/...../.....

- 1- Quando iniciou a trabalhar em Sete de Setembro? Quais as principais atividades produtivas dos agricultores familiares em 1999/2000?
- 2- Como você vê as mudanças ocorridas nas atividades produtivas dos agricultores familiares, de 1999 até hoje em dia? Quais se destacaram?
- 3- Quais os motivos da produção de leite no município se destacar nestes últimos anos?
- 4- Quais as vantagens e as desvantagens da atividade pecuária de leite para os agricultores familiares?
- 5- Quais os trabalhos realizados para desenvolver a agricultura familiar de Sete de setembro?
- 6- Quais as atividades realizadas para desenvolver a pecuária de leite junto a agricultores familiares de Sete de Setembro?
- 7- Como o produtor de leite deve se preparar para o futuro? Quais devem ser os requisitos que devem considerar para planejar o futuro nessa atividade? Quais seriam as prioridades a serem implantadas para se manterem ou evoluírem nessa atividade?
- 8- Como vê o futuro da Pecuária de leite considerando o contexto atual, os mercados, etc?

APÊNDICE E

PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA DEFINIÇÃO DAS COTAÇÕES DE PREÇOS DOS PRODUTOS, INSUMOS, TERRAS, BENFEITORIAS, ANIMAIS, MÁQUINÁRIOS AGRÍCOLAS UTILIZADOS NO CÁLCULO DO PATRIMÔNIO E DO INGRESSO ANUAL EM MOEDA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIA.

1 – COTAÇÃO DE PREÇOS UTILIZADOS NO CÁLCULO DO PATRIMÔNIO:

1.1. Cotação da Terra:

Os valores adotados baseiam-se nas informações dos próprios entrevistados quando foi solicitado a eles qual o valor da suas terras. Quando os entrevistados não tinham noção dos valores (raramente), foram utilizadas as informações da Comissão Municipal de Avaliação de Terras do Programa Crédito Fundiário, do município de Sete de Setembro/RS (anexo).

1.2. Cotação de Benfeitorias:

Os valores adotados baseiam-se nas informações dos próprios entrevistados quando foi solicitado a eles qual o valor da suas benfeitorias. Quando os entrevistados não tinham noção do valor (raramente), o entrevistador procurava relacionar às mercadorias utilizadas, os preços praticados em fevereiro de 2007 no mercado local. Por exemplo: tipo e quantidade de telhas ao preço do mercado local (levantado pelo entrevistador previamente), quantidade de dúzias de tábuas; quantidade de tijolos e cimento e areia, etc..

1.3. Cotação de Máquinas e Implementos Agrícolas:

Os valores adotados se baseiam nas informações dos entrevistados (de acordo com o que pagaram ou receberam, na compra ou venda dessas máquinas/implementos) e com base nas cotações de preços pesquisados na Internet, através do endereço eletrônico: https://intranet.emater.tche.br/intranet/sistemas/super/preco/consulta_pag.php, onde se buscou a cotação de preços das máquinas e implementos agrícolas referentes ao mês de fevereiro de 2007.

1.4. Cotações de Animais:

Os valores adotados se baseiam nas informações dos entrevistados (de acordo com o que pagaram ou receberam, na compra ou venda desses animais) e com base nas cotações de

preços pesquisados na Internet, através do endereço eletrônico: https://intranet.emater.tche.br/intranet/sistemas/super/preco/consulta_rec.php, onde se buscou a cotação de preços dos animais referentes ao mês de fevereiro de 2007.

2 – COTAÇÃO DE PREÇOS UTILIZADOS NO CÁLCULO DO INGRESSO E DESEMBOLSO EM MOEDA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS:

2.1. Cotação dos preços recebidos pelos agricultores na venda de seus produtos:

Para averiguar a renda obtida pelos agricultores com a comercialização dos produtos agropecuários, utilizaram-se as cotações fornecidas pela EMATER/RS, no endereço eletrônico: <http://www.emater.tche.br/site/inicial/ptbr/php/preços/cotações>, na tabela “Análise dos preços semanais recebidos pelos produtores” na primeira semana de março de 2007, com exceção do produto leite, que utilizou-se a informação do produtor de acordo com o que recebeu na fatura do leite no mês de fevereiro 2007 (variando de R\$ 0,38 a 0,45/l).

2.2 Cotação dos preços pagos pelos agricultores na compra de seus insumos:

Para averiguar os preços pagos pelos produtores na compra de insumos agropecuários, utilizaram-se as informações dos próprios entrevistados sobre os preços que pagaram na aquisição desses insumos e a cotação obtida na tabela “Análise dos preços semanais pagos pelos produtores” na primeira semana de março de 2007 no endereço https://intranet.emater.tche.br/intranet/sistemas/super/preco/consulta_pag.php.

APÊNDICE F

Sistematização dos dados primários obtidos do questionário da pesquisa junto as famílias do grupo 1

Sistematização dos dados sobre o perfil social das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite: **Composição familiar e idade**

| Famílias entrevistadas | N. de membros familiares morando na propriedade | N. de filhos morando na propriedade | Idade do Chefe da Família | Idade do cônjuge | Média de idade dos filhos maiores de 18 anos | Média de idade dos filhos menores de 18 anos |
|------------------------|---|-------------------------------------|---------------------------|------------------|--|--|
| Família 1 – G1 | 4 | 2 | 45 | 45 | 19 | 17 |
| Família 2 – G1 | 4 | 2 | 40 | 36 | - | 10 |
| Família 3 – G1 | 4 | 2 | 56 | 58 | 29 | - |
| Família 4 – G1 | 3 | 1 | 50 | 47 | - | 16 |
| Família 5 – G1 | 4 | 2 | 37 | 34 | - | 6 |
| Família 6 – G1 | 3 | 1 | 37 | 33 | - | 7 |
| Família 7 – G1 | 4 | 2 | 59 | 55 | 21 | 10 |
| Família 8 – G1 | 5 | 3 | 54 | 58 | 22 | 17 |
| Família 9 – G1 | 3 | 1 | 61 | 57 | 25 | - |
| Família 10 – G1 | 5 | 3 | 46 | 39 | - | 11 |
| Família 11 – G1 | 5 | 3 | 54 | 43 | 20 | 9 |
| Família 12 – G1 | 2 | 0 | 29 | 28 | - | - |
| Família 13 – G1 | 5 | 3 | 49 | 46 | 22 | 9 |
| Família 14 – G1 | 2 | 0 | 49 | 46 | - | - |
| Família 15 – G1 | 3 | 1 | 44 | 38 | - | 11 |
| Família 16 – G1 | 4 | 2 | 40 | 37 | 19 | 15 |
| TOTAL | 60 | 28 | - | - | - | - |

Sistematização dos dados sobre o perfil social das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite: **Nível de escolaridade**

| Famílias entrevistadas | N. de membros familiares analfabetos | N. de familiares que estudaram até a 5ª série Fundamental | N. de familiares que estudaram da 6ª a 8ª série Fundamental | N. de familiares que possuem o IIº Grau incompleto | N. de familiares que possuem o IIº Grau completo | Total |
|------------------------|--------------------------------------|---|---|--|--|-------|
| Família 1 – G1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 4 |
| Família 2 – G1 | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 | 4 |
| Família 3 – G1 | 0 | 3 | 1 | 0 | 0 | 4 |
| Família 4 – G1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 3 |
| Família 5 – G1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Família 6 – G1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Família 7 – G1 | 0 | 3 | 1 | 0 | 0 | 4 |
| Família 8 – G1 | 0 | 2 | 0 | 1 | 2 | 5 |
| Família 9 – G1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Família 10 – G1 | 0 | 3 | 1 | 0 | 1 | 5 |
| Família 11 – G1 | 0 | 3 | 0 | 1 | 1 | 5 |
| Família 12 – G1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| Família 13 – G1 | 0 | 3 | 1 | 0 | 1 | 5 |
| Família 14 – G1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Família 15 – G1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 3 |
| Família 16 – G1 | 0 | 2 | 1 | 1 | 0 | 4 |
| TOTAL | 0 | 36 | 12 | 4 | 8 | 60 |

Sistematização dos dados sobre a produção leiteira das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite:

Estrutura Fundiária, n^o vacas e produção anual de leite

| Famílias entrevistadas | Área própria em 1999 (ha) | Área própria em 2006 (ha) | Área total (inclui o arrendamento) Em 1999 (ha) | Área total (inclui o arrendamento) Em 2006 (ha) | N. de vacas em 1999 | N. de vacas em 2006 | Produção anual de leite em 1999 (litros) | Produção anual de leite em 2006 (litros) |
|------------------------|---------------------------|---------------------------|---|---|---------------------|---------------------|--|--|
| Família 1 – G1 | 7,5 | 7,5 | 7,5 | 7,5 | 4 | 6 | 8.000 | 12.000 |
| Família 2 – G1 | 0,0 | 9,5 | 9,5 | 12,5 | 5 | 9 | 20.000 | 24.000 |
| Família 3 – G1 | 26 | 31 | 34 | 61 | 6 | 16 | 18.500 | 54.500 |
| Família 4 – G1 | 32 | 35 | 38 | 41 | 8 | 12 | 12.000 | 20.000 |
| Família 5 – G1 | 9,5 | 9,5 | 12,5 | 12,5 | 2 | 10 | 7.800 | 21.000 |
| Família 6 – G1 | 10 | 20 | 40 | 56 | 11 | 10 | 18.000 | 20.000 |
| Família 7 – G1 | 25 | 25 | 25 | 25 | 7 | 14 | 11.000 | 24.000 |
| Família 8 – G1 | 23 | 23 | 23 | 23 | 4 | 10 | 8.000 | 19.000 |
| Família 9 – G1 | 6 | 6 | 12 | 12 | 3 | 5 | 5.500 | 10.500 |
| Família 10 – G1 | 13,5 | 13,5 | 13,5 | 13,5 | 10 | 7 | 8.500 | 15.000 |
| Família 11 – G1 | 10 | 19,0 | 10 | 19,0 | 6 | 8 | 11.000 | 19.000 |
| Família 12 – G1 | 22 | 22 | 22 | 49 | 4 | 8 | 9.500 | 25.500 |
| Família 13 – G1 | 5 | 18,5 | 12 | 34,5 | 4 | 10 | 11.000 | 36.400 |
| Família 14 – G1 | 15,5 | 18,5 | 15,5 | 18,5 | 6 | 8 | 10.000 | 20.000 |
| Família 15 – G1 | 5 | 18,5 | 12 | 34,5 | 4 | 10 | 11.000 | 36.400 |
| Família 16 – G1 | 5 | 18,5 | 12 | 34,5 | 4 | 10 | 11.000 | 36.400 |
| TOTAL | 215 | 295 | 298,5 | 454 | 88 | 154 | 180.800 | 393.700 |

Sistematização dos dados sobre a produção leiteira das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite: **Adoção de técnicas de produção I**

| Famílias entrevistadas | Realizou compra de novas matrizes em 1999 | Realizou compra de novas matrizes em 2006 | Realizou Inseminação artificial em 1999 | Realizou Inseminação artificial em 2006 | Cultivou pastagens de inverno em 1999 | Cultivou pastagens de inverno em 2006 | Plantou Tifton em 1999 | Plantou Tifton em 2006 |
|------------------------|---|---|---|---|---------------------------------------|---------------------------------------|------------------------|------------------------|
| Família 1 – G1 | - | X | - | X | - | - | - | - |
| Família 2 – G1 | - | - | - | - | X | X | - | - |
| Família 3 – G1 | X | X | X | X | X | X | - | X |
| Família 4 – G1 | - | - | X | X | X | X | - | - |
| Família 5 – G1 | - | X | - | X | - | X | - | X |
| Família 6 – G1 | - | - | X | X | X | X | - | - |
| Família 7 – G1 | - | X | X | X | - | X | - | X |
| Família 8 – G1 | - | X | X | X | X | X | - | - |
| Família 9 – G1 | - | X | X | X | X | X | - | - |
| Família 10 – G1 | - | X | X | X | - | X | - | X |
| Família 11 – G1 | X | - | X | X | X | X | - | X |
| Família 12 – G1 | X | X | X | X | X | X | - | X |
| Família 13 – G1 | X | - | X | X | X | X | X | X |
| Família 14 – G1 | - | X | X | X | - | - | - | - |
| Família 15 – G1 | X | - | X | X | X | X | X | X |
| Família 16 – G1 | X | - | X | X | X | X | X | X |
| TOTAL | 6 | 9 | 13 | 15 | 11 | 14 | 3 | 9 |

Sistematização dos dados sobre a produção leiteira das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite: **Adoção de técnicas de produção II**

| Famílias entrevistadas | Realiz ou pastoreio rotativo em 1999 | Realiz ou pastoreio rotativo em 2006 | Realizou Silagem em 1999 | Realizou Silagem em 2006 | Usou ordenha-deira mecânica em 1999 | Usou ordenha-deira mecânica em 2006 | Usou resfriador de expansão em 1999 | Usou resfriador de expansão em 2006 |
|------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Família 1 – G1 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Família 2 – G1 | - | - | - | X | - | - | - | - |
| Família 3 – G1 | - | - | - | X | - | X | - | X |
| Família 4 – G1 | - | - | - | X | - | - | - | - |
| Família 5 – G1 | - | - | - | X | - | X | - | - |
| Família 6 – G1 | - | - | X | X | - | - | - | - |
| Família 7 – G1 | - | X | X | - | - | X | - | - |
| Família 8 – G1 | - | X | X | X | - | - | - | X |
| Família 9 – G1 | - | - | - | X | - | - | - | - |
| Família 10 – G1 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Família 11 – G1 | - | X | - | X | - | X | - | - |
| Família 12 – G1 | - | X | - | X | - | X | - | - |
| Família 13 – G1 | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Família 14 – G1 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Família 15 – G1 | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Família 16 – G1 | X | X | X | X | X | X | X | X |
| TOTAL | 3 | 7 | 6 | 12 | 3 | 8 | 3 | 5 |

Sistematização dos dados sobre o Levantamento do **Patrimônio** (terra, benfeitorias e maquinário) das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite.

| Famílias entrevistadas | Patrimônio em terras em 1999 (R\$) | Patrimônio em terras em 2006 (R\$) | Patrimônio em benfeitorias em 1999 (R\$) | Patrimônio em benfeitorias em 2006 (R\$) | Patrimônio em maquinário em 1999 (R\$) | Patrimônio em maquinário em 2006 (R\$) |
|------------------------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|--|--|
| Família 1 – G1 | 40.500,00 | 40.500,00 | 8.000,00 | 10.000,00 | 2.500,00 | 3.850,00 |
| Família 2 – G1 | 5.000,00 | 38.000,00 | 2.000,00 | 11.000,00 | 1.600,00 | 19.900,00 |
| Família 3 – G1 | 117.000,00 | 139.500,00 | 32.500,00 | 56.000,00 | 22.100,00 | 51.900,00 |
| Família 4 – G1 | 161.700,00 | 168.000,00 | 20.000,00 | 58.500,00 | 16.600,00 | 42.000,00 |
| Família 5 – G1 | 37.200,00 | 37.200,00 | 9.500,00 | 20.700,00 | 6.000,00 | 8.900,00 |
| Família 6 – G1 | 59.600,00 | 100.000,00 | 15.500,00 | 18.500,00 | 37.900,00 | 87.100,00 |
| Família 7 – G1 | 137.500,00 | 137.500,00 | 13.750,00 | 27.500,00 | 1.100,00 | 5.200,00 |
| Família 8 – G1 | 103.500,00 | 103.500,00 | 17.000,00 | 34.700,00 | 15.100,00 | 30.100,00 |
| Família 9 – G1 | 30.000,00 | 30.000,00 | 6.800,00 | 13.600,00 | 550,00 | 1.650,00 |
| Família 10 – G1 | 60.750,00 | 60.750,00 | 25.200,00 | 30.200,00 | 2.500,00 | 2.500,00 |
| Família 11 – G1 | 50.000,00 | 94.500,00 | 17.200,00 | 25.000,00 | 4.600,00 | 6.600,00 |
| Família 12 – G1 | 110.000,00 | 110.000,00 | 19.800,00 | 21.800,00 | 4.000,00 | 14.400,00 |
| Família 13 – G1 | 40.000,00 | 92.000,00 | 10.600,00 | 26.450,00 | 7.780,00 | 51.240,00 |
| Família 14 – G1 | 77.500,00 | 92.500,00 | 9.000,00 | 13.000,00 | 3.250,00 | 3.750,00 |
| Família 15 – G1 | 40.000,00 | 92.000,00 | 10.600,00 | 26.450,00 | 7.780,00 | 51.240,00 |
| Família 16 – G1 | 40.000,00 | 92.000,00 | 10.600,00 | 26.450,00 | 7.780,00 | 51.240,00 |
| TOTAL | 1.110.250,00 | 1.427.950,00 | 228.050,00 | 419.850,00 | 141.140,00 | 427.720,00 |

Sistematização dos dados sobre o Levantamento do **Patrimônio** (animais, dívidas e patrimônio total) das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite.

| Famílias entrevistadas | Patrimônio em animais em 1999 (R\$) | Patrimônio em animais em 2006 (R\$) | Dívidas em 1999 (R\$) | Dívidas em 2006 (R\$) | Patrimônio Total em 1999 (R\$) | Patrimônio Total em 2006 (R\$) |
|------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Família 1 – G1 | 6.900,00 | 12.400,00 | 0,00 | 3.000,00 | 57.900,00 | 63.750,00 |
| Família 2 – G1 | 7.500,00 | 13.900,00 | 0,00 | 38.200,00 | 16.100,00 | 44.600,00 |
| Família 3 – G1 | 9.350,00 | 26.300,00 | 4.000,00 | 38.000,00 | 176.950,00 | 235.700,00 |
| Família 4 – G1 | 12.100,00 | 18.700,00 | 0,00 | 13.600,00 | 210.400,00 | 273.600,00 |
| Família 5 – G1 | 2.600,00 | 13.600,00 | 1.000,00 | 18.000,00 | 54.300,00 | 62.400,00 |
| Família 6 – G1 | 13.000,00 | 15.350,00 | 0,00 | 9.200,00 | 126.000,00 | 211.750,00 |
| Família 7 – G1 | 12.200,00 | 27.800,00 | 0,0 | 4.500,00 | 164.550,00 | 193.500,00 |
| Família 8 – G1 | 7.150,00 | 13.350,00 | 3.000,00 | 15.300,00 | 139.750,00 | 166.350,00 |
| Família 9 – G1 | 5.600,00 | 9.500,00 | 200,00 | 2.000,00 | 42.750,00 | 53.050,00 |
| Família 10 – G1 | 8.000,00 | 12.200,00 | 400,00 | 3.600,00 | 96.050,00 | 102.050,00 |
| Família 11 – G1 | 7.500,00 | 13.950,00 | 16.500,00 | 19.200,00 | 62.800,00 | 120.850,00 |
| Família 12 – G1 | 4.900,00 | 14.700,00 | 0,00 | 6.000,00 | 138.700,00 | 154.900,00 |
| Família 13 – G1 | 6.250,00 | 20.350,00 | 5.500,00 | 48.900,00 | 59.130,00 | 141.140,00 |
| Família 14 – G1 | 9.700,00 | 14.850,00 | 5.500,00 | 3.200,00 | 93.950,00 | 120.900,00 |
| Família 15 – G1 | 6.250,00 | 20.350,00 | 5.500,00 | 48.900,00 | 59.130,00 | 141.140,00 |
| Família 16 – G1 | 6.250,00 | 20.350,00 | 5.500,00 | 48.900,00 | 59.130,00 | 141.140,00 |
| TOTAL | 125.250,00 | 267.950,00 | 47.100,00 | 320.500,00 | 1.557.590,00 | 2.226.820,00 |

Sistematização dos dados sobre o Levantamento do **Ingresso anual em moeda** proveniente das atividades agropecuárias das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite.

| Famílias entrevistadas | Ingresso anual bruto em 1999 (R\$) | Ingresso anual bruto em 2006 (R\$) | Desembolso anual em 1999 (R\$) | Desembolso anual em 2006 (R\$) | Ingresso anual líquido em 1999 (R\$) | Ingresso anual líquido em 2006 (R\$) |
|------------------------|------------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| Família 1 – G1 | 7.690,00 | 11.715,00 | 1.952,00 | 2.830,00 | 5.738,00 | 8.885,00 |
| Família 2 – G1 | 16.340,00 | 15.220,00 | 4.311,00 | 4.984,00 | 12.029,00 | 10.236,00 |
| Família 3 – G1 | 37.347,00 | 69.290,00 | 11.826,00 | 20.910,00 | 25.521,00 | 48.380,00 |
| Família 4 – G1 | 35.935,00 | 39.250,00 | 22.565,00 | 23.530,00 | 13.370,00 | 15.720,00 |
| Família 5 – G1 | 8.196,00 | 11.112,00 | 3.002,00 | 5.758,00 | 5.194,00 | 5.354,00 |
| Família 6 – G1 | 47.877,00 | 51.470,00 | 11.504,00 | 12.494,00 | 36.373,00 | 38.976,00 |
| Família 7 – G1 | 10.230,00 | 12.215,00 | 2.837,00 | 2.652,00 | 7.393,00 | 9.563,00 |
| Família 8 – G1 | 12.510,00 | 13.240,00 | 6.750,00 | 6.900,00 | 5.760,00 | 6.340,00 |
| Família 9 – G1 | 7.140,00 | 8.250,00 | 2.200,00 | 3.805,00 | 4.940,00 | 4.445,00 |
| Família 10 – G1 | 9.890,00 | 15.275,00 | 1.675,00 | 2.350,00 | 8.215,00 | 12.925,00 |
| Família 11 – G1 | 10.585,00 | 12.870,00 | 5.300,00 | 5.910,00 | 5.285,00 | 6.960,00 |
| Família 12 – G1 | 23.090,00 | 43.100,00 | 6.050,00 | 20.510,00 | 17.040,00 | 22.590,00 |
| Família 13 – G1 | 18.447,00 | 38.090,00 | 6.704,00 | 14.726,00 | 11.743,00 | 23.364,00 |
| Família 14 – G1 | 16.913,00 | 18.441,00 | 5.320,00 | 6.718,00 | 11.593,00 | 11.723,00 |
| Família 15 – G1 | 23.477,00 | 58.090,00 | 6.704,00 | 14.726,00 | 16.773,00 | 43.364,00 |
| Família 16 – G1 | 18.447,00 | 38.090,00 | 6.704,00 | 14.726,00 | 11.743,00 | 23.364,00 |
| TOTAL | 304.114,00 | 455.718,00 | 105.404,00 | 163.529,00 | 198.710,00 | 292.189,00 |

Sistematização dos dados sobre a **Infra-estrutura social básica (moradia)** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite.

| Famílias entrevistadas | Metragem da casa em 1999 (m ²) | Metragem da casa em 2006 (m ²) | Nº de peças da casa em 1999 | Nº de peças da casa em 2006 | N. de casas com pintura recente em 1999 | N. de casas com pintura recente em 2006 |
|------------------------|--|--|-----------------------------|-----------------------------|---|---|
| Família 1 – G1 | 36 | 42 | 4 | 5 | 0 | 0 |
| Família 2 – G1 | 30 | 60 | 4 | 6 | 0 | 0 |
| Família 3 – G1 | 84 | 200 | 7 | 11 | 0 | 1 |
| Família 4 – G1 | 42 | 104 | 4 | 7 | 0 | 1 |
| Família 5 – G1 | 42 | 108 | 4 | 7 | 0 | 1 |
| Família 6 – G1 | 99 | 106 | 6 | 7 | 0 | 0 |
| Família 7 – G1 | 36 | 100 | 4 | 8 | 0 | 0 |
| Família 8 – G1 | 54 | 108 | 4 | 6 | 1 | 1 |
| Família 9 – G1 | 48 | 90 | 5 | 6 | 0 | 0 |
| Família 10 – G1 | 98 | 98 | 8 | 8 | 0 | 1 |
| Família 11 – G1 | 84 | 110 | 6 | 7 | 1 | 1 |
| Família 12 – G1 | 90 | 108 | 5 | 6 | 1 | 1 |
| Família 13 – G1 | 46 | 135 | 5 | 8 | 0 | 1 |
| Família 14 – G1 | 65 | 110 | 6 | 7 | 0 | 0 |
| Família 15 – G1 | 46 | 135 | 5 | 9 | 0 | 1 |
| Família 16 – G1 | 46 | 135 | 5 | 8 | 0 | 1 |
| TOTAL | 946 | 1.749 | 82 | 116 | 3 | 10 |

Sistematização dos dados sobre a **Infra-estrutura social básica (saneamento básico)** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite.

| Famílias entrevistadas | N. de banheiro de material em 1999 | N. de banheiro de material em 2006 | N. de casas com saneamento básico (esgoto) na casa em 1999 | N. de casas com saneamento básico (esgoto) na casa em 2006 |
|------------------------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|
| Família 1 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 2 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 3 – G1 | 1 | 2 | 1 | 1 |
| Família 4 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 5 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 6 – G1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Família 7 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 8 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 9 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 10 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 11 – G1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Família 12 – G1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Família 13 – G1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Família 14 – G1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Família 15 – G1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Família 16 – G1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| TOTAL | 5 | 16 | 6 | 14 |

Sistematização dos dados sobre a **Qualidade de vida (bens de consumo I)** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite.

| Famílias entrevistadas | N. de aparelhos de som e DVD em 1999 | N. de aparelhos de som e DVD em 2006 | N. de antenas parabólicas em 1999 | N. de antenas parabólicas em 2006 | N. de fornos elétricos em 1999 | N. de fornos elétricos em 2006 |
|------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Família 1 – G1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Família 2 – G1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 3 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 4 – G1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Família 5 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Família 6 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 7 – G1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Família 8 – G1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Família 9 – G1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Família 10 – G1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Família 11 – G1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 12 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Família 13 – G1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Família 14 – G1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Família 15 – G1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Família 16 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| TOTAL | 3 | 10 | 1 | 10 | 2 | 10 |

Sistematização dos dados sobre a **Qualidade de vida (bens de consumo II)** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite.

| Famílias entrevistadas | N. de máquinas de lavar roupa em 1999 | N. de máquinas de lavar roupa em 2006 | Móveis novos no quarto em 1999 | Móveis novos no quarto em 2006 | N. de telefones celulares em 1999 | N. de telefones celulares em 2006 |
|------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Família 1 – G1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Família 2 – G1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Família 3 – G1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 4 – G1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Família 5 – G1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 6 – G1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Família 7 – G1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 8 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 9 – G1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Família 10 – G1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Família 11 – G1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 12 – G1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Família 13 – G1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 14 – G1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Família 15 – G1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Família 16 – G1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| TOTAL | 7 | 14 | 4 | 8 | 1 | 12 |

Sistematização dos dados sobre o **Acesso às políticas públicas e realização de viagens de lazer** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite.

| Famílias entrevistadas | Acesso ao RS RURAL | Acesso ao PRONAF CUS-TEIO | Acesso ao PRONAF INVESTIMENTO | Acesso ao Progr. da Cooperhaf Reforma Habitação | Viagens de lazer realizadas em 1999 | Viagens de lazer realizadas em 2006 |
|------------------------|--------------------|---------------------------|-------------------------------|---|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Família 1 – G1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Família 2 – G1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Família 3 – G1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Família 4 – G1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Família 5 – G1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Família 6 – G1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Família 7 – G1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| Família 8 – G1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Família 9 – G1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Família 10 – G1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Família 11 – G1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 2 |
| Família 12 – G1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Família 13 – G1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Família 14 – G1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Família 15 – G1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 3 |
| Família 16 – G1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 13 | 15 | 16 | 8 | 3 | 10 |

Sistematização dos dados sobre a **Participação social** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite.

| Famílias entrevistadas | Participa da diretoria da Escola ou Comunidade | Participa de clube de mães | Participa do Sindicato dos Trabalhadores | Participa em Conselho Municipal |
|------------------------|--|----------------------------|--|---------------------------------|
| Família 1 – G1 | - | X | X | X |
| Família 2 – G1 | - | - | X | - |
| Família 3 – G1 | X | X | X | X |
| Família 4 – G1 | X | X | X | - |
| Família 5 – G1 | - | - | X | - |
| Família 6 – G1 | X | - | X | - |
| Família 7 – G1 | X | X | X | - |
| Família 8 – G1 | X | X | X | - |
| Família 9 – G1 | - | - | X | - |
| Família 10 – G1 | - | X | - | - |
| Família 11 – G1 | X | - | X | X |
| Família 12 – G1 | X | X | - | - |
| Família 13 – G1 | X | X | - | - |
| Família 14 – G1 | X | X | - | - |
| Família 15 – G1 | X | X | - | - |
| Família 16 – G1 | X | X | - | - |
| TOTAL | 11 | 11 | 10 | 3 |

Sistematização dos dados sobre as **Práticas de reciprocidade** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite.

| Famílias entrevistadas | Participa de mutirão e ajuda mútua nas atividades agrícolas | Participa de mutirões comunitários | Compartilha máquinas e equipamentos | Participa de compra conjunto de insumos |
|------------------------|---|------------------------------------|-------------------------------------|---|
| Família 1 – G1 | - | X | X | - |
| Família 2 – G1 | - | X | - | - |
| Família 3 – G1 | X | X | X | - |
| Família 4 – G1 | X | X | - | - |
| Família 5 – G1 | X | X | - | - |
| Família 6 – G1 | - | X | X | - |
| Família 7 – G1 | X | X | X | X |
| Família 8 – G1 | - | X | - | - |
| Família 9 – G1 | - | - | - | - |
| Família 10 – G1 | X | X | - | - |
| Família 11 – G1 | X | X | X | X |
| Família 12 – G1 | X | X | X | - |
| Família 13 – G1 | X | X | X | X |
| Família 14 – G1 | - | X | - | - |
| Família 15 – G1 | X | X | X | X |
| Família 16 – G1 | X | X | X | X |
| TOTAL | 10 | 15 | 9 | 5 |

Sistematização dos dados sobre os **Indicadores de satisfação** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam coletivamente o leite.

| Famílias entrevistadas | Ser Agricultor é muito bom | Ser Agricultor é bom | Ser Agricultor é ruim | Viver no meio rural é muito bom | Viver no meio rural é bom | Viver no meio rural é ruim | Alguém da família pretende mudar para a cidade |
|------------------------|----------------------------|----------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|----------------------------|--|
| Família 1 – G1 | - | - | X | - | X | - | 1 |
| Família 2 – G1 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| Família 3 – G1 | - | - | X | - | X | - | 0 |
| Família 4 – G1 | - | X | - | - | X | - | 1 |
| Família 5 – G1 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| Família 6 – G1 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| Família 7 – G1 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| Família 8 – G1 | - | - | X | - | X | - | 0 |
| Família 9 – G1 | - | X | - | - | X | - | 1 |
| Família 10 – G1 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| Família 11 – G1 | - | X | - | X | - | - | 0 |
| Família 12 – G1 | X | - | - | - | X | - | 0 |
| Família 13 – G1 | - | X | - | X | - | - | 0 |
| Família 14 – G1 | - | X | - | X | - | - | 1 |
| Família 15 – G1 | - | X | - | X | - | - | 0 |
| Família 16 – G1 | - | X | - | X | - | - | 0 |
| TOTAL | 1 | 12 | 3 | 5 | 11 | 0 | 4 |

APÊNDICE G

Sistematização dos dados primários obtidos no questionário da pesquisa junto as famílias do grupo 2

Sistematização dos dados sobre o perfil social das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite: **Composição familiar e idade**

| Famílias entrevistadas | N. de membros familiares morando na propriedade | N. de filhos morando na propriedade | Idade do Chefe da Família | Idade do cônjuge | Média de idade dos filhos maiores de 18 anos | Média de idade dos filhos menores de 18 anos |
|------------------------|---|-------------------------------------|---------------------------|------------------|--|--|
| Família 1 – G2 | 3 | 1 | 41 | 35 | - | 10 |
| Família 2 – G2 | 4 | 2 | 59 | 55 | 28 | - |
| Família 3 – G2 | 6 | 4 | 57 | 55 | 24 | - |
| Família 4 – G2 | 5 | 3 | 38 | 32 | - | 8 |
| Família 5 – G2 | 3 | 1 | 53 | 45 | 18 | - |
| Família 6 – G2 | 4 | 2 | 47 | 41 | 18 | 16 |
| Família 7 – G2 | 3 | 1 | 64 | 58 | 28 | - |
| Família 8 – G2 | 3 | 1 | 48 | 43 | - | 16 |
| Família 9 – G2 | 3 | 1 | 33 | 31 | - | 4 |
| Família 10 – G2 | 3 | 1 | 34 | 37 | - | 6 |
| Família 11 – G2 | 3 | 1 | 26 | 23 | - | 5 |
| Família 12 – G2 | 4 | 3 | 57 | - | 27 | - |
| Família 13 – G2 | 4 | 2 | 55 | 53 | 22 | 17 |
| Família 14 – G2 | 5 | 3 | 37 | 46 | - | 12 |
| Família 15 – G2 | 3 | 1 | 55 | 47 | 18 | - |
| Família 16 – G2 | 2 | 0 | 28 | 26 | - | - |
| TOTAL | 58 | 27 | - | - | - | - |

Sistematização dos dados sobre o perfil social das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite: **Nível de escolaridade**

| Famílias entrevistadas | N. de membros familiares analfabetos | N. de familiares que estudaram até a 5ª série Fundamental | N. de familiares que estudaram da 6ª a 8ª série Fundamental | N. de familiares que possuem o IIº Grau incompleto | N. de familiares que possuem o IIº Grau completo | Total |
|------------------------|--------------------------------------|---|---|--|--|-------|
| Família 1 – G2 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 3 |
| Família 2 – G2 | 0 | 3 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| Família 3 – G2 | 0 | 2 | 1 | 1 | 2 | 6 |
| Família 4 – G2 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Família 5 – G2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 3 |
| Família 6 – G2 | 0 | 2 | 0 | 1 | 1 | 4 |
| Família 7 – G2 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Família 8 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 3 |
| Família 9 – G2 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Família 10 – G2 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Família 11 – G2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 3 |
| Família 12 – G2 | 1 | 0 | 2 | 0 | 1 | 4 |
| Família 13 – G2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 4 |
| Família 14 – G2 | 0 | 3 | 1 | 0 | 1 | 5 |
| Família 15 – G2 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| Família 16 – G2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 |
| TOTAL | 1 | 31 | 8 | 5 | 13 | 58 |

Sistematização dos dados sobre a **produção leiteira** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite: **Estrutura fundiária, nº vacas, produção anual de leite**

| Famílias entrevistadas | Área própria em 1999 (ha) | Área própria em 2006 (ha) | Área total (inclui o arrendamento) Em 1999 (ha) | Área total (inclui o arrendamento) Em 2006 (ha) | N. de vacas em 1999 | N. de vacas em 2006 | Produção anual de leite em 1999 (litros) | Produção anual de leite em 2006 (litros) |
|------------------------|---------------------------|---------------------------|---|---|---------------------|---------------------|--|--|
| Família 1 – G2 | 13 | 13 | 17 | 21 | 6 | 14 | 24.500 | 55.000 |
| Família 2 – G2 | 33,5 | 38,5 | 33,5 | 43,5 | 15 | 19 | 37.000 | 82.000 |
| Família 3 – G2 | 37,5 | 37,5 | 50,5 | 55,5 | 5 | 28 | 12.000 | 147.600 |
| Família 4 – G2 | 3 | 5 | 8 | 10 | 2 | 6 | 3.600 | 10.800 |
| Família 5 – G2 | 26 | 26 | 26 | 26 | 8 | 11 | 20.500 | 45.500 |
| Família 6 – G2 | 22 | 22 | 24 | 24 | 2 | 9 | 1.230 | 16.000 |
| Família 7 – G2 | 0 | 0 | 23 | 25 | 4 | 6 | 12.000 | 21.000 |
| Família 8 – G2 | 10 | 15 | 32,5 | 49 | 10 | 12 | 15.000 | 24.000 |
| Família 9 – G2 | 15 | 19 | 15 | 19 | 4 | 7 | 15.000 | 32.000 |
| Família 10 – G2 | 20 | 20 | 40 | 40 | 3 | 10 | 5.000 | 27.000 |
| Família 11 – G2 | 5,5 | 10,5 | 5,5 | 13 | 3 | 9 | 3.600 | 11.000 |
| Família 12 – G2 | 21 | 21 | 24 | 36 | 6 | 26 | 7.000 | 90.000 |
| Família 13 – G2 | 37 | 37 | 37 | 61 | 7 | 19 | 10.000 | 42.000 |
| Família 14 – G2 | 26 | 26 | 32 | 26 | 8 | 16 | 12.000 | 30.000 |
| Família 15 – G2 | 7,5 | 13,5 | 20,5 | 20,5 | 12 | 10 | 17.000 | 36.000 |
| Família 16 – G2 | 19 | 21 | 24,5 | 42,5 | 14 | 27 | 32.200 | 40.440 |
| TOTAL | 296 | 325 | 413 | 512 | 109 | 215 | 227.630 | 710.340 |

Sistematização dos dados sobre o perfil da produção leiteira das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite: **Adoção de técnicas de produção**

| Famílias entrevistadas | Realizou compra de novas matrizes em 1999 | Realizou compra de novas matrizes em 2006 | Realizou Inseminação artificial em 1999 | Realizou Inseminação artificial em 2006 | Cultivou pastagens de inverno em 1999 | Cultivou pastagens de inverno em 2006 | Plantou Tifton em 1999 | Plantou Tifton em 2006 |
|------------------------|---|---|---|---|---------------------------------------|---------------------------------------|------------------------|------------------------|
| Família 1 – G2 | - | - | X | X | - | X | - | X |
| Família 2 – G2 | X | X | X | X | X | X | | -X |
| Família 3 – G2 | X | X | X | X | - | X | - | X |
| Família 4 – G2 | - | X | - | - | X | X | - | - |
| Família 5 – G2 | - | - | X | X | - | X | - | - |
| Família 6 – G2 | - | X | - | X | X | X | - | X |
| Família 7 – G2 | - | - | - | X | X | X | - | - |
| Família 8 – G2 | X | X | - | X | X | X | | X |
| Família 9 – G2 | - | - | X | X | - | - | X | X |
| Família 10 – G2 | - | X | - | X | X | X | - | - |
| Família 11 – G2 | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Família 12 – G2 | - | X | - | X | - | X | - | - |
| Família 13 – G2 | - | - | - | X | X | X | - | X |
| Família 14 – G2 | - | X | - | - | X | X | - | - |
| Família 15 – G2 | - | X | X | X | X | X | X | X |
| Família 16 – G2 | - | X | X | X | X | X | - | - |
| TOTAL | 4 | 11 | 8 | 14 | 11 | 15 | 3 | 9 |

Sistematização dos dados sobre o perfil da produção leiteira das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite: **Adoção de técnicas de produção II**

| Famílias entrevistadas | Realizou pastoreio rotativo em 1999 | Realizou pastoreio rotativo em 2006 | Realizou Silagem em 1999 | Realizou Silagem em 2006 | Usou ordenhadeira mecânica em 1999 | Usou ordenhadeira mecânica em 2006 | Usou resfriador de expansão em 1999 | Usou resfriador de expansão em 2006 |
|------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Família 1 – G2 | - | X | X | X | - | X | - | X |
| Família 2 – G2 | - | - | - | X | - | X | - | X |
| Família 3 – G2 | - | - | - | X | - | X | - | X |
| Família 4 – G2 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Família 5 – G2 | - | - | - | X | - | X | - | X |
| Família 6 – G2 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Família 7 – G2 | - | - | X | X | - | X | - | - |
| Família 8 – G2 | - | - | - | - | X | X | - | - |
| Família 9 – G2 | X | X | X | X | - | X | - | X |
| Família 10 – G2 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Família 11 – G2 | - | X | - | - | - | - | - | - |
| Família 12 – G2 | - | - | - | X | - | X | - | X |
| Família 13 – G2 | - | - | - | X | - | X | - | X |
| Família 14 – G2 | - | - | - | - | - | X | - | - |
| Família 15 – G2 | - | - | - | X | X | X | X | X |
| Família 16 – G2 | X | X | - | - | - | X | - | X |
| TOTAL | 2 | 3 | 3 | 9 | 2 | 12 | 1 | 9 |

Sistematização dos dados sobre o **Levantamento do Patrimônio (terra, benfeitorias e maquinário)** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite.

| Famílias entrevistadas | Patrimônio em terras em 1999 (R\$) | Patrimônio em terras em 2006 (R\$) | Patrimônio em benfeitorias em 1999 (R\$) | Patrimônio em benfeitorias em 2006 (R\$) | Patrimônio em maquinário em 1999 (R\$) | Patrimônio em maquinário em 2006 (R\$) |
|------------------------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|--|--|
| Família 1 – G2 | 58.500,00 | 58.500,00 | 29.500,00 | 36.246,00 | 6.500,00 | 34.200,00 |
| Família 2 – G2 | 150.750,00 | 173.250,00 | 23.800,00 | 29.800,00 | 42.600,00 | 73.600,00 |
| Família 3 – G2 | 187.500,00 | 187.500,00 | 34.500,00 | 51.500,00 | 47.700,00 | 110.700,00 |
| Família 4 – G2 | 15.000,00 | 25.000,00 | 4.000,00 | 8.000,00 | 4.550,00 | 4.850,00 |
| Família 5 – G2 | 117.500,00 | 117.500,00 | 14.500,00 | 29.000,00 | 11.200,00 | 17.600,00 |
| Família 6 – G2 | 99.000,00 | 99.000,00 | 10.000,00 | 12.000,00 | 1.758,00 | 5.950,00 |
| Família 7 – G2 | 0,00 | 0,00 | 500,00 | 3.500,00 | 17.450,00 | 47.500,00 |
| Família 8 – G2 | 60.000,00 | 90.000,00 | 51.500,00 | 82.500,00 | 35.500,00 | 105.000,00 |
| Família 9 – G2 | 67.500,00 | 85.500,00 | 21.500,00 | 29.500,00 | 12.750,00 | 20.550,00 |
| Família 10 – G2 | 100.000,00 | 100.000,00 | 21.000,00 | 35.000,00 | 20.400,00 | 35.300,00 |
| Família 11 – G2 | 31.800,00 | 63.600,00 | 9.500,00 | 24.000,00 | 3.950,00 | 5.356,00 |
| Família 12 – G2 | 94.500,00 | 94.500,00 | 5.500,00 | 18.500,00 | 2.000,00 | 39.400,00 |
| Família 13 – G2 | 166.500,00 | 166.500,00 | 18.500,00 | 26.000,00 | 32.400,00 | 101.500,00 |
| Família 14 – G2 | 117.000,00 | 117.000,00 | 28.700,00 | 51.000,00 | 21.300,00 | 47.700,00 |
| Família 15 – G2 | 37.500,00 | 67.500,00 | 20.700,00 | 40.900,00 | 16.600,00 | 37.000,00 |
| Família 16 – G2 | 86.870,00 | 96.356,00 | 19.580,00 | 22.500,00 | 18.430,00 | 45.740,00 |
| TOTAL | 1.389.920,00 | 1.541.706,00 | 313.280,00 | 499.946,00 | 295.088,00 | 731.946,00 |

Sistematização dos dados sobre o **Levantamento do Patrimônio (animais, dívidas e patrimônio total)** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite.

| Famílias entrevistadas | Patrimônio em animais em 1999 (R\$) | Patrimônio em animais em 2006 (R\$) | Dívidas em 1999 (R\$) | Dívidas em 2006 (R\$) | Patrimônio Total em 1999 (R\$) | Patrimônio Total em 2006 (R\$) |
|------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Família 1 – G2 | 9.900,00 | 20.800,00 | 0,00 | 26.000,00 | 104.400,00 | 123.746,00 |
| Família 2 – G2 | 13.900,00 | 26.500,00 | 4.500,00 | 20.600,00 | 226.550,00 | 282.550,00 |
| Família 3 – G2 | 9.300,00 | 41.450,00 | 5.000,00 | 19.916,00 | 274.000,00 | 371.234,00 |
| Família 4 – G2 | 4.450,00 | 8.500,00 | 0,00 | 1.300,00 | 28.000,00 | 45.050,00 |
| Família 5 – G2 | 9.600,00 | 15.200,00 | 6.000,00 | 29.500,00 | 146.800,00 | 149.800,00 |
| Família 6 – G2 | 7.800,00 | 15.450,00 | 0,00 | 5.000,00 | 118.558,00 | 127.400,00 |
| Família 7 – G2 | 5.350,00 | 8.000,00 | 0,00 | 19.564,00 | 23.300,00 | 39.436,00 |
| Família 8 – G2 | 10.950,00 | 15.150,00 | 10.000,00 | 97.000,00 | 147.950,00 | 195.650,00 |
| Família 9 – G2 | 5.800,00 | 14.300,00 | 2.000,00 | 8.700,00 | 105.550,00 | 141.150,00 |
| Família 10 – G2 | 6.100,00 | 23.000,00 | 0,00 | 4.000,00 | 147.500,00 | 189.300,00 |
| Família 11 – G2 | 3.800,00 | 12.138,00 | 0,00 | 35.500,00 | 49.050,00 | 69.594,00 |
| Família 12 – G2 | 8.000,00 | 26.600,00 | 1.000,00 | 33.782,00 | 109.000,00 | 145.218,00 |
| Família 13 – G2 | 11.146,00 | 22.800,00 | 3.000,00 | 26.000,00 | 225.546,00 | 290.800,00 |
| Família 14 – G2 | 12.800,00 | 17.500,00 | 2.700,00 | 25.000,00 | 177.100,00 | 208.200,00 |
| Família 15 – G2 | 21.100,00 | 25.200,00 | 0,00 | 10.800,00 | 95.900,00 | 159.800,00 |
| Família 16 – G2 | 20.750,00 | 37.700,00 | 8.680,00 | 15.800,00 | 136.950,00 | 186.496,00 |
| TOTAL | 160.746,00 | 330.288,00 | 42.880,00 | 378.462,00 | 2.116.154,00 | 2.725.424,00 |

Sistematização dos dados sobre o **Levantamento do Ingresso anual em moeda** proveniente das atividades agropecuárias das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite.

| Famílias entrevistadas | Ingresso anual bruto em 1999 (R\$) | Ingresso anual bruto em 2006 (R\$) | Desembolso anual em 1999 (R\$) | Desembolso anual em 2006 (R\$) | Ingresso anual líquido em 1999 (R\$) | Ingresso anual líquido em 2006 (R\$) |
|------------------------|------------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| Família 1 – G2 | 19.670,00 | 37.368,00 | 5.323,00 | 9.958,00 | 14.347,00 | 27.410,00 |
| Família 2 – G2 | 45.680,00 | 55.210,00 | 12.300,00 | 21.555,00 | 33.380,00 | 33.655,00 |
| Família 3 – G2 | 44.430,00 | 81.610,00 | 16.560,00 | 39.110,00 | 27.870,00 | 42.500,00 |
| Família 4 – G2 | 5.798,00 | 10.310,00 | 1.928,00 | 3.499,00 | 3.870,00 | 6.811,00 |
| Família 5 – G2 | 34.410,00 | 34.800,00 | 15.474,00 | 15.086,00 | 18.936,00 | 19.714,00 |
| Família 6 – G2 | 16.106,00 | 17.686,00 | 5.650,00 | 6.758,00 | 10.456,00 | 10.928,00 |
| Família 7 – G2 | 29.445,00 | 36.392,00 | 9.245,00 | 13.860,00 | 20.200,00 | 22.532,00 |
| Família 8 – G2 | 47.416,00 | 55.448,00 | 17.150,00 | 20.495,00 | 30.266,00 | 34.953,00 |
| Família 9 – G2 | 19.857,00 | 24.160,00 | 5.057,00 | 7.729,00 | 14.800,00 | 16.431,00 |
| Família 10 – G2 | 32.960,00 | 34.700,00 | 15.830,00 | 16.810,00 | 17.130,00 | 17.890,00 |
| Família 11 – G2 | 13.734,00 | 15.386,00 | 3.995,00 | 4.912,00 | 9.739,00 | 10.474,00 |
| Família 12 – G2 | 10.180,00 | 53.620,00 | 740,00 | 18.499,00 | 9.440,00 | 35.121,00 |
| Família 13 – G2 | 30.765,00 | 46.090,00 | 22.915,00 | 38.210,00 | 7.850,00 | 7.880,00 |
| Família 14 – G2 | 20.070,00 | 21.230,00 | 8.900,00 | 9.220,00 | 11.170,00 | 12.010,00 |
| Família 15 – G2 | 28.085,00 | 23.000,00 | 17.100,00 | 10.710,00 | 10.985,00 | 12.290,00 |
| Família 16 – G2 | 29.770,00 | 35.496,00 | 10.150,00 | 21.370,00 | 19.620,00 | 14.126,00 |
| TOTAL | 428.376,00 | 582.506,00 | 168.317,00 | 257.781,00 | 260.059,00 | 324.725,00 |

Sistematização dos dados sobre a **Infra-estrutura social básica (moradia)** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite.

| Famílias entrevistadas | Metragem da casa em 1999 (m ²) | Metragem da casa em 2006 (m ²) | Nº de peças da casa em 1999 | Nº de peças da casa em 2006 | N. de casas com pintura recente em 1999 | N. de casas com pintura recente em 2006 |
|------------------------|--|--|-----------------------------|-----------------------------|---|---|
| Família 1 – G2 | 72 | 96 | 5 | 6 | 0 | 1 |
| Família 2 – G2 | 96 | 98 | 6 | 6 | 0 | 0 |
| Família 3 – G2 | 140 | 180 | 9 | 10 | 1 | 1 |
| Família 4 – G2 | 24 | 35 | 3 | 5 | 0 | 1 |
| Família 5 – G2 | 50 | 100 | 5 | 8 | 0 | 1 |
| Família 6 – G2 | 84 | 90 | 8 | 9 | 0 | 0 |
| Família 7 – G2 | 80 | 80 | 7 | 7 | 0 | 0 |
| Família 8 – G2 | 90 | 90 | 6 | 6 | 0 | 1 |
| Família 9 – G2 | 72 | 72 | 5 | 5 | 0 | 1 |
| Família 10 – G2 | 170 | 170 | 6 | 6 | 1 | 1 |
| Família 11 – G2 | 70 | 114 | 5 | 7 | 0 | 0 |
| Família 12 – G2 | 42 | 108 | 5 | 7 | 0 | 0 |
| Família 13 – G2 | 76 | 76 | 6 | 6 | 1 | 1 |
| Família 14 – G2 | 56 | 100 | 4 | 8 | 0 | 1 |
| Família 15 – G2 | 98 | 120 | 8 | 10 | 1 | 1 |
| Família 16 – G2 | 24 | 24 | 4 | 4 | 0 | 1 |
| TOTAL | 1.244 | 1.553 | 92 | 110 | 4 | 11 |

Sistematização dos dados sobre a **Infra-estrutura social básica (saneamento básico)** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite.

| Famílias entrevistadas | N. de banheiro de material em 1999 | N. de banheiro de material em 2006 | Saneamento básico (esgoto) na casa em 1999 | Saneamento básico (esgoto) na casa em 2006 |
|------------------------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|
| Família 1 – G2 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Família 2 – G2 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Família 3 – G2 | 1 | 2 | 1 | 1 |
| Família 4 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 5 – G2 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Família 6 – G2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Família 7 – G2 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Família 8 – G2 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Família 9 – G2 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Família 10 – G2 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Família 11 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 12 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 13 – G2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Família 14 – G2 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Família 15 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 16 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| TOTAL | 7 | 15 | 8 | 14 |

Sistematização dos dados sobre a **Qualidade de vida (bens de consumo I)** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite.

| Famílias entrevistadas | N. de aparelhos de som e DVD em 1999 | N. de aparelhos de som e DVD em 2006 | N. de antenas parabólicas em 1999 | N. de antenas parabólicas em 2006 | N. de fornos elétricos em 1999 | N. de fornos elétricos em 2006 |
|------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Família 1 – G2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Família 2 – G2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Família 3 – G2 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Família 4 – G2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Família 5 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Família 6 – G2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Família 7 – G2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Família 8 – G2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Família 9 – G2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Família 10 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Família 11 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Família 12 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Família 13 – G2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 14 – G2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Família 15 – G2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Família 16 – G2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| TOTAL | 4 | 10 | 3 | 11 | 4 | 8 |

Sistematização dos dados sobre a **Qualidade de vida (bens de consumo II)** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite.

| Famílias entrevistadas | N. de máquinas de lavar roupa em 1999 | N. de máquinas de lavar roupa em 2006 | Móveis novos no quarto em 1999 | Móveis novos no quarto em 2006 | N. de telefones celulares em 1999 | N. de telefones celulares em 2006 |
|------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Família 1 – G2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Família 2 – G2 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Família 3 – G2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 4 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Família 5 – G2 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Família 6 – G2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Família 7 – G2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Família 8 – G2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 9 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 10 – G2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Família 11 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 12 – G2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 13 – G2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 14 – G2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Família 15 – G2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Família 16 – G2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| TOTAL | 8 | 15 | 1 | 10 | 2 | 14 |

Sistematização dos dados sobre o **Acesso às políticas públicas e realização de viagens de lazer** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite.

| Famílias entrevistadas | Acesso ao RS RURAL | Acesso ao PRONAF CUSTEIO | Acesso ao PRONAF INVESTIMENTO | Acesso ao Progr. da Cooperhaf Reforma Habitação | Viagens de lazer realizadas em 1999 | Viagens de lazer realizadas em 2006 |
|------------------------|--------------------|--------------------------|-------------------------------|---|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Família 1 – G2 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Família 2 – G2 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Família 3 – G2 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Família 4 – G2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Família 5 – G2 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Família 6 – G2 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Família 7 – G2 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Família 8 – G2 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Família 9 – G2 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Família 10 – G2 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Família 11 – G2 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Família 12 – G2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Família 13 – G2 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Família 14 – G2 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Família 15 – G2 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Família 16 – G2 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| TOTAL | 6 | 15 | 14 | 7 | 3 | 6 |

Sistematização dos dados sobre a **Participação social** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite.

| Famílias entrevistadas | Participa da diretoria da Escola ou Comunidade | Participa de clube de mães | Participa do Sindicato dos Trabalhadores | Participa em Conselho Municipal |
|------------------------|--|----------------------------|--|---------------------------------|
| Família 1 – G2 | X | - | X | - |
| Família 2 – G2 | - | X | X | - |
| Família 3 – G2 | X | - | X | - |
| Família 4 – G2 | X | - | X | X |
| Família 5 – G2 | X | - | X | X |
| Família 6 – G2 | X | - | X | - |
| Família 7 – G2 | - | - | X | - |
| Família 8 – G2 | X | X | X | - |
| Família 9 – G2 | - | - | X | - |
| Família 10 – G2 | X | - | X | - |
| Família 11 – G2 | X | - | X | X |
| Família 12 – G2 | - | X | - | - |
| Família 13 – G2 | - | X | X | - |
| Família 14 – G2 | X | X | X | - |
| Família 15 – G2 | X | X | - | X |
| Família 16 – G2 | X | X | X | - |
| TOTAL | 11 | 7 | 14 | 4 |

Sistematização dos dados sobre as **Práticas de reciprocidade** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite.

| Famílias entrevistadas | Participa de mutirão e ajuda mútua na atividade agrícola | Participa de mutirões comunitários | Compartilha máquinas e equipamentos | Participa de compra conjunto de insumos |
|------------------------|--|------------------------------------|-------------------------------------|---|
| Família 1 – G2 | X | - | X | - |
| Família 2 – G2 | X | - | X | X |
| Família 3 – G2 | X | X | X | - |
| Família 4 – G2 | - | X | - | - |
| Família 5 – G2 | X | X | - | - |
| Família 6 – G2 | - | X | - | - |
| Família 7 – G2 | X | X | - | - |
| Família 8 – G2 | X | X | - | - |
| Família 9 – G2 | X | - | X | - |
| Família 10 – G2 | - | X | - | - |
| Família 11 – G2 | - | X | - | - |
| Família 12 – G2 | X | X | - | - |
| Família 13 – G2 | X | X | X | X |
| Família 14 – G2 | - | X | - | - |
| Família 15 – G2 | - | X | - | - |
| Família 16 – G2 | - | X | - | - |
| TOTAL | 9 | 13 | 5 | 2 |

Sistematização dos dados sobre os **Indicadores de satisfação** das famílias de Sete de Setembro/RS que comercializam individualmente o leite.

| Famílias entrevistadas | Ser Agricultor é muito bom | Ser Agricultor é bom | Ser Agricultor é ruim | Viver no meio rural é muito bom | Viver no meio rural é bom | Viver no meio rural é ruim | Alguém da família pretende mudar para a cidade |
|------------------------|----------------------------|----------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|----------------------------|--|
| Família 1 – G2 | - | - | X | - | X | - | 0 |
| Família 2 – G2 | - | - | X | - | X | - | 0 |
| Família 3 – G2 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| Família 4 – G2 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| Família 5 – G2 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| Família 6 – G2 | - | X | - | - | X | - | 1 |
| Família 7 – G2 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| Família 8 – G2 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| Família 9 – G2 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| Família 10 – G2 | - | - | X | - | X | - | 0 |
| Família 11 – G2 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| Família 12 – G2 | X | - | - | X | - | - | 1 |
| Família 13 – G2 | - | X | - | - | X | - | 1 |
| Família 14 – G2 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| Família 15 – G2 | - | X | - | - | X | - | 1 |
| Família 16 – G2 | - | X | - | - | X | - | 0 |
| TOTAL | 1 | 12 | 3 | 1 | 15 | 0 | 4 |

ANEXO A - Fotos da atividade leiteira no município de Sete de Setembro/RS

Estrebaria construída com recursos do Pronaf Investimento – Sete de Setembro/RS



Recolhimento do leite na propriedade de um dos associados do Condomínio de Leite da Linha Barreira e da Linha do Campo – Sete de Setembro/RS



Resfriador de leite a granel adquirido com recursos do RS Rural pelo Condomínio de Leite da Linha Barreira e da Linha do Campo de Sete de Setembro/RS



Descarga do leite no Posto de Armazenamento e Resfriamento do Leite do Condomínio de Leite da Linha Barreira e da Linha do Campo de Sete de Setembro/RS.

ANEXO B - Análise dos Preços Semanais Recebidos pelos Produtores



ANÁLISE DOS PREÇOS SEMANAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES

| PRODUTOS | UNIDADE | SEMANA ATUAL 01/03/07 | SEMANA ANTERIOR 22/02/07 | MÊS ANTERIOR 01/02/07 | ANO ANTERIOR 02/03/06 | MÉDIAS DOS VALORES DA SÉRIE HISTÓRICA 2001-2005 | |
|----------|---------|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------------------|---|-------|
| | | | | | | GERAL | MARÇO |
| ALHO | Kg | 3,10 | 3,07 | 3,00 | 2,97 | 6,63 | 5,76 |
| ARROZ | 50 kg | 18,58 | 18,70 | 20,11 | 18,70 | 29,44 | 27,00 |
| BATATA | 50 kg | 7,86 | 8,20 | 8,57 | 39,66 | 37,62 | 32,12 |
| CEBOLA | 20 kg | 6,20 | 4,75 | 3,00 | 7,47 | 15,79 | 11,21 |
| FELJÃO | 60 kg | 37,20 | 35,55 | 34,90 | 75,64 | 81,15 | 77,45 |
| MILHO | 60 kg | 17,33 | 17,42 | 17,11 | 14,57 | 18,80 | 18,45 |
| SOJA | 60 kg | 28,43 | 28,25 | 27,38 | 23,94 | 38,23 | 37,21 |
| SORGO | 60 kg | 12,80 | 12,30 | 12,94 | 15,41 | 15,14 | 13,94 |
| TOMATE | 22 kg | 30,80 | 24,83 | 28,20 | 11,56 | 23,90 | 18,21 |
| TRIGO | 60 kg | 23,55 | 23,67 | 24,05 | 19,06 | 25,61 | 24,67 |
| BOI | Kg v | 2,03 | 2,03 | 1,95 | 1,74 | 1,92 | 1,91 |
| VACA | Kg v | 1,85 | 1,84 | 1,76 | 1,52 | 1,69 | 1,67 |
| SUÍNO | Kg v | 1,70 | 1,73 | 1,78 | 1,94 | 2,03 | 2,08 |
| CORDEIRO | Kg v | 1,70 | 1,97 | 2,03 | 2,12 | 2,46 | 2,29 |
| LEITE | litro | 0,40 | 0,41 | 0,41 | 0,41 | 0,43 | 0,43 |
| Período | | 26/02 - 02/03 | 19/02 - 23/02 | 29/01 - 02/02 | 27/02 - 03/03 | - | - |

Fonte dos dados/Elaboração: EMATER/RS-ASCAR. Índice de correção: IGP-DI (FGV).

NOTA: Semana Atual, Semana Anterior e Mês Anterior são preços correntes. Ano Anterior e Médias dos Valores da Série Histórica são valores corrigidos. Média Geral é a média dos preços mensais do quinquênio 2001-2005 corrigidos. A última coluna é a média, para o mês indicado, dos preços mensais corrigidos, da série histórica 2001-2005.

OBS:

- 1) Bovinos e ovinos com prazos de pagamento de 20 e 30 dias.
- 2) Leite: preço bruto cota-consumo.
- 3) SI, indica sem informação. ST, indica sem transação.

ANEXO C - Dados Demográficos e Econômicos do Município de Sete de Setembro/RS

FEE – Secretaria da Coordenação e Planejamento

Fundação de Economia e Estatísticas

FEEDADOS

DADOS DEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO/RS

| <u>INDICADORES</u> | <u>1999</u> | <u>2001</u> | <u>2003</u> | <u>2005</u> |
|----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| População Urbana | 373 | 390 | 401 | 408 |
| População Rural | 2.014 | 1.915 | 1.788 | 1.561 |
| Taxa de Urbanização | 16,376 | 16,919 | 18,318 | 19,815 |
| População Homens | 1.232 | 1.189 | 1.121 | 1.042 |
| População Mulheres | 1.158 | 1.116 | 1.068 | 1.017 |
| Total da População | 2.390 | 2.305 | 2.189 | 2.059 |
| Variação populacional sobre 1999 | | - 3,55% | - 8,41% | - 13,84% |

Fonte: IBGE, 2005

DADOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO/RS

| <u>INDICADOR</u> | <u>1999</u> | <u>2000</u> | <u>2002</u> | <u>2003</u> | <u>2004</u> |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| PIB (R\$ mil) | 10.518 | 11.559 | 15.392 | 28.999 | |
| PIB Per Capita (R\$ mil) | 4.279 | 4.942 | 6.903 | 12.923 | |
| Valor Adicional Bruto (Preços Básicos) em R\$ mil: | | | | | |
| - Agropecuária | 6.259 | 6.773 | 10.409 | 21.976 | |
| - Indústria | 239 | 303 | 579 | 713 | |
| - Serviços | 4.010 | 4.456 | 4.913 | 6.272 | |
| Produção leite (mil litros) | 1.510 | 1.610 | 1.710 | 2.250 | 2.866 |
| Produção de soja (t) | 7.140 | 10.500 | 14.850 | 17.100 | 5.400 |
| Produção de milho (t) | 5.018 | 1.200 | 4.500 | 2.508 | 1.264 |
| Produção de trigo (t) | 1.125 | 1.125 | 2.640 | 6.534 | 6.320 |

Fonte: IBGE, 2005

ANEXO D - Dados Gerais do Município de Sete de Setembro

DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO/RS

| | |
|------------------------|--|
| Município | SETE DE SETEMBRO |
| Associação | AAM |
| Distância de POA (km) | 472 |
| Via de Acesso | BR 392 |
| Prefeito | ELISEU MELO DA SILVA (PDT) |
| Vice-Prefeito | MARCIO POLITOWSKI (PT) |
| Endereço da prefeitura | RUA EDMUNDO GRASSEL, 1245 |
| CEP | 97.960-000 |
| CNPJ | 1612776000125 |
| Telefone | 55-36142318 |
| Fax | 55-99710717 |
| Site | WWW.setedesetembro.famurs.com.br |

Fonte: FAMURS, 2006

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO/RS

| | |
|------------------------------------|------------------------|
| Porte Município | Micro |
| Altitude da sede (m) | 273 |
| Longitude | -54,463 |
| Latitude | -28,131 |
| Ano da instalação | 1997 |
| Densidade demográfica, 2000 | 16,2 |
| Microrregião | Cerro Largo |
| Mesorregião | Noroeste Rio-Grandense |
| Nome da Região Geográfica | Sul |
| Código do IBGE | 432057 |
| População em 2000 | 2.357 |
| População em 2003 | 2.270 |
| População em 2004 | 2.212 |
| Variação da população de 2000/2003 | -3,83% |
| Área em Km ² | 129,995 |

Fonte: FAMURS, 2006

DADOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO/RS

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| PIB per capita em 2001 | 6.903,09 |
| PIB per capita em 2002 | 6.860,37 |
| PIB per capita em 2003 | 12.923,00 |
| VAB da Agropecuária no RS (%) em 2003 | 0,10 |
| VAB da Indústria no RS (%) em 2003 | 0,00 |
| VAB dos Serviços no RS (%) em 2003 | 0,01 |

Fonte: IBGE, 2005